Guia para Depósito Judicial Trabalhista Levantamento do Depósito (Alvará)

Para obtenção de ID Deposito acesse w	ww.caixa.gov.br.	posto : Democratinuação : Demo	pelo sissifica
X Processor	Montplo	CUABLE TO	IMP do ID. De Toslio
iginss, 1996.001.23.00.0	TRUE COURSE		CPF/ENETEReursclamedo
Mefarusi Vefarusi			CPECNEL AutoMediamante
Folia Factocort Sic			Grigem do decisido - Boo (Ago, N. coma
Depositante		CPF/CNPL-Depositionte	
PARTICIPATION OF DEPOSITE AND ADDRESS OF THE PARTICIPATION OF THE PARTIC		nalkhlordos campos 1 (9)4)	Data ste ellulatura calo
198 / Caranta de Juan 2 regamente 3 cadelinario en polo 1 Courses	1 Dimeiro 2 Cheque	(5) Edles	Callaga Spanned Callaga
	KEntolumentos (10) Impostaçõe	Renda (S1) Mullian	Control of the Contro
(7) INSSHARIGHT COMMENT (8) (Distance of the comment of the commen			
(13) Honorários periciais	J Documentoscopo	TO METERS	The second of th
			osonal Usorgo Engan experiency
THE DIRECTION OF THE PROPERTY			injang saturan sa
Pelo presente autorizo o(a) Sr.(a)		CPF/CNPJ	, a receber a importância
ou seu procurador Dr.(a)			
de R\$	acrescidos de juros e correção monetária	devidos a partir da data do depósito. j	a deduzido o imposto de Relida.
Data de emissão identificação do Juiz			
<u>سند من با در برو ما در در با در در در با در </u>		S reconstruction of the second	

CÉF268504052005120042001373

766,83RB1901 -

Joulds P. Elste

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO 3º VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ - ME

Autos n. <u>()1699.1996.003.23.00-</u>0

Página 1 de 2

GOVERNO DO E	•	03 Correções	04 Reservado	ļ	
SECRETARIA DE E DOCUMENTO DE A MODELO1 - AUT	STADO DE FA RRECADAÇÃ	AZENDA AO - DAR		N° TPAR Sec	quência ,
01 Nome do Contribuinte TRIBUNAL REGIONAL DO	TRABALHO			05 CNPJ ou CPF 37.115.425/0001	
02 Endereço Completo				06 Inscrição Esta 0	adual
07 Reservado ao Processament	0		08 Nº Parcela	09 Número ďa N.A.I./RENAV	AM .
10 Nome do Município CUIABA	20 Cód. Munic. 090000	21 Período Ref. 02/2006	22 Data Vencto. 01/02/2006	23 Inf. Complen 700/01.368.881	
24 Especificação da Receita - TRANSFERENCIA DO IR	RF ·	25 Código 9318	26 Valor	819,64	
32 linformações Previstas em RECLAMANTE-JOSILDA		Correção Monetár	ia 27 Valor	. 0,00	
ŖĔĊĹĄMĄDO-GODEMAT 01699.1996:003:23:00-0	PROCESSO-	Multa	28 Valor	0,00	
A. Jan		Juros	29 Valor	(100)	
uso da receita de ICMS de mercadoria interestad		TSE	30 Valor	0,00	
			Total a Recolher	31 Valor	819,64
33 Vajor a Recolher por Exter OITOCENTOS E DEZENC CATRO CENTAVOS	nso VE REAIS E	SESSENTA E	40 Autenticação N	Mecânica	

Modelo aprovado pela PORTARIA CIRCULAR N. 069/2000 -SEFAZ

Via Arrecadação

85680000008-0 19640123200-0 60201931870-1 00136888176-7

CEF268501022006103785001789

819.61RD1894

menicação mecênica do levantamen

764,33801001

CEF268504052005120042001393



Guia para Depósito Judicial Trabalhista Levantamento do Depósito (Alvará)

	CPFCNPJ			(13) Humorine parties (13) Humorine parties (14) Training to the parties of the parties autorizo o(a) Sr.(a)
and the second				
		WWW Calxado	distroacesse	はないないないのが

idendificação do Juiz



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO 3º VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ - Mº

Autos n. 01699.1996.003.23.00-0

Página 1 de 2

	GOVERNO DO E		03 Correções	04 Reservado		
	SECRETARIA DE E DOCUMENTO DE A MODELO1 - AUT				Nº TPAR Sequência	
1	l Nome do Contribuinte FRIBUNAL REGIONAL DO	TRABALHO		,	05 CNPJ ou CPF 37.115.425/0001-56	
7	2 Endereço Completo				06 Inscrição Estadual 0	
1	7 Reservado ao Processament	0		08 Nº Parcela	09 Número da N.A.I./RENAVAM	
	0 Nome do Município CUIABA:::	20 Cód. Munic. 09000 0	21 Período Ref. 02/2006	22 Data Vencto. 01/02/2006	23 Inf. Complementares 700/01.368.881-76	
ŀ	4 Especificação da Receita TRANSFERENCIA DO IR		25 Código 9318	26 Valor 819	. ,64	
1	32 linformações Previstas em RECLAMANTE-JOSILDA I	PACHECO EL	Correção Monetária		,00	
RECLÁMADO-CODEMAT PROCESSO- 01699.1996.003.23.00-0 o uso da receita de ICMS NORMAL não acoberta saída de mercadoria interestadual				Multa	28 Valor	,00
				Juros	29 Valor	,00
				TSE	30 Valor	,00
1	•			Total a Recolher	31 Valor 819	,64
ļ	33 Valor a Recolher por Extension DITOCENTOS E DEZENOS ATRO CENTAVOS	Æ REAIS E S		40 Autenticação Me		

Addelo aprovado pela PORTARIA CIRCULAR N. 069/2000

Via Arrecadação

5680000008-0 19640123200-0 60201931870-1 00136888176-7

CEF268501022006105785001789

819,61RD100



Nº 051136

7.235 ____ CIRC.: 10/10/05 DJMT:_

3ª V. DO TRABALHO

PROCESSO N.: 00934.1995.003.23.00-5

RECLAMANTE Josilda Pcheco Elste RECLAMADO Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT

ADVOGADO : Marcos Dantas Teixeira

ADVOGADO: Newton Ruiz da Costa e Faria

Ante a certidão de fl. 329 e a guia de fl. 331, declaro extintos os debitos trabalhista e previdenciário, nos termos do art. 794, I, do CPC. Intimem-se as paries e o INSS.

No proposition of the propositio



Fax: 65 624-1023 . e-mail: facilit_mt@terra.com.br



Publicações de Notas, Editais e Balanços ήο Diário da Justiça e Diário Oficial de MT.

E-mail; facilit_mt@terra.com.br Fone/Fax: 624-1023

FACILIATA

Acompanhamento de Publicações

№

70067

DJMT:

7.141

30/05/05 CIRC.:

www.facilitmt.com.br

3ª VARA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

1790



Governo do Estado de Mato Grosso Companhia Matogrossense de Mineração

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5º VARA DO TRABALHO DE COMARCA DE CUIABÁ – MATO GROSSO.

Proc. N. °: 01424.1996.005.23.00-9

Exequente: JOSILDA PACHECO DE JESUS

EXECUTADO: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO -

METAMAT.

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇAO - METAMAT e JOSILDA PACHECO DE JESUS, ambos devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seus procuradores infra-assinados, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada de Termo de Transação que vai junto à presente.

Nestes termos Pede Deferimento

Cuiabá-MT, 27 de outubro de 2004.

AGRICOLA PAES DE BARROS.

OAB/ 6.700

CARLOS HENRIQUE BRASIL BARBOSA OAB/MT 3.983

BERARDO GOMES OAB/MT/3/87

AV: Gonçalo Antunes de Barros 2.970 — Planalto CEP 78.050-300 — Cuiabá — Mato Grosso

Fone: (65) 653-2276 – Fax: (65) 653-3200

mail: metamatdp@bol.com.br / dtmetamat@ibest.com.br





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23º REGIÃO 5º JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.No: 01.587-I

(RECLAMADO)

20/08/96

PROCESSO Nº:

1.415/96.

AUDIÊNCIA :

6 de setembro de 1996, sexta-feira, às 13:55 horas

RECLAMANTE

JOSILDA PACHECO ELSTE

RECLAMADO

CODEMAT

Pela presente, fica V.Sa. NOTIFICADO paravos fins previstos nos itens abaixo:

Comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no endereço, e na data e hora acima mencionados.

Apresentar DEFESA (art.846, da CLT) com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845, da CLT), devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em / 08/96.4

Diretor de Decretaria



CODEMAT PALÁCIO PAIAGUÁS, BLOCO SEPLAN CPA T. E. 23. E. - E. 1820



CUIABÁ - MT

.

advo	gados
uu + u	_~~~

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE CÓNCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ.

JOSILDA PACHECO ELSTE, brasileiro, viúva, RG nº 134.564 SSP/MT, Funcionário Publico, residente e domiciliado à Rua Major Arnaldo de Matos, nº 80, Duque de Caxias, Cuiabá/MT, sendo encontrado, para efeito de notificação na Rua Galdino Pimentel, 14, Centro, Edf. Palácio do Comércio, 2º andar, sala 23, Cuiabá-MT, por seus advogados "ut" mandato incluso vem propor, perante a Douta Junta, a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em face de COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, situada no Palácio Paiaguás, Bloco Seplan, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, pelas razões que passa expor:

1- CONTRATO DE TRABALHO

Admitido 26.02.88, sendo dispensado sem justo motivo em 30.06.96, sem que o reclamado efetuasse o pagamento de todas as verbas rescisórias de direito, aviso prévio, bem como o salário do ultimo mes trabalhado, sendo que o valor do último salário mensal e de R\$ 744,37



2- DAS VERBAS NÃO PAGAS POR OCASIÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO.

A reclamada deixou de incorporar aos salários do reclamante as correções salariais devidas, tendo em vista a data base da categoria ser o mes de maio de cada ano.

Assim, deixou de corrigir os salários do reclamante referente ao periodo 94/95, que corrigiria os salários vigentes no período de maio/95 a maio/96, cujo percentual, medido pelo IPCR perfaz 29,5%, bem como ao período 95/96, a serem aplicados sobre os salários de maio/96 até a demissão do reclamante, em percentual de 18,3%, o qual foi calculado tendo por base o IPCR de maio e junho de 95 e o INPC de jul/95 a mai/96, perfazendo um percentual de 18,3%.

3- ATRASOS DE SALÁRIOS

A reclamada sistematicamente vem atrasando os salários do reclamante, sendo que no período imprescrito, qual seja, nos últimos cinco anos, jamais veio este a receber em dia seus salários, sendo que tal pagamento deveria ser efetuado no quinto dia útil após o mes trabalhado, sendo que tal pagamento, como é público e notório se atrasava pelo menos um mes, chegando ao absurdo de terem sido atrasados os salários por quatro meses.

Assim, na forma do art. 355, do CPC, requer que a reclamada, ao contestar o presente feito, traga as datas do efetivo pagamento dos salários do reclamante, sob as penas do art. 359.

4- NÃO RECOLHIMENTO DO FGTS

A reclamada não efetuou a totalidade do recolhimento do FGTS do reclamante, sendo que o mesmo percebeu, conforme documento anexo, parcialmente, as verbas depositadas. Deve ser compelido a pagar à importância remanescente.

Pelos fatos acima narrados, requer, com base ainda no art. 355, do CPC, que a reclamada, ao contestar a presente, traga os comprovantes de todos os depositos efetuados à conta vinculada do reclamante, para apuração da diferença devida.

REQUERIMENTOS

Assim, formula o pedido de pagamento das seguintes verbas, a serem calculadas por ocasião da execução da Sentençia a ser prolatada pelo Juizo:

a) Pagamento do aviso prévio e do salário de junho/96, com aplicação do art. 467 da CLT, por se tratar de verbas incontrovérsas

Rua Galdino Pimentel nº 14, Centro Edificio Palácio do Comércio, 2º Andar, Sala 23, Cuiabá - MT Fone: (065) 624-2388 / 624-8449

advogados

b)Pagamento das diferenças salariais referentes ao percentual de 29,5%, a partir de maio de 95 até maio de 1996, e sua incorporação aos salários do reclamante para cálculos das diferenças de verbas rescisórias, quais sejam: aviso prévio, férias, inclusive proporcionais, repousos semanais remunerados, FGTS, mais 40% de lei, 13°s. salários, inclusive proporcionais e demais consectários legais, tudo como noticiado acima.

- c) Pagamento das diferenças salariais referentes ao percentual de 18,3%, a partir de maio de 96 até a demissão do reclamante, e sua incorporação aos salários do mesmo para cálculos das diferenças de verbas rescisórias, quais sejam: aviso prévio, férias, inclusive proporcionais, repousos semanais remunerados, FGTS, mais 40% de lei, 13°s, salários, inclusive proporcionais e demais consectários legais
- d) Pagamento de juros e correção monetária sobre os salários atrasados, como noticiado no ítem 3, acima.
- e) Pagamento do FGTS, inclusive os 40% de lei, a serem apurados, como noticiado no ítem 4, acima.
- O reclamante está desempregado, é pobre, sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuizo próprio e de sua família, percebendo menos de dois salários minimos por mes, motivo pelo qual requer os beneficios da JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro na legislação em vigor.

Requer, ainda, que seja o reclamado condenado ao pagamento do ônus da SUCUMBÊNCIA, inclusive os honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor da condenação, com fulcro na legislação vigente.

Dando a causa o valor de alçada de R\$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), requer a notificação-citatória do reclamado para, querendo, responder os termos da presente, sob pena de revelia e confissão, sendo finalmente condenado na forma de pedido acrescido de juros e correção monetária, protestando por todos os meios de provas permitidas em Direito, inclusive a juntada dos inclusos documentos e novos, se houver, oitiva de testemunhas, inclusive depoimento pessoal do reclamado.

Termos em que, Pede Deferimento.

Cuiabá-MT, 15 de agosto de 1996

BERARDO GOMES OAB/MT. 3587 ÇÂRLOS HENRIGE ERAZIL BARBOZA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 5º JUNTA DE CONÇILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

PROCESSO N°. 1.415/96

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, Sociedade Anônima de Economia Mista com sede nesta Capital, no Bloco GPC, PALÁCIO PALAGUÁS, CPA, devidamente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 03.474.053/0001-32, neste ato representada por seu liquidante. DR. JOSÉ BOTELHO DO PRADO, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRM, sob o nº 2.291- MT, nos autos de

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

que lhe move JOSILDA PACHECO ELSTE, processo supra, em trâmite por essa Junta e Secretaria, por seus procuradores infrafirmados, constituídos na forma do incluso mandato (doc.01), advogados, regularmente inscritos na OAB/MT, sob os Nos. 2597 e 4328, com endereço na sede da Reclamada, local indicado a receber as intimações, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aduzindo para tanto as razões fáticas e de direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

1 - DA NULIDADE CONTRATUAL

O Reclamante da presente lide ingressou na CODEMAT, ora Reclamada, órgão da administração pública indireta, sem prestar concurso.

Assim, o vinculo laboral é produto de flagrante ilegalidade, e é totalmente nulo, já que consubstancia-se em ato administrativo inconstitucional, haja vista haver o Autor ingressado no emprego público sem submeter-se ao indispensável concurso público.

A Constituição Federal, ao traçar os princípios norteadores da administração pública, prescreve em seu artigo 37, verbis:

"A administração pública, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - OMISSIS

II a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Primeiro - OMISSIS

Parágrafo Segundo - a não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei".

Os ícones da exegese constitucional brasileira, todos eles já se pronunciaram a propósito daquele dispositivo do texto dito, entre eles CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, HELLY LOPES MEIRELLES, ADILSON DE ABREU DALLARI, AFONSO DA SILVA, entre outros, concluindo unissonamente pelo entendimento da plena ilegalidade de contratações desse jaez, e por conseguinte da sua total nulidade.

A Reclamada é sociedade de economia mista de que o Estado de Mato Grosso é o Acionista majoritário, integrando, pois a administração indireta estadual. Nessa qualidade, insofismável que os atos de gestão praticados pelos que a dirigem, submetem-se em absoluto aos ditames da

legislação que rege a administração pública, mormente no que se refere à forma de investidura no emprego do seu funcionalismo.

Anteriormente à Carta Magna de 1988, e mesmo após o seu advento, sucessivas diretorias da Reclamada perpetravam contratações de pessoal ao arrepio das estipulações da lei maior,o que vem redundando no assoberbamento asfixiante de suas obrigações financeiras, na inviabilização de sua própria e específica função de instrumentalizadora do desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

Nulas são, pois essas celebrações, pleno jure, e assim devem ser declaradas.

Necessário se faz atentar para os efeitos da decretação dessa colimada nulidade. O ato nulo, por natimorto, não gera quaisquer efeitos.

Esse o entendimento corrente da Doutrina e da Jurisprudência. Um dos mais consultados exegetas da legislação laboral, o emérito Jurista DÉLIO MARANHÃO, em sua obra "INSTITUIÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO", ed. LTR, pág. 243, ensina que:

"Atingindo a nulidade o próprio contrato, seguindo os princípios do direito comum, produziria a dissolução "ex tunc" da própria relação.

Evidentemente, não pode o empregador devolver ao empregado a prestação do trabalho em virtude do contrato nulo. Assim, não é possível aplicar-se, no caso, o princípio do efeito retroativo da nulidade. Daí porque os salários que já foram pagos, não devem ser restituídos, correspondendo, como correspondem, a contraprestação definitivamente realizada.

Se o trabalho foi prestado, ainda que com base em um contrato nulo, o salário há de ser devido; o empregador obteve o proveito da prestação do empregado, que sendo por natureza infungível não pode ser restituída.

Impõe-se por conseguinte, o pagamento da contraprestação equivalente, isto é, do salário, para que não haja enriquecimento ilícito".

Essa novel constituição brasileira não inovou no estabelecimento de regras gerais para o funcionalismo público; nada mais fez que recepcionar os critérios consagrados pela Carta de 1969.

A emenda constitucional No. 1, de 17 de outubro de 1969, que igualmente recepcionou o Texto Máximo de 1967, no que se refere à forma de investidura no serviço público, estabelecia em seu artigo 97:

"Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei. Parágrafo Primeiro - A primeira investidura em cargo público dependerá de provas e títulos salvo os casos indicados em lei".

De tudo o que se expende nessa preliminar ficou assente, à margem de qualquer dúvida, que servidor ou funcionário público é aquele que se vincula contratualmente à administração pública, seja direta ou indireta.

O diploma maior de 1967 já dava explicitamente o aspecto conceitual do servidor público ao tratar da proibição da cumulação de cargos em seu artigo 99, verbis:

"Art. 99 - É vedada a cumulação remunerada de cargos ou funções públicas.

Parágrafo Primeiro - omissis

Parágrafo Segundo - A proibição de acumular se estende a cargos, funções, ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista."

Assim, os Servidores admitidos em prévio concurso público ainda que anteriormente a atual constituição, nem por isso estão infensos aos efeitos profiláticos dela, cujas disposições se constituem em mero prolongamento do que continha a Carta revogada no respeitante à forma de acesso ao serviço público.

Inconteste, pois, que o contrato laboral celebrado com o Reclamante ainda sob a vigência da Constituição de 1969, é igualmente nulo de pleno direito e assim também deve ser declarado.

2-INÉPCIA DA INICIAL

Reza o artigo 282, do CPC, verbis:

Art. 282. A petição inicial indicará:

I - omissis

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Inépcia é o termo que se reserva para definir o ato postulatório da parte formulado defeituosamente.

O CPC em vigor acolheu o princípio dispositivo, conforme depreende-se da Exposição de Motivos.

O postulado de que a iniciativa das provas cabe exclusivamente à parte que alega o fato constitutivo de seu direito, constitui-se na mais acentuada característica do princípio dispositivo, cuja particularidade mais evidente é o ônus da prova.

Assim, se o sistema do CPC, em vez de dispositivo fosse inquisitório, não haveria falar em ônus da prova, pois que sua indicação caberia ao Juiz. Contudo, como adotado que foi o referido princípio no direito processual brasileiro, a atividade relativa à procura e a escolha dos fatos e suas correspondentes provas, compete pois, à iniciativa exclusiva das partes.

Como cabe às partes indicar as provas que julgarem oportunas, tanto pior para elas se forem insuficientes.

A simples alegação de que a Reclamada não teria efetuado a totalidade do recolhimento do FGTS, lançada na exordial sem estribar-se em qualquer tipo de provas, não detém o condão de alçar-se a plano de verdade irrefutável.

Assim também no que se refere à alegação do Reclamante sobre não lhe haver sido pagos os salários sempre rigorosamente em dia. Ora, afirmar pura e simplesmente que *sistematicamente* vem a Reclamada se atrasando na prestação salarial é por demais vago, é imprecisão escandalosa que absolutamente não se presta a nenhuma orientação judicial tendente ao acolhimento do postulado.

A parte, como suso abordado, não pode instilar no julgador, por deficiência calculada de informações e provas, robustas e inconcussas, dúvidas acerca da extensão do que pleiteia, pena de ter a vindicação indeferida, como há de ser a presente, por obviamente inimputável ao órgão judicante o exercício de ilações, conjecturas e adivinhações para a melhor

prestação jurisdicional, segundo os também melhores princípios de equidade e justiça.

O absurdo de terem sido atrasados os salários por quatro meses segundo a candente afirmação do autor, muito bem pode ter ocorrido, se é que ocorreu, em épocas alternadas, em períodos descontínuos, como igualmente pode ter se verificado em primórdios da relação laboral que já engolfados pela inexorabilidade do vórtice da prescrição.

O mero arrozoado não é suficiente para provar um fato, surge a imprescindibilidade da prova da existência desse fato. Não coligí-la é exporse ao látego implacável da inépcia, mercê da sabedoria do brocardo segundo o qual o que não está nos autos, não está no mundo!

Tal assertiva encontra eco no artigo 333, do CPC, que prescreve, "verbis":

Art. 333. O ônus da prova incumbe.

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito

A Consolidação das Leis do Trabalho ao preconizar a subsidiaridade da lei instrumental civil ao processo trabalhista, prevê em seu artigo 769:

"Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste título"

Subsidiário segundo os melhores dicionaristas, Aurélio, por exemplo, traduz-se por:

"Relativo, a ou que tem o caráter de subsidio: meios subsidiários; que concede subsidio; que ajuda..."

Pois bem. Sobre o procedimental envolvente da formação e desenvolvimento válido do processo tendo-se por base a CITAÇÃO, o Diploma Consolidado não cogita.

Por sua vez o Código de Processo Civil Brasileiro é peremptório ao estabelecer em seu artigo 219 que:

"A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz **litigiosa** a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição".(g,n.)

Ao estabelecer os efeitos da citação, também prescreve citado Diploma, in ipsis litteris, em seu artigo 264, verbis:

"Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu..."(g.n.)

Com o fito explícito de proteger eventuais direitos da parte claramente pressupondo a falibilidade profissional, fez o legislador amenizar as consequências do louvável rigorismo dessa disposição, ao fazer consignar naquele Digesto pelo seu artigo 284 a oportunização de emendas à inicial.

Diz, pois, citado dispositivo:

"Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de dez (10) dias".

A liberalização da lei, no entanto, inescusável, inescapável, intergiversável, insofismável que permissível ao caso concreto verificável anteriormente à citação do réu.

Absolutamente inegável que assim deva ser, porquanto prescreva o artigo 285 do mesmo CPC:

"Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu para responder;..."

Destarte, não há falar em se conceder deferida a eventuais postulações extemporâneas que visem à emenda da presente peça exordial, ainda que seja em nome da obediência ao princípio da informalidade e da festejada, decantada, e nem sempre real hipossuficiência do laborista, por colidir brutalmente com literal disposição de lei.

Logo, face a absoluta ausência de provas que corroborassem a alegação de atraso no pagamento de salários, cujo ônus ao autor incumbia,

impossibilitando a realização da cognição pelo Juízo, bem como também a defesa da Reclamada, que não poderia contestar pedido inespecífico, Requerse a Vossa Excelência. fulcrado nos artigos 267, I, e 329, do CPC, a extinção do processo no que se refere aos pedidos de recolhimento do FGTS e pagamento de juros pelo alegado atraso no pagamento dos salários.

3 - DA LITISPENDÊNCIA-

A - REAJUSTES 94/95

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso, entidade que congrega a categoria profissional a que a Reclamante pertence, como se pode constatar pela inclusa relação de seus associados, aforou, perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Dissídio Coletivo buscando normatividade para o haurimento dos reajustes salariais que não foram objeto de negociação via Acordo Coletivo, conforme se comprova pelos documentos cuja cópia vão instruindo a presente.

Aquela Egrégia Corte exarou Venerando Acórdão que acolheu parcialmente o pleito deduzido, aqueles mesmos índices postulados no item 2, primeira parte da presente Reclamação, referente ao período 94/95.

A ora Reclamada, não se conformando com aquela decisão, dela recorreu ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, conforme faz prova a inclusa documentação reproduzida xerograficamente. (doc.), apelo que ainda se encontra pendente de julgamento pela instância ad quem.

Deve, portanto, a presente Reclamação ser julgada extinta sem julgamento do mérito nesse particular.

4 - DA COISA JULGADA

O ora Reclamante ajuizou, perante a 3º Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, a Reclamação Trabalhista tombada sob o nº 934/95, que pleiteou as mesmas verbas da presente reclamação e que recebeu decisão, tudo conforme se comprova pela inclusa documentação.

Assim, configurando-se plenamente a prejudicial, requer-se a Vossa Excelência seja julgado extinto o presente processo, com julgamento do mérito.

1 - DAS VERBAS RESCISÓRIAS

a) Aviso Prévio

o Reclamante foi previamente dispensada no dia 30 do mês de maio do ano em curso, como se comprova pelo respectivo "Aviso" em que ele apôs a sua assinatura, e do qual vai cópia instruindo a presente.

Resultou daí, que no período legal do aviso prévio a Reclamante prestou normalmente os seus serviços à Reclamada, inclusive com a redução do seu horário normal de expediente, nos termos do que prescreve o artigo 488 da CLT.

Não há, pois, falar em qualquer obrigação a esse título porquanto as verbas que lhe corresponderam foram constituídas pelo próprio pagamento do salário do mês de junho/96, período em que referido Aviso Prévio foi regularmente cumprido.

b) Salário do mês de junho/96

Improcede a Reclamatória, consequentemente, também relativamente a esse pleito, haja vista o efetivo recebimento do salário do mês de junho/96 pelo Reclamante, conforme se comprova pela cópia da respectiva folha de pagamento devidamente rubricada por ele que também vai instruindo a presente. (doce).

2 - DO EFETIVO RECOLHIMENTO DO FGTS

Improcede totalmente o pleito no que concerne aos depósitos fundiários, como a seguir se demonstrará.

Conforme se comprova pela inclusa documentação, a Reclamada celebrou Acordo de Parcelamento com o órgão gestor, a Caixa Econômica Federal, em 20 de dezembro de 1.993, através do qual se convencionou o pagamento da dívida que a Reclamada mantinha relativamente aos depósitos fundiários dos seus servidores.

Dito Acordo possibilitou reescalonasse a Reclamada o débito mantido perante o Fundo, até a data da sua celebração, que se reportou a alguns períodos de atraso verificado exclusivamente após o ano de 1.986, sendo curial que abrangeu a totalidade daquelas pendências, pois não seria

razoável supor-se que se excluísse dele eventuais resíduos. Foi desse mesmo acordo cláusula inclusive de expressa resolução, que obrigava à Reclamada também à completa integralização dos depósitos às contas vinculadas dos titulares na hipótese de demissão.

Pelo motivo da liquidação da Reclamada, visante à sua extinção, viu-se ela na contingência da total integralização do débito apurado ante a inevitabilidade da dispensa dos seus empregados, o que realmente foi feito conforme se comprova pelo documentos que vão junto ao presente (guias de recolhimento).

Como se vê mesmo do Termo de Rescisão Contratual firmado pelo Reclamante, foi-lhe paga inclusive a quantia referente à multa pela dispensa sem justa causa, aquela mesma a que se refere o parágrafo lo do artigo 18 da Lei 8.036/90.

Ora, essa penalização, que ascendeu a R\$ 3.075,41 naturalmente que teve por base o valor total que constituía o crédito do Reclamante a título de FGTS, apurado e diretamente depositado à sua conta junto à Caixa Econômica Federal obviamente também levantado por ele mercê de servir o próprio Termo de Rescisão àquele fim, por constituir-se igualmente em Autorização para Movimentação do Fundo.

Nada portanto deve a Reclamada ao autor a título de FGTS, devendo, por medida de justiça, também esse pleito ser julgado totalmente improcedente.

3 - DOS REAJUSTES SALARIAIS

O pedido de reajustes salariais pleiteados na parte final do item 2 da presente Reclamação, referente ao período 95/96, mostra-se à toda prova totalmente improcedente, porque absolutamente destituído de base legal.

Realmente, tal pedido encontra-se à míngua de qualquer fundamentação que possa autorizar o seu deferimento, a uma porque desamparado de nenhuma previsão legal, aleatoriamente apurados que foram, não tendo sido declinadas as fontes em que hauridos os números que o compõe; a duas porque a incidência deles não prescinde de prévia acordância entre as partes interessadas, empregador e empregados, nos termos do que prescrevem o artigo 26 da Lei 8.880/94, e a Lei 8.542/92, que remetem à livre negociação coletiva sobre reajustes salariais.

Do que foi convencionado no ACT 94/95, cuja cópia se traz à colação, (doc.) nenhum reajuste de salário foi preconizado entre o Sindicato representativo da categoria a que pertence a Reclamante e a ora Reclamada, nem tampouco houve qualquer acordância para o período imediatamente àquele.

4 - SALÁRIOS - DO EFETIVO PAGAMENTO DOS JUROS

Como bem se vê do competente Termo de Rescisão Contratual que formalizou a extinção do vínculo estabelecido, em seu ítem 46 estão lançados os valores relativos aos juros que restaram devidos ao Reclamante pelo atraso nos pagamentos dos seus salários, aqueles mesmos a que se refere o petitório madrugador.

Em anexo, relação levantada junto ao CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO GROSSO - CEPROMAT, órgão que, principiando pela Folha de Pagamento, se incumbe de submeter a processamento toda a gama de levantamentos financeiros dos servidores do Estado, e que estampa, já em sua ... folha, a designação nominal do ora Reclamante e seu crédito relativo aos juros por salários pagos em atraso para a data de 31.03.94, o qual importava então em R\$ 471,18.

servidor obteve a este título a quantia de R\$ 2.127,63, o que demonstra que tal crédito resultou quitado além da saciedade.

Integrando, pois, esses valores o quantum das verbas rescisórias devidas ao Reclamante, e tendo sido naturalmente inteiramente por ele recebidas, à toda prova, assim, se afigura a improcedência da postulação, que assim deve ser julgada, como medida de justiça, totalmente improcedente.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito, deverá ser a presente contestação ser recebida e afinal julgada provada para o efeito de acolher-se as preliminares arguidas, ou ainda adentrando o mérito, pela procedência das razões expostas para julgar totalmente improcedentes os pedidos da inicial, condenando-se o autor nas custas e demais cominações fegais, como de direito.

Protesta por todos meios de provas em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal do Reclamante e oitiva de testemunhas.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 06 de setembro de 1.996

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT 2.597

OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT 4.328

IDENTIFICAÇÃO			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	01 Carimbo padronizado	
oz Empregador			Lalotta	03 474 0	53 / 0001 - 3
CODEMAT- CIA	DES DO EST	DE MATO GRO	03 Código SSQ - 6756	30 4/4 0	53 / 0000 .
04 Endereço	DUB DO EST	DE PATO GRO	330 1 0730	CIA. DE DECE	
PALACIO PAI				DE MATO CO	OLVIAMENTO DO ESTAL OSSO - CODEMAT
os CEP o6 Baim		o7 Município	08 05	1042	
78050870 C	PA 10 Agência/UF	CUIABA	11 Côd. Agência	7	P.A.
C.E.F.	CUIAB	A/MT	Odd: Agenda	- CO.484	
12 Empregado	-			13 Carteira de Trabalho	•
JOSILDA PAG	CHECO ELST 15 Código 6	amprenado la	Data nascimento 17 Data ad	96,296	547
10861859151	10 00190	, in program		Vi. 345 Vi. 145 Vi. 14	19 Data afas 2.88 30.00
20 Maior remuneração	21 Aviso p	révio 22 Pens Alim 23		* 1 2460	24 Cód. saqu
744,37	30.0)5.96 %	SEM JUSTA CAUS	A .	
DISCRIMINAÇÃO/RECIBO.DAS	VERBAS RESCISÓRIAS				. <u> </u>
25 Indenização Valor		26 Saldo de salários	Valor	27 FGTS-multa rescis.	lu .
anos,		Zo Seloo de salanos	Valui	27 FGTS-multa rescts.	3.075,42
28 Aviso previo		29	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	30	
3 salārio	<u> </u>	Comissões	•	TOTAL BRUTO	7.503,62
06 /12 ayos	372,18	32 Horas extras		DESCONTOS	
3° sal inden.	-, -,	34	Part II	35	, .
/12 avos	* Y	Gratificação	f . i	Previdência	105,33
30 Setarlo-familia		37 Adkilonal Insalubri- dade/perkulosidade	,	38 Previdência 13 [†] sal.	33,50
30 8		40		·	33,3
Féilas vencidas	, * , , ; ;	Adictonal noturno		Adlantamentos	372,18
42 Férias proporca	248,12	L.PRÉMIO	1.339,86	144 IRRF	580,6
vs salanos ierias	143,91	JUROS '	2.127,63	47	• .
8 Sali maternidade		49 FGTS-mês rescisão/ mês anterior	196,51	50 TOTAL LIQUÍDO RECEBIDO	
51 Dala de nomologação	52 Carimbo e assinatur	ra-do empregador/preposto			6.411,9
W	P ' //		. / //	Empregado	54 impressão digita Responsável leg
	José G. B	Milho do Prado	Analloish Mo	Acompanhamana	· ·
		DIDANTE -	chele da Divisão de Reg.	T Acompania	:
ss Assinatura do empregado A	110				
ss Assinatura do empregado	i t				
bachical	Pate	e e e e e e e e e e e e e e e e e e e			
En W	Pate				
bachical	Pate			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
bachical	Pate			68 Data recepção pelo Band	20 . 1
Assirfal era do responsávo i	Pati (egal			68 Data recepção pelo Band	20. 1
Assiratora do responsavo I	Pati (egal	R	hun hun		20. 1 post 1
RECIBO DO FOTS 7. Cajtimbo e assinatura autori	Pati (egal	Ro prado	And Allhat Morale	Brito	20 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
RECIBO DO FOTS 7. Cajtimbo e assinatura autori	izada da empresa	Ro Prado Ca	hun hun	Brito.	· 's · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
RECIBO DO FOTS 7. Caitimbo e assinatura autori	izada da empresa Sosé G. Botella	TE Che	Area Allikat Moreira je la Divisão do Reg. e Acop	panhamens	o da agência CSA/CIEF - 47/74)
RECIBO DO FOTS 7. Cajtimbo e assinatura autori	egal zada da empresa sosé G. Botelle Lighter PACHECO BLE	TE Che	Aria Allan Moreira No de Divisão do Reg. e Acop CODEMAT	panhamens	o da agência
RECIBO DO FOTS TO Cajundo e assinatura autori SO Sacador - Nome JOSILDA	egal zada da empresa sosé G. Botelle Lighter PACHECO BLE	TE Che	Area Allkat Moreires No da Divisão do Rog. o Acop CODEMAT	panhamens	o da agência
RECIBO DO FOTS 7. Catimbo e assinatura autori 5.9 Sacador - Nome JOSILDA 6.1 Valor do saque - Depósitos 6.4 Impressão digital	egal zada da empresa losé G. Botel LIGHTON PACHECO BLE 62 Juros e co	TE Che	Asta Allan Morecration de Reg. e Aces CODEMAT	panhamens	o da agência
RECIBO DO FGTS 7 Cattimbo e assinatura autori Sol Sacador - Nome JOSILDA Valor do saque - Depósitos	egal zada da empresa Botel Light SA	TE Che	Asta Allan Morecration de Reg. e Aces CODEMAT	panhamens	o da agência
RECIBO DO FOTS 7. Catimbo e assinatura autori 5.9 Sacador - Nome JOSILDA 6.1 Valor do saque - Depósitos 6.4 Impressão digital	egal zada da empresa losé G. Botel LIGHTON PACHECO BLE 62 Juros e co	TE Che	And Allest Morecration de Reg. e Aces CODEMAT	panhamens	o da agência
RECIBO DO FOTS 7. Catimbo e assinatura autori 5.9 Sacador - Nome JOSILDA 6.1 Valor do saque - Depósitos 6.4 Impressão digital	egal zada da empresa losé G. Botel LIGHTON PACHECO BLE 62 Juros e co	TE Che Prado Che STR Correção monetária 66 Assinatura do sa	And Allest Morecration de Reg. e Aces CODEMAT	panhamens	o da agência
RECIBO DO FOTS 7. Catimbo e assinatura autori 5.9 Sacador - Nome JOSILDA 6.1 Valor do saque - Depósitos 6.4 Impressão digital	egal zada da empresa losé G. Botel LIGHTON PACHECO BLE 62 Juros e co	TE Che Prado Che STR Correção monetária 66 Assinatura do sa	And Allest Morecration de Reg. e Aces CODEMAT	panhamens	o da agência

RECLEC COS PAGAMENTOS EFETURES

FAGINA - 21

CRGAC - 247 = COCEMAT=CTATDESENVOLVINERTO EST MIT

BULLICIPIC - CULABA		LCTACAE - 24	7.02.001.CC1 SEPLAN		
* 252548 *	<u> </u>			FATA DO PREC -	- 17/ 66/56
PATRIC N C M E	PROVENTOS	testikits	LEQUIDO DECTE FOTO	ASSINATURA	C1.PGTC
-CO27:61 JCAQLIM SOARES DA SILVA FILHE	1.756.83	157,65	1.558,94 87375C CHC .		10.08 .96
CO27692 JCSE DE CAMPOS MORAES	859+65	124+75	· · • - ·	fliller y	16000000
CC2775E JCSE LLIZ COELEO	1.138,50	116467	1.021.83 873765 Che		
CO27766 JOSE LUIZ DE SIQUEIRA	1.797.65	1.074767			1408/06
COZTESC JOSE SANTANA PERETRA LETTE	1.897.18	222.17	1.665,01 873771 CHG .	The state of the s	. 10.00° 46
CO27647 JOSEFINA FRANCE P BO CARNO	2.053.91	225.61	1.728,90 073772 CHC .		2011 1 C C
CC27662 JOSILCA PACHECC ELSTE	, 746,03	104,61		V. S.	
CC27501 JUANEZ DA SILVA E-SOUZA	1-877-89	239+42	L-638,47-873777-CHC		
COZZESZE JULIETA BENECIJA BORGES POZZETTI	4.023,11	114+66			0.508/97
CO27538 JURACY VIEIRA GUTIERRES		235+65		tractice Letien	~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~
CO2756C KATTA REGINA F DCRNELLES	1.995.53	235.13	1.760.4C E737E2 CHC.		13-00-96
- CO27975 LAELCO ANTONIO CCRREA	738,58	9€ ₹€3	641795 873763 CHG 4	***************************************	12-00-96 A
(CZECZS LAURC MITUG KURCYANAGI	2.629.68	272.82	2.255.66 B73786 CHC		70.494
CO28CTC LEONARDO BARTHALC	2:025:08	251756			2.2.2.
CC2810C LEONIL JOEL DE FIGUEIREDO	835.54	126.36	715.24 873751 CHQ .		-02-14-01
CO3C445 LINEU-PETERSEN-PETT	2.748,34	36241	2.385,87 873540 CHQ	hour land	1010106
CO28 15C LOURDES JOANINHA DE ALMEIDA	1,397,19	155,23	1.241, EE 873754 CHC .	DUITON LUNG Land Fee	A . 87 1 4 1/2 1/2 1/2
	1.632:17	166,30	1.465,87 873795 CHC		
CO28 17.7 LOUR IVAL BENEDIJC COENGA	3,980,60	ę38,4 <u>e</u>	1.142,12 87375 CHC .		2.19151077
CO28193 LUCIA FELENA CONSTANTINO LEGGE		115; 1 6	798,75-87 9797-Ct-C- -		30 68 150
CCZEZLE LLCIMAR_CINIBA_DE_CLIVEIRA_HIRANDA	2.062.56	241.42	1.821,14 87379E CHC .	N. WALLAND	7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7
CO2874C LUCICLA SANTANA BARTFALO	2+870+69	449.47	2:421:22-873799 CHQ -	MATERIA .	
COZEZGE LUIZ ALBERTO OG C ALVES RIBEIRG	724.86	52.88	631.5E 873EC1 CHC	The state of the s	62/09/96
CO2877 4 LUIZ CARLOS DOS SANTOS	1.860.75		1.607,35 673862 CHG .	***	
C028282_LUIZ_DEODORO_CCELHC	674.28	93,57	580.71 8738(3 CHC.)	The state of the	Claps of the second
CO2822C LUIZ GONZAGA DA SILVA-	814,84	118,00		600000000000000000000000000000000000000	2 / * d d - * * * * * * * * * * * * * * * *
CO28371 LUZINETE RODRIGUES BRAGA DOS REIS	952.34	lCE,žE	844.06 873810 CHG .	1. 1	15:1:46.
CO2838C LUZINETH CONCETCAD SCARES	1.568,46		1.396115 073611 CHG	A Lade	12 19 2
COZESSE MAILCE GARCIA DE CASTRO COUTC-	1.039.97	175,53	864.C4 873E12 CFG		12.08.36
CO2841C MARA MARCIA CA LUZ FERNANDES	926,35	174.83	811,52 873814 CHC	/ Jullessian	
CC2844 4. MARCELO EVARISTO DE SOUZA COELHO	510,95	74.26	436.69 E73816 CHC		12.70 7.77
CO28452 MARCIA CONSUECC DE ALMETOA	821.75	130;26	691,49-873617-CHC		12/08/86
(C28576 MARIA AUXILIADERA LUCAS DE JESUS	1.770.79	235.66	1.531.19 873.EZE CHC	Privi	nante.".

Aviso Prévio do Empregador para Dispensa do Empregado 🖺

Empresa

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT Nome do Empregado JOSILDA PACHECO ELSTE Pelo presente notificamos que a......30....dias da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços pela nossa empresa, e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 487 - itens - 1 e II - Cap.VI - Título IV, do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 da CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Até o término do aviso prévio, por força do art. 488 da CLT V.Sª terá seu horário de trabalho reduzido de duas horas diárias sem prejuízo de seu salário, a fim de procurar outro emprego. Nestas condições, sua jornada de trabalho terminará duas horas antes do horário normalmente previsto. Caso V.Sª resolva optar pela faculdade do § único do art. 488 (jornada normal, com redução de sete dias de trabalho no final do aviso), solicitamos formalizar esta intenção. A presente dispensa se da pelo motivo da liquidação desta Companhia, em obediên cia ao Decreto Governamental nº 770/96, que preconiza sua extinção. Solicitamos a devolução do presente com o seu "ciente". Empregador Local/Data José 9 m caso de Empregado Menor Assinatura do Responsável, Empregado

ESTADO DE MATO GROSSO

" DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - SISTEMA DE PAGAMENTO

CODEMAT-CIA DESENVOLVIMENTO EST MI 02 001	001	329	1 CE 1

TUNC(OWARIO	ORGÃO	ONDEM	MES DE REFERÊNCIA
JOSTLÓA PACHECO ELSTÉ	NOF 247	CC27863	2L1 ≠ 96

/ ·	_r		P-12()	MEQ /QUAM1	
SALARIO BASE	1 141	G	01/01		£41,70
AD. TEMPO DE SERVICO		1	((/99	16	1(2,67
SALARIC-FANILIA	1 352	2	(¢/\$9		1,6€
ASC-MENSALICACE	4 522	1	((/99		6.41
IAPAS		1	£€/99		£1,8£
		1	((/55	166	9,96
SINCED / MT		1	((/55		6.42

746.03 1C4.61 641.42

NIVEL IV- 22 - A 4022 7 2 2

PERCONTOR NAC EPETUADOR FOR FALTA DE FUNDOR

EXM° SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA EG. JCJ DE CUIABÁ



JOSILDA PCHECO ELSTE, brasileira, viúva, Funcionária Pública, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 134.564 SSP/MT - CPF nº 229.850.261-72, CTPS nº 96.296 Série 547ª, residente e domiciliado à Rua Major Arnaldo de Matos - Nº 80 - Bairro Duque de Caxias - CEP 78020-080 - Cuiabá-MT, representado por seus procuradores infra-assinados, vem à honrosa presença de V. Exa, propor RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, em face de CODEMAT - CIA DE DESENVOLV. DO ESTADO DE MATO GROSSO, empresa pública, sediada no CPA-Centro Político e Administrativo, Bloco GPC, Cuiabá (MT), pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. É o reclamante empregado da empresa reclamada, admitido em 26/02/88, exercendo la função de Funcionária Pública

<u>I - DAS DIFERENÇAS SALARIAIS</u> POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA

- 1. Firmou o reclamado com o Sindicato obreiro, em 27.09.90, Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, exemplar anexo, estabelecendo no item 5:
 - "5 Em atendimento à reivindicação do SINDPD-MT e para evitar qualquer dúvida na aplicação dos percentuais dispostos nos ítens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

<u>Mês</u>		<u>Rep.</u>	<u>Salarial</u>	<u>Ganhos Reais</u>	<u>Política Salarial</u>
Outubro			- ' '	6,09%	-
Novembro.	1	3%	-	•	
Dezembro			<i>3%</i> .	6,09%	IPC Set/Out Nov
Janeiro			3%	-	-
Fevereiro			8%	6,09%	-
Março	•		12,55%	-	IPC Dez/Jan/Fev

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS ADVOGADO OAB/MT 3618



Abril Maio 12,55% 44,80% 6,09%



- 2. Até o mês de fevereiro de 1991, a avença foi integralmente satisfeita, sendo, entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano. Neste caso, é o reclamante credor de diferenças salariais a serem aferidas com a aplicação dos seguintes índices:
 - a) 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC's dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91, de 18,30%, 19,91% e 21,87%, respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91;
 - b) no mês de abril/91, 19,40% (12,55% mais 6,09%), sobre os salários de março/91; e,
 - c) a partir do mês de maio/91 44,80%, sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários dos reclamantes.
- 3. Essas diferenças devem refletir nas férias, 13° salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90.

III - DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

- 1. Sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transtornos e prejuízos ao reclamante.
- 2. Os levantamentos estimativos feitos pelo Sindicato obreiro, eis a síntese desses atrasos:

RUA GALDINO PIMENTEL , Nº 14 - EDIF. PALÁCIO DO COMÉRCIO - SALA 22 - 2º ANDAR CENTRO - CUIABÁ - MT - FONE FAX (065) 322-3541 Ĺ



Pagamento dos salários do mês de	Foi efetuado no dia
Março/91	10.05.91
Abril/91	15.06.91
Maio/91	12.07.91
Junho/91	15.08.91
Julho/91	10.09.91
Agosto/91	14.10.91
Setembro/91	17.11.91
Outubro/91	10.12.91
Novembro/91	13.01.92
Dezembro/91	20.01.92

- 3. Em face dos atrasos acima, é o reclamante credor de juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.
- 4. Requerem que se digne V. Exª determinar que a Reclamada apresente os holerites do Reclamante, com vistas à apuração da correção monetária e demais encargos.

IV - DO ATRASO NOS DEPÓSITOS DO FGTS

- 1. Outro ponto da demanda relaciona-se à ausência de recolhimento dos valores referentes ao FGTS à conta vinculada de cada um dos reclamantes. Pelas parcas informações conseguidas, constatou-se que a empresa reclamada, desde junho de 1986 não procede ao recolhimento dos depósitos fundiários de seus empregados.
- 2. No tocante a este ponto da demanda não se tem notícias de nenhum depósito fundiário feito pela Reclamada na conta vinculada do Reclamante desde junho/86.
- 3. Com apoio no art. 25 da Lei 8036/90, os reclamantes pedem que a empresa reclamada seja compelida a realizar todos os depósitos em atraso, com as cominações do art. 22 da referida Lei.

RUA GALDINO PIMENTEL , Nº 14 - EDIF. PÁLÁCIO DO COMÉRCIO - SALA 22 - 2º ANDAR CENTRO - CUIABÁ - MT - FONE FAX (065) 322-3541

V - REQUERIMENTO

- 1. Demonstrada a lesão aos seus direitos, formula o reclamante os pedidos seguintes, em valores apuráveis na liquidação da sentença:
 - a) pagamento das diferenças salariais em face da aplicação dos percentuais de 94,57% no mês de março/91; em abril/91, 19,40% sobre os salários de março/91; e em maio/91, 44,80%, sobre os salários de abril/91, com a incorporação definitiva desses índices aos salários do reclamante;
 - b) pagamento dos reflexos das diferenças supra nas férias, 13° salário, licençaprêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90;
 - c) pagamento dos juros, multas e correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários e a multa prevista no Acordo Coletivo de Trabalho, conforme fundamentação supra;
 - d) recolhimento dos depósitos do FGTS, desde junho/86, na conta vinculada do reclamante, com as cominações previstas no art. 22 da Lei nº 8.036/90, quais sejam, correção monetária, juros de mora de 1% ao mês e multa de 20%.
- 2. Pede mais a condenação do Reclamado nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da condenação, de acordo com a Lei 8.906/94.
- 3. Protesta pela oportuna produção de provas, requerendo, desde logo, com base no art. 355 e sob as penas do art. 359, ambos do CPC, que a empresa seja compelida a apresentar cópias de todos os holerites de pagamento dos reclamantes, como provas do não cumprimento dos reajustes salariais estabelecidos na norma coletiva aqui invocada, bem assim, dos atrasos no pagamento mensal.
- 4. Com o apoio do art. 735 da CLT e Lei nº 8.036/90, pedem que a Caixa Econômica Federal seja notificada a fornecer cópia dos extratos analíticos das contas do FGTS existentes em nome do Reclamante, com vistas à comprovação do não recolhimento dos respectivos depósitos fundiários pelo reclamado.
- 5. Finalmente, requer a notificação da empresa reclamada para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, com depoimento pessoal de seus prepostos, ouvida de testemunhas, juntada de documentos e que, ao final, seja o empregador condenado nos pedidos supra, com juros, correção monetária e demais cominações legais.
- 6. Dá-se à causa, para efeito meramente de alçada, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Termos em que, P. Deferimento Egiabá-MT, 06 de abril de 1995.

RUA GALDINO PIMENTEL , Nº 14 - EDIF. PALÁCIO DO COMÉRCIO - SALA 22 - 2º ANDAR CENTRO - CUIABÁ - MT - FONE FAX (065) 322-3541



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO



	ROCESSO Nº	<u> </u>	7.5	St. Witz big Sing 1	DE_ 107 /	<u>V.I</u>
NTÈRESSADO						
SSUNTO _						
····						
4						
•	DECD A	2010	_	INICANA	446556	
	DESPAC	HO2	E	INFORM	NAÇÕES	
·					<u> </u>	
, ·						
i						
			· <u>-</u> .			
					·	
X.					•	
4						
· · · ·			,	•		
-				•	•	
		<u></u>		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
· · ·						
					V-0	
Sept. To the sept.				•		
9 32- 9 32-						
	4	•			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		······································		
- X-	Police of					
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		<u>() 野 (x) </u>		<u>.</u>		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	42					
· Arylin		\$ \frac{1}{2} \frac{1}{2}			······································	
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	,				
\$54.0 27.100	,,	_	7			
				,	·	
V.			•	<u> </u>		
- 3	V	****		<u> </u>		
			•			
		₹ ₂ ,		*		<u></u>
	No. of the last of					
	;		•	-		
**	· <u></u>					
4 2			ela e		<u> </u>	
		P				·
r _{ef} .	<u> </u>					
			_			

Berardo Gomes Carlos Henrique Brazil Barboza Maria do Carmo de Oliveira Neta José Moreno Sanches Junior Advogados

EXM° SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA EG. 5º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ.

Processo n. 1415/96

Reclamante: JOSILDA PACHECO ELSTE

Reclamada: CODEMAT

JOSILDA PACHECO ELSTE, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que contende com CODEMAT, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar emenda à inicial, no focante às datas de atraso de pagamento, bem como dos depósitos fundiários não efetuados pela reclamada, fazendo-a nos seguintes termos:

<u>I - DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS</u>

- 1. Sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transtornos e-prejuízos a reclamante.
- 2. Dos levantamentos estimativos feitos pelo Sindicato obreiro e pela própria reclamante, eis a síntese desses atrasos:

Pagamento dos salários do mês de	Foi efetuado no dia		
Janeiro/91	18/04/91		
Fevereiro/91	18/05/91		
Março/91	10/06/91		
Abril/91	14/06/91		
Maio/91	19/07/91		
Junho/91	16/08/91		
Julho/91	17/09/91		

Rua Galdino Pimentel, 14 - Centro Edificio Palácio do Comércio, Salas 23/42. Cuiabá - MT Berardo Gomes Carlos Henrique Brazil Barboza Maria do Carmo de Oliveira Neta José Moreno Sanches Junior Adonvados

Agosto/91	10/10/91
Setembro/91	08/11/91
Outubro/91	11/12/91
Novembro/91	09/01/92
Dezembro/91	02/04/92
Janeiro/92	21/02/92
Fevereiro/92	19/03/92
Março/92	15/04/92
Abril/92	15/05/92
Maio/92	18/06/92
Junho/92	16/07/92
Julho/92	18/08/92
. Agosto/92	16/09/92
Setembro/92	21/10/92
Outubro/92	17/11/92
Novembro/92	16/12/92
Dezembro/92	10/01/93
Janeiro/93	16/02/93
Fevereiro/93	15/03/93
Março/93	19/04/93
Abril/93	17/05/93
Maio/93	18/06/93
Junho/93	19/07/93
Julho/93	16/08/93
Agosto/93	20/09/93
Setembro/93	19/10/93
Outubro/93	18/11/93
Novembro/93	23/12/93
Dezembro/93	18/01/94
Janeiro/94	21/02/94
Fevereiro/94	21/03/94
Março/94	25/04/94
Abril/94	16/05/94
Maio/94	13/06/94
Junho/94	14/07/94
Julho/94	15/08/94
Agosto/94	14/09/94
Setembro/94	17/10/94
Outubro/94	21/11/94
Novembro/94	25/01/95
Dezembro/95	23/03/95
Janeiro/95	22/02/95
Fevereiro/95	09/05/95
Março/95.	02/06/95
Abril/95	02/06/95
Maio/95	28/06/95
Junho/95	09/08/95
Julho/95	26/09/95
Agosto/95	23/10/95
Setembro/95	15/12/95
Outubro/95	22/12/95

Rua Galdino Pimentel, 14 « Centro Edificio Palacio do Comercio, Salas 23/42. Cuiabá « MT

Berardo Gomes Carlos Henrique Brazil Barboza Maria do Carmo de Oliveira Neta José Moreno Sanches Junior Advogados

Novembro/95 Dezembro/95 Janeiro/96 Fevereiro/96

22/12/96 19/01/96 16/02/96 22/04/96 29/05/96

Março/96 Abri/96

09/07/96

Maio/96

05/08/96 12/08/96

3. Em face dos atrasos acima, é a reclamante credora de juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

4. Requer que se digne V. Exª determinar que a Reclamada apresente os holerites da Reclamante, com vistas à apuração da correção monetária e demais encargos.

II - DO ATRASO NOS DEPÓSITOS DO FGTS

- 1. Outro ponto da demanda relaciona-se à ausência de recolhimento dos valores referentes ao FGTS à conta vinculada da reclamante. Pelas parcas informações conseguidas, constatou-se que a empresa reclamada, desde 1.986 não procede o recolhimento dos depósitos fundiários da reclamante.
- 2. Com apoio no art. 25 da Lei 8036/90, a reclamante pede que a empresa reclamada seja compelida a efetuar os depósitos fundiários ausentes, com as cominações do art. 22 da referida Lei.
- Com fulcro no Art. 355 do CPC, e sob pena do Art. 359 do mesmo diploma legal, deverá a reclamada trazer aos autos as GR'S e Res, de todo o período laborado pela reclamante, para que se possa apurar quais foram os meses em que não houve depósito fundiário

Termos em que, P. Deferimento

Cuiabá-MT, 25 de Agosto de 1996.

JOSÉ MORENO S. JUNIOR OAB/MT 4759 BERARDO GOMES OAB/MT 3587

8018/m 7978

Rua Galdino Prinentel, 14 - Centro Edificio Palacio do Comercio, Salas 23/42.



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS VARAS DO TRABALHO DE CUIABÁ — MT.

COPIA

Processo SIEX no: 5.891/97

Exequente: Josilda Pacheco Elste

Executado: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO — METAMAT

COMPANHI ROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT, já qualificada nos autos em epigrare, por seu procurador in fine assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do anexo instrumento procuratório, pem como que sejam alterados os nomes dos antigos procuradores da capa dos autos, para então, fazer constar nas publicações os nomes dos atuais procuradores.

Nestes têrmos, pede deferimento. Cuiabă, 15 de Março de 2002.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.579

FTC8A/017863,2002/20-03-2002/13:51/4



(RECLAMADO)

CONTRATO ECT /DR/ MT

JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23 REGIÃO

3ª JCJ - CUIABÁ MT

NOT.Nº: 01.853-I

DER JUDICIÁRIO

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

ŧ,

TRT 28' R. - Nº 1823/93

02/10/96

1.699/96. PROCESSO N°:

15 de outubro de 1996, terça-feira, as 13:05 hofas AUDIÊNCIA :

RECLAMANTE -JOSTEDA PACRECO ELSTE

, RECLAMADO CODEMAT S/A

Pela presente, fica V.Sa. NOTIFICADO para os fins previstos nos itens abaixo:

". Comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no endereço, e na data e hora acima mencionados.

Apresentar DEFESA (art.846, da CLT) com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845, da CLT), devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1° do art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. Em anexo a cópia da inicial.

> CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ap destinatário, via postal em ()2/10/96.

> > Diretor de Secretaria

Luis Claudio de Campos Borge: Auxiliar Judiciário

Protogola CODEMAT

PALÁCIO PATAGUÁS

CUIABÁ - MT

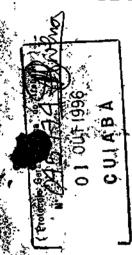
CPA



Berardo Gomes Carlos Henrique Brazil Barboza Maria do Carmo Oliveira Neta José Moreno Sanches Júnior

advogádos

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ.



JOSEDA PACHECO ELSTE, brasileira, viúva, CPF nº 229.850.261-72, Funcionária Problica, residente e domiciliada à Rua Major Arnaldo de Matos, nº 80, Duque de Caxias, Quiata AMT, sendo encontrado, para efeito de notificação na Rua Galdino Pimentel, 14, Centro, Edf. Palácio do Comércio, 2º andar, sala 23, Cuiabá-MT, por seus advogados "ut" mandato incluso vem propor, perante a Douta Junta, a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em face de COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, situada no Palácio Paiaguás, Bloco Seplan, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, pelas razões que passa expor:

1- CONTRATO DE TRABALHO

Admitido 26.02.88, sendo dispensado sem justo motivo em 30.06.96, sem que o reclamado efetuasse o pagamento de todas as verbas rescisórias de direito, aviso prévio, bem como o salário do ultimo mes trabalhado, sendo que o valor do último salário mensal é de R\$ 744,37

Rua Galdino Pimentel nº 14, Centro Edificio Palácio do Comércio, 2º Andar, Sala 23, Chiabá - MT Fone: (065) 624-2388 / 624-8449

·\$5

'n.

2- DAS VERBAS ÑÃO PAGAS POR OCASIÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO.

A reclamada deixou de incorporar aos salários do reclamante as correções saláriais devidas, tendo em vista a data base da categoria ser o mes de maio de cada ano.

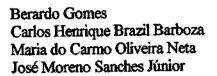
Assim, deixou de corrigir os salários do reclamante referente ao periodo 94/95, que corrigiria os salários vigentes no período de maio/95 a maio/96, cujo percentual, medido pelo IPCR perfaz 29,5%, bem como ao período 95/96, a serem aplicados sobre os salários de maio/96 até a demissão do reclamante, em percentual de 18,3%, o qual foi calculado tendo por base o IPCR de maio e junho de 95 e o INPC de jul/95 a mai/96, perfazendo um percentual de 18,3%.

3- ATRASOS DE SALÁRIOS

Sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transtornos e prejuízos a reclamante.

Dos levantamentos estimativos feitos pelo Sindicato obreiro e pela própria reclamante, eis a síntese desses atrasos:

Pagamento dos salários do mês de	Foi efetuado no dia
Janeiro/91	18/04/91
Fevereiro/91	18/05/91
Marco/91	10/06/91
Abril/91	14/06/91
Maio/91	19/07/91
Junho/91	16/08/91
Julho/91	ғ 17/09/91
Agosto/91	. 10/10/91
Setembro/91	` 08/11/91
Outubro/91	11/12/91
Novembro/91	09/01/92
Dezembro/91	02/04/92
Janeiro/92	` 21/02/92
Fevereiro/92	19/03/92
Março/92	15/04/92
Abril/92	15/05/92
Maio/92	18/06/92
Junho/92	16/07/92
Julho/92	18/08/92
Agosto/92	· 16/09/92
Setembro/92	.21/10/92
Outubro/92	[′] 17/11/92
Novembro/92	16/12/92
Dezembro/92	10/01/93
Janeiro/93	16/02/93
Fevereiro/93	15/03/93



advogados

Requer, ainda, que seja o reclamado condenado ao pagamento do ônus da SUCUMBÊNCIA, inclusive os honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor da condenação, com fulcro na legislação vigente.

Dando a causa o valor de alçada de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), requer a notificação-citatória do reclamado para, querendo, responder os termos da presente, sob pena de revelia e confissão, sendo finalmente condenado na forma de pedido acrescido de juros e correção monetária, protestando por todos os meios de provas permitidas em Direito, inclusive a juntada dos inclusos documentos e novos, se houver, oitiva de testêmunhas, inclusive depoimento pessoal do reclamado.

Termos em que, Pede Deferimento.

Cuiabá-MT, 01 de Outubro de 1996

BERARDO GOMES OAB/MT. 3587 CARLOS HENRIQUE BRAZIL BARBOZA OAB/MT. 3983

JOSÉ MORENOX SANCHES JUNIOR OAB/MT 4759



Berardo Gomes Carlos Henrique Brazil Barboza Maria do Carmo Oliveira Neta José Moreno Sanches Júnior

advogados

NÃO RECOLHIMENTO DO FGTS

A reclamada não efetuou a totalidade do recolhimento do FGTS do reclamante, sendo que o mesmo percebeu, conforme documento anexo, parcialmente, as verbas depositadas. Deve ser compelido a pagar a importância remanescente.

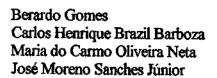
Pelos fatos acima narrados, requer, com base ainda no art. 355, do CPC, que a reclamada, ao contestar a presente, traga os comprovantes de todos os depositos efetuados à conta vinculada do reclamante, para apuração da diferença devida.

REQUERIMENTOS

Assim, formula o pedido de pagamento das seguintes verbas, a serem calculadas for ocasião da execução da Sentençla a ser prolatada pelo Juizo:

- a) Pagamento do aviso prévio e do salário de junho/96, com aplicação do art. 467 da CLT, por se tratar de verbas incontroversas
- b)Pagamento das diferenças salariais referentes ao percentual de 29,5%, a partir de maio de 95 até maio de 1996, e sua incorporação aos salários do reclamante para cálculos das diferenças de verbas rescisórias, quais sejam: aviso prévio, férias, inclusive proporcionais, repousos semanais remunerados, FGTS, mais 40% de lei, 13°s. salários, inclusive proporcionais e demais consectários legais, tudo como noticiado acima.
- c) Pagamento das diferenças salariais referentes ao percentual de 18,3%, a partir de maio de 96 até a demissão do reclamante, e sua incorporação aos salários do mesmo para cálculos das diferenças de verbas rescisórias, quais sejam: aviso prévio, férias, inclusive proporcionais, repousos semanais remunerados, FGTS, mais 40% de lei, 13°s. salários, inclusive proporcionais e demais consectários legais
- d) Pagamento de juros e correção monetária sobre os salários atrasados, como noticiado no ítem 3, acima.
- e) Pagamento do FGTS, inclusive os 40% de lei, a serem apurados, como noticiado no ítem 4, acima.
- f) Pagamento das férias de 93/94 e 94/95 acrescido de 1/3, não gozadas pelo reclamante.
- O reclamante está desempregado, é pobre, sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuizo próprio e de sua família, percebendo menos de dois salários minimos por mes, motivo pelo qual requer os beneficios da JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro na legislação em vigor.

Rua Galdino Pimentel nº 14, Centro Edificio Palácio do Comércio, 2º Andar, Sala 23, Cuiabá - MT Fone: (065) 624-2388 / 624-8449



advogados

Março/93	19/04/93
Abril/93	17/05/93
Maio/93	18/06/93
Junho/93	19/07/93
Julho/93	16/08/93
Agosto/93	20/09/93
Setembro/93	19/10/93
Outubro/93	18/11/93
Novembro/93	23/12/93
Dezembro/93	18/01/94
Janeiro/94	21/02/94
Fevereiro/94	21/03/94
Março/94	25/04/94
Abril/94	16/05/94
Maio/94	13/06/94
Junho/94	14/07/94
Julho/94	15/08/94
Agosto/94	14/09/94
Setembro/94	17/10/94
Outubro/94	21/11/94
Novembro/94	25/01/95
Dezembro/95	23/03/95
Janeiro/95	22/02/95
Fevereiro/95	09/05/95
Março/95	02/06/95
Abril/95	02/06/95
Maio/95	28/06/95
Junho/95 *	09/08/95
Julho/95	26/09/95
Agosto/95	23/10/95
Setembro/95	15/12/95
Outubro/95	22/12/95
Novembro/95	22/12/96
Dezembro/95	19/01/96
Janeiro/96	16/02/96
Fevereiro/96	22/04/96
Março/96	29/05/96
Abri/96	09/07/96
Maio/96	05/08/96
Junho/96	12/08/96

Em face dos atrasos acima, é a reclamante credora de juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato

Requer que se digne V. Exª determinar que a Reclamada demais encargos.

Rua Galdino Pimentel nº 14, Centro Edificio Palácio do Comércio, 2º Andar, Sala 23, Cuiabá - MT Fone: (065) 624-2388 \ 624-8449

EXM° SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA EG. __ * JCJ DE CUIABÁ



1450.8 022383

JOSILDA PCHECO ELSTE, brasileira, viúva, Funcionária Pública, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 134.564 SSP/MT - CPF nº 229.850.261-72, CTPS nº 96.296 Série 547ª, residente e domiciliado à Rua Major Arnaldo de Matos - Nº 80 - Bairro Duque de Caxias - CEP 78020-080 - Cuiabá-MT, representado por seus precuradores infra-assinados, vem à honrosa presença de V. Exa, propor RECLAMAÇÃO BALHISTA, em face de CODEMAT - CIA DE DESENVOLV. DO ESTADO DE LAFO GROSSO, empresa pública, sediada no CPA-Centro Político e Administrativo, GPC, Cuiabá (MT), pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. É o reclamante empregado da empresa reclamada, admitido em 26/02/88, exercendo a função de Funcionária Pública

<u>I - DAS DIFERENÇAS SALARIAIS</u> <u>POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA</u>

Firmou o reclamado com o Sindicato obreiro, em 27.09.90, Termo Aditivo ao Coletivo de Trabalho, exemplar anexo, estabelecendo no item 5:

"5. - Em atendimento à reivindicação do SINDPD-MT e para evitar qualquer dúvida na aplicação dos percentuais dispostos nos ítens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

<u>Mês</u> Outubro		<u>Ganhos Reais</u> 6,09%	Política Salarial
Novembro :: Dezembró Jàneiro	3% 3%, 3%,	6,09%	IPC Set/Out Nov
Fevereiro Março	.8% 12,55%	6,09% -	IPC Dez/Jan/Fev

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MF_3830

Abril	12,55%	6,09%	· 	
Maio	44,80%	-	-	

- Até o mês de fevereiro de 1991, a avença foi integralmente satisfeita, sendo, entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano. Neste caso, é o reclamante credor de diferenças salariais a serem aferidas com a aplicação dos seguintes índices:
 - a) 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC's dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91, de 18,30%, 19,91% e 21,87%, respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91;
 - b) no mês de abril/91, 19,40% (12,55% mais 6,09%), sobre os salários de março/91, e,
 - c) a partir do mês de maio/91 44,80%, sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários dos reclamantes.
- 3. Essas diferenças devem refletir nas férias, 13° salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90.

IH-DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Successivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transformos e prejuizos ao reclamante.

Os levantamentos estimativos feitos pelo Sindicato obreiro, eis a síntese desses

RUA GALDINO PIMENTEL , Nº 14 - ÉDIF. PALÁCIO DO COMÉRCIO - SALA 22 - 2º ANDAR CENTRO - CUIABÁ - MT - FONE FAX (065) 322-3541

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MTESSU

Pagamento dos salários do mês de	Foi efetuado no dia
Março/91	10.05.91
Abril/91	15.06.91
Maio/91	12.07.91
Junho/91	15.08.91
Julho/91	10.09.91
Agosto/91	14.10.91
Setembro/91	17.11.91
Outubro/91	10.12.91
Novembro/91	13.01.92
Dezembro/91	20.01.92

- 3. Em face dos atrasos acima, é o reclamante credor de juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.
- 4. Requerem que se digne V. Ex determinar que a Reclamada apresente os holerites do Reclamante, com vistas à apuração da correção monetária e demais encargos.

IV - DO ATRASO NOS DEPÓSITOS DO FGTS

- Outro ponto da demanda relaciona-se à ausência de recolhimento dos valores referentes ao FGTS à conta vinculada de cada um dos reclamantes. Pelas parcas informações conseguidas, constatou-se que a empresa reclamada, desde junho de 1986 não procede ao recolhimento dos depósitos fundiários de seus empregados.
- 2. No tocante a este ponto da demanda não se tem notícias de nenhum depósito fundiario feito pela Reclamada na conta vinculada do Reclamante desde junho/86.
- Com apoio no art. 25 da Lei 8036/90, os reclamantes pedem que a empresa reclamada seja compelida a realizar todos os depósitos em atraso, com as cominações do art. 22 da referida Lei.

V - REQUERIMENTO

- 1. Demonstrada a lesão aos seus direitos, formula o reclamante os pedidos seguintes, em valores apuráveis na liquidação da sentença:
 - a) pagamento das diferenças salariais em face da aplicação dos percentuais de 94,57% no mês de março/91; em abril/91, 19,40% sobre os salários de março/91; e em maio/91, 44,80%, sobre os salários de abril/91, com a incorporação definitiva desses índices aos salários do reclamante;
 - b) pagamento dos reflexos das diferenças supra nas férias, 13° salário, licençaprêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90;
 - c) pagamento dos juros, multas e correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários e a multa prevista no Acordo Coletivo de Trabalho, conforme fundamentação supra;
 - d) recolhimento dos depósitos do FGTS, desde junho/86, na conta vinculada do reclamante, com as cominações previstas no art. 22 da Lei nº 8.036/90, quais sejam, correção monetária, juros de mora de 1% ao mês e multa de 20%.
- Pede mais a condenação do Reclamado nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da condenação, de acordo com a Lei 8.906/94.
- Protesta pela oportuna produção de provas, requerendo, desde logo, com base no art. 355 e sob as penas do art. 359, ambos do CPC, que a empresa seja compelida a apresentar copias de todos os holerites de pagamento dos reclamantes, como provas do não cumprimento dos reajustes salariais estabelecidos na norma coletiva aqui invocada, bem assim, dos atrasos no pagamento mensal.
- 4. Com o apoio do art. 735 da CLT e Lei nº 8.036/90, pedem que a Caixa Econômica Federal seja notificada a fornecer cópia dos extratos analíticos das contas do FGTS existêntes ém nome do Reclamante, com vistas à comprovação do não recolhimento dos respectivos depósitos fundiários pelo reclamado.
- 5. Finalmente, requer a notificação da empresa reclamada para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, com depoimento pessoal de seus prepostos, ouvida de testemunhas, juntada de documentos e que, ao final, seja o empregador condenado nos pedidos supra, com juros, correção monetária e demais cominações legais.
- 6. Dá-se à causa, para efeito meramente de alçada, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Termos em que, P. Deferimento Cuiabá-MT, 06 de abril de 1995.

RUA GALDINO PIMENTEL , Nº 14 - EDIF. PALÁCIO DO COMÉRCIO - SALA 22 - 2º ANDAR CENTRO - CUIABÁ - MT - FONE FAX (065) 322-3541

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 1995, reuniu-se a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presente o Exmº Juiz Presidente DRª. ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA, e os srs. Juízes Classistas, que ao final assinam, para a audiência relativa ao Proc. 3ª JCJ nº 934 /95 entre partes: JOSILDA PACHECO ELSTE E CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Reclamante e reclamado respectivamente.

Às 13:06 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM Juiz Presidente; apregoadas as partes. Presentes a reclamante assistida pelo DR. MARCOS DANTAS TEIXEIRA, OAB/MT. O reclamado pela preposta ODETE PINHEIRO DA SILVA, assistido pela DRª MARIA DA CONCEIÇÃO PINHO MARQUES, OAB/MT.

As partes concordam com a fixação do valor da causa em R\$ 1.000,00.

Conciliação rejeitada.

Defesa escrita, apresentada em fotocópia, concedendo-se a reclamada o prazo de cinco dias para a apresentação do origina, sob pena de desentranhamento com documentos, dos quais se dá vista ao reclamante por cinco dias a partir do dia 01.08.95

Preclusa a prova documental.

As partes declaram não terem outras provas a produzir.

Para encerramento da instrução adia-se para o dia 09.08.95, às 14:50 horas, dispensada a presença das partes, mas não dos seus procuradores.

Cientes as partes.

Encerrada às 13:09 horas.

NADA MAIS.

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23º REGIÃO 3º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.

Processo nº: 934/95

Reclamante: JOSILDA PCHECO ELSTE

Reclamado: CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE

MATO GROSSO

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se a Egrégia 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes a Exma. Sra. Juíza do Trabalho Substituta ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA, e os Exmos. Srs. Juízes Classistas Representantes de Empregados e Empregadores, que ao final assinam, para audiência relativa ao processo e partes supra citados.

Às 17:05 horas, aberta a audiência, apregoadas as partes, ausentes.

Submetido o processo a julgamento, proferiu a E. 3ª JCJ de CuiabáMT, a seguinte

SENTENCA

Vistos, etc...

JOSILDA PCHECO ELSTE ajuizou reclamação trabalhista contra CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, aduzindo em síntese, que é empregada da reclamada desde 26.02.88, e que em 27.09.90, o sindicato da categoria assinou termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho, onde foram pactuados os percentuais de aumento a serem concedidos no período de outubro de 1990 a maio de 1991.

Alega que a reclamada cumpriu a avença até o mês de fevereiro/91, sendo que a partir de março/91 não mais repassou os índices acordados, pleiteando-os, assim como o recolhimento do FGTS e juros pelo atraso no pagamento dos salários.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 300,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 7/13.

A reclamada apresentou defesa escrita (fls. 18/33), onde argui, em preliminar, impugnação ao valor da causa, inépcia da inicial, litispendência, quanto ao pedido de depósitos relativos ao FGTS, e no mérito, argui a prescrição, sustenta que suspenden o pagamento dos percentuais porque contrariam a política salarial fixada pelo Governo Federal através das Leis nº 8030/90 (art. 4º) e Lei nº 8.178/91, (art. 9º), sustentando a nulidade do termo aditivo com fundamento no art. 611 e seguintes da CLT. Sustenta o pagamento de reajuste salarial de 50%, no período pretendido, requerendo por cautela, compensação.

Juntou os documentos de fls. 16/17 e 34/124, sem manifestação da reclamante. Considerando que a contestação foi apresentada em fotocópia, a Junta concedeu à reclamada prazo para a juntada do original, vindo aos autos às fls. 126/142.

Em audiência as partes concordaram com a fixação do valor da causa em R\$ 1.000,00 (fl. 15).

Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais.

Infrutíferas as propostas de conciliação formuladas a tempo e modo.

É o relatório. Decide-se

PRELIMINARMENTE

I. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Prejudicada a análise da impugnação, eis que houve concordância das partes com a fixação do valor da causa em R\$ 1.000,00, conforme se vê da ata de audiência de fl. 15.

1.2. INÉPCIA DA INICIAL

1.2.1. Ausência de Acordo Coletivo de Trabalho

A preliminar deve ser rejeitada, vez que o acordo coletivo de trabalho que originou o termo aditivo cujo cumprimento se busca, é documento comum às partes, não ignorando a reclamada seu conteúdo, inexistindo prova, sequer alegação de prejuízo à elaboração da defesa, posto que os reajustes pretendidos estão previstos no termo aditivo que se encontra nos autos.

1.2.2. Correção Monetária

A reclamada argui a inépcia da inicial, com relação ao pedido de correção monetária, alegando que por força do princípio dispositivo, a iniciativa das provas cabe à parte que alega o fato constitutivo de seu direito, e assim, a simples alegação de que a reclamada teria pago com atraso e uma relação de datas supostamente apuradas pelo sindicato, lançadas na exordial, não se estribando em qualquer tipo de prova, não detém o condão de alçar-se ao nível de verdade irrefutável. Ao final conclui que a absoluta ausência de provas do atraso impossibilita a realização da cognição pelo juízo e a contestação, porque inespecífico o pedido.

A preliminar fica rejeitada. A prova documental deve vir acompanhada dos documentos em que se fundamenta o pedido. Entretanto, são objeto de prova

somente os fatos CONTROVERTIDOS.

Dispõe o art. 302 do CPC que cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, que assim, não depende de prova, na forma do art. 334 do CPC.

No caso em análise, observa-se que o atraso no pagamento dos salários em nenhum momento foi negado, bem como, sequer alegou a reclamada que as datas apontadas na exordial não correspondem à realidade. Não bastasse isso, toda a prova documental referente ao fato alegado encontra-se sob sua guarda, por força de lei, optando por não trazê-la aos autos, embora a tanto desafiada pela reclamante, na exordial

Inexistindo qualquer impugnação ao fato e datas lançadas na exordial, e considerando ainda que a prova documental hábil a demonstrar o cumprimento da obrigação e por consequência, a inveracidade dos fatos narrados na exordial, encontram-se até hoje em poder da reclamada, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Rejeita-se a preliminar.

1.3. LITISPENDÊNCIA

Ú

, d

A reclamada argui a litispendência, sustentando que a reclamante, através do sindicato da categoria, ajuizou reclamação trabalhista, onde postula os depósitos do FGTS.

Os documentos de fís. 53/68, comprovam que o sindicato da categoria ajuizou reclamação trabalhista nº 072/92 perante a 1ª JCJ/Cuiabá, onde postula os depósitos relativos ao FGTS, comprovando também que a reclamante se inclui no rol dos substituídos, atendendo, desta forma, o disposto no item V do Enunciado 310/TST.

Em face do exposto, acolhe-se a preliminar, estando evidenciada a identidade de partes, de causa de pedir e de pedido, extinguindo-se o feito, sem julgamento do mérito, com relação ao pedido, com fundamento no art. 267, inciso V, do CPC.

2. PREJUDICIAL DE MÉRITO

2.1. PRESCRIÇÃO

A reclamada argui, por cautela, a prescrição quinquenal. Entretanto, não há prescrição a ser declarada, eis que os pedidos que serão apreciados, referemse ao período imprescrito.

Rejeita-se.

3. MÉRITO

3.1. NULIDADE DO CONTRATO

Não há que se falar em nulidade do contrato, por violação a dispositivo constitucional, diante do ingresso no quadro da reclamada sem concurso público haja vista que sua admissão ocorreu em fevereiro de 1988, anteriormente à exigência constitucional de aprovação em concurso público. Observa-se que a Constituição Federal cuidou também de resguardar os direitos dos empregados admitidos antes da sua promulgação. Destarte, a admissão da reclamante em 26.02.1988, encontrava acomodação no ordenamento jurídico, não violando qualquer dos princípios que regem a atividade administrativa, estabelecidos pela nova Carta Magna.

3.2. DIFERENÇAS SALARIAIS

A reclamante alega que a reclamada suspendeu, a partir de março de 1991, o pagamento dos percentuais ajustados em termo aditivo a acordo coletivo de trabalho.

A reclamada defende-se, sustentando que o ajuste contraria a política salarial do governo federal, e ainda a concessão de reajustes no período.

Imperioso salientar que o Acordo Coletivo de Trabalho e o Termo Aditivo são regulares e plenamente eficazes, até que sejam retirados do mundo jurídico, pelas vias normais. Ressalte-se ainda que a prova da irregularidade do termo aditivo recaía sobre a reclamada, eis que fato impeditivo do direito do autor, quedando inerte, entretanto.

E, o argumento esposado pela reclamada não pode prosperar, eis que milita em favor da reclamante, princípio peculiar de aplicação da norma mais favorável.

MARIO DE LA CUEVA, citado por AMÉRICO PLÁ RODRIGUES em "Princípios de Direito do Trabalho", LTr, 2ª ed., 1993, p. 54/55 discorrendo sobre referido princípio, ensina que:

"... a lei é o ponto de partida, é o mínimo que não se poderá diminuir, mas não representa o direito, que necessariamente há de reger as relações obreiro-patronais. As demais fontes formais têm uma importância maior do que a que lhes é dada no direito civil; não se trata de preencher lacunas, mas de criar o direito que há de ser aplicado."

"Dentro desse critério se poderia dizer que as fontes formais do Direito do Trabalho, costume, convenção coletiva, etc., derrogam a lei, não conforme o conceito usual de derrogação, mas no sentido de que a tornam inoperante."

" Diante das várias normas, provenientes de diferentes fontes formais, deve-se aplicar sempre a que mais favoreça aos trabalhadores.."

Na lição de AMÉRICO PLÁ RODRIGUEZ, admite-se a prevalência das cláusulas mais favoráveis de uma convenção coletiva em face de normas de uma lei trabalhista que regula a mesma matéria, assim como a prevalência das cláusulas mais favoráveis de um contrato individual, diante das de uma convenção coletiva e das normas de uma lei.

Ressalte-se que, o artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna assegura o direito de reconhecimento de acordo coletivo, que vise a melhoria da condição social do empregado.

Não bastasse isso, é de se salientar que a Lei nº 8.030/90, não proibiu a concessão de reajustes, tanto que o art. 3º da citada lei autoriza a livre negociação de aumentos salariais além do reajuste mínimo referido no art. 2º, impondo como condição única, que não fossem repassados para os preços. E, ao contrário do que alegado pela reclamada, a manutenção do acordo coletivo não torna inviável a política salarial instituída pelo Governo Federal e o art. 9º da Lei nº 8.178/91 não proibe a concessão de reajustes. Destarte, a não concessão de reajuste não era elemento essencial ao sucesso das políticas salariais implantadas através dos diplomas legais supra citados, de forma que o princípio de prevalência do interesse geral sobre o interesse particular, não cede lugar, no caso em análise, ao princípio de aplicação da norma mais favorável.

A reclamada argumenta ainda que concedeu, no período pleiteado, reajuste salarial de 50%, pleiteando compensação. O documento de fils. 84 (Resolução 18/91) não mereceu qualquer impugnação pela reclamante e comprova a concessão de abono de 50%, no mês de abril/91, para fins de enquadramento da

política salarial da reclamada na Lei nº 8.178/91, que prevê em seu artigo 9º a concessão de abonos salariais.

Isto posto, impõe-se o abatimento do percentual de 50%, em abril/91, sob pena de imposição de duplo pagamento.

O percentual previsto no acordo coletivo, referente ao mês de maio de 1991 é devido porque, conforme asseverado alhures, o acordo coletivo de trabalho, enquanto não retirado do mundo jurídico pelas vias normais, gera efeitos, não perdendo de vista que é bilateral, refletindo o consenso das partes, inclusive da reclamada, e mais, que o percentual a ser concedido em maio de 1991 referia-se à inflação verificada em abril de 1990, ainda não reposta, conforme se vê do termo aditivo.

Destarte, defere-se as diferenças salariais pleiteadas, referentes aos meses de março a maio de 1991, previstas no Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho, nos moldes declinados na exordial, e FGTS e acréscimo de 40%, relativos às diferenças, não incidindo sobre gratificação natalina, porque não devidas as diferenças em dezembro/91, nem sobre férias, porquanto não demonstrado o recebimento de férias nos meses referidos, nem licença-prêmio ou gratificação.

3.3. JUROS

A reclamante alega que ocorreram sucessivos atrasos no pagamento dos salários, acarretando-lhe prejuízos, apresentando estimativa da mora da reclamada, pleiteando juros, correção monetária e multa.

A reclamada sustenta que não há prova nos autos do atraso no pagamento dos salários, não podendo contestar pedido inespecífico.

Razão não lhe assiste, entretanto, vez que na exordial, a reclamante apontou cada um dos meses em que se efetuou o pagamento do salário respectivo com atraso, e ainda a data dos pagamentos, requerendo que a reclamada apresentasse os holerites. Assim, detém a reclamada em seu poder, por força de lei, todos os comprovantes de pagamento da reclamante, não impugnando e não comprovando a inveracidade do atraso alegado tão somente porque assim não quis. E, não bastasse isso, em nenhum momento negou que houvesse efetuado o pagamento com atraso nos moldes declinados na exordial, deixando de observar o princípio da eventualidade, limitando-se a arguir a inépcia da inicial, deixando de contestar, quanto ao merito, o pedido.

A Constituição Estadual, em seu artigo 147, confere o direito à correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários, não conferindo direito aos juros e multa.

Defere-se em parte o pedido, para condenar a reclamada no pagamento da correção monetária, nos moldes previstos no dispositivo legal mencionado.

4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Indevida a verba honorária, eis que não presentes os Equisitos previstos na Lei 5584/70, que regula a matéria no processo do trabalho, não estando a reclamante assistida por sindicato representativo de sua categoria.

ANTE AO EXPOSTO, decide a E. 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, à unanimidade, rejeitar a preliminar de inépcia da inicial, acolher a preliminar de litispendência, extinguindo o feito, sem julgamento do mérito, com relação ao pedido de depósitos do FGTS, rejeitar a prescrição arguida, e no mérito julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por JOSILDA PCHECO ELSTE, para condenar CODEMAT CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, a pagar-lhe, no prazo legal, conforme for apurado em liquidação de sentença, diferenças salariais havidas nos meses de marco/91 (94,57%), abril (19,40% sobre o salário de marco/91), maio (44,80% sobre o salário de abril/91), incidindo o FGTS com acréscimo de 40%. correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários, nos termos da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante desta decisão, absolvendo-a dos demais pedidos, autorizada o abatimento do percentual de 50%, concedido em abril/91.

Juros e correção monetária, na forma da lei.

A reclamada deverá comprovar nos autos, no prazo legal, o recolhimento da contribuição previdenciária devida, nos termos da Lei nº 8.212/90., com a redação dada pela Lei nº 8.620/93, bem como, proceder desconto e recolhimento do imposto de renda, se devido.

Custas pela reclamada, no importe de R\$ 20,00; calculadas sobre R\$ 1,000,00, valor atribuído à condenação.

As partes deverão ser intimadas desta decisão. Nada mais. PODER JUDICIARIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO 3⁶ JCJ - CUIABÁ MI R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF. BIANCHI, BANDEIRANTES

(00934/95. Josephan Elete

will applicate the properties of the state o

in postar em 20,8,96 (3.4)

Blatsa Relena de Oliveira Vicenie Tócnico Judicifrio

Responsavel - Protocolo CODEMAT

25/03

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23º REGIÃO

3 JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTÉS

NOT.Nº: 01.957 %

(RECLAMADO)

13/03/97

PROCESSO Nº. 1.699/96...
RECLAMANTE: JOSILDA PACHECO ELSTE
RECLAMADO "CODENAT S/A....

Fical X.Sa. NOTIFICADO(A) de que nos autos do processo em epigrafe, o MM.Juiz Presidente proferiu despacho, cujo teor é o seguinte:
CIÊNCIA DE FISS 223: ANTECIPE-SE A AUDIÊNCIA ANTERIORMENTE DESIGNADA, PARA
O DIA 25/03/97 AS 17:07 HORAS.
ÎNTIMEM-SE AS PARTES.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 13/03/97

Diretor de Secretaria

Mainesta de Oltveiro Monteste.

CODEMAT S/A
PALÁCIO PALAGUAS ALOCO SEPLAN
CPA

CUIABÁ - MT



JOSTICA DO TRABALHO lau gado? 11.06.97.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃ 3º JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.Nº: 06.081

(ADVOGADO DO RECLAMADO)

26/05/97

PROCESSO No: 1.699/96.

RECLAMANTE JOSILDA PACHECO ELSTE RECLAMADO CODEMAT S/A

Presidente proferiu despacho, cujo teor é o seguinte:
DESPACHO DE PL. 238: J. Intime-se o reclamado a atender o ora requerido,
prazo 10 días, sob pena de realizar-se perícia in loco. 22.05.97 - Wanderlei
Piano da Silvar-Juiz do Trabalho Substituto.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 34/05/91

Gaeli Pereira da Al**les** Gadida

Diretor de Secretaria

Responsavel Prolesels GODEMAT

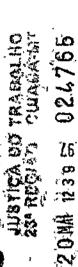
CODEMAT S/A A/C Drial OTH

A/C Dr(a): ÕTHON JAIR DE BARROS-4328/94 PALACIO PALACUAS, BLOCO SEPLAN

CUIABÁ - MT

CONTRATO ECT / DR / MT

T, R. T. 28 R. - M' 182



Davi Francisco Cavalcante contabilidade administrativa - auditoria - pericias

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 3a. J.C.J. DE CUIABÁ-MATO GROSSO

DISTRIBUIÇÃO

CÓPIA

Ref. Processo nr. 1.699/96

DAVI FRANCISCO CAVALCANTE, contador, inscrito no CRC-MT sob nr. 3.873/0-7, perito dessa MM Junta de Conciliação, nomeado no processo em epígrafe em que são partes;

JOSILDA PACHECO ELSTE

CODEMAT - CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO

vem a presença de V.Exa., para requerer que se digne mandar anexar aos autos, os holerites ou fichas financeiras do reclamante, do período de maio de 1.995 até o desligamento, em que constam os valores dos salários vigentes na época, para a efetuação dos cálculos do reajuste salarial e respectivos reflexos, conforme determina a sentença de fls 232/233., assim como possibilitar a identificação da diferença real devida.

TERMOS EM QUE PEDE DEFERIMENTO,

Cuiabá-MT, 16 de maio de 1.99

Davi Francisco Cavalcante CONTADOR CRC-MT 3.873/0-7



Atribuiu à causa o valor de R\$ 1.500,00.

Juntou a procuração de fl. 8.

A reclamada apresentou defesa escrita (fls. 36/45), onde argúi, em preliminar, inépcia da petição inicial, litispendência, coisa julgada e no mérito, sustenta o pagamento de salário e a concessão do aviso prévio, sustentando ainda a realização dos depósitos fundiários em razão da liquidação e o pagamento dos juros quando da rescisão contratual, argumentando ainda ser indevido o reajuste salarial pretendido.

Juntou os documentos de fis. 11/35 e 46/218, com manifestação do

reclamante à fl. 220.

Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais, remissivas.

Infrutíferas as propostas de conciliação formuladas a tempo e

modo.

É o relatório. Decide-se

1. PRELIMINARMENTE

1.1 INÉPCIA DA INICIAL

A reclamada argui a inépcia da inicial, alegando que por força do princípio dispositivo, a iniciativa das provas cabe à parte que alega o fato constitutivo de seu direito, e assim, a simples alegação de que a reclamada teria pago com atraso os salários e depositado incorretamente o FGTS devido, não se estribando em qualquer tipo de prova, não detém o condão de alçar-se ao nível de verdade irrefutável. Ao final conclui que a absoluta ausência de provas do atraso impossibilita a realização da cognição pelo juízo e a contestação, porque inespecífico o pedido.

A preliminar fica rejeitada. A exordial deve vir acompanhada dos documentos em que se fundamenta o pedido. Entretanto, os documentos não são

o único meio de prova

Ressalte-se ainda que toda a prova documental referente aos fatos alegados acima mencionados, encontra-se sob sua guarda, por força de lei, optando por não trazê-la aos autos, embora a tanto desafiada pelo reclamante, na exordial.

Considerando que a prova documental hábil a demonstrar o cumprimento da obrigação e por consequência, a inveracidade dos fatos narrados na exordial, encontra-se até hoje em poder da reclamada, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Rejeita-se a preliminar.

1.2. COISA JULGADA

A reclamada arguiu a coisa julgada, sustentando que na ação 934/95, que tramita na Secretaria desta Junta, a reclamante postula idênticos pedidos. Não procedendo a juntada de documentos comprobatórios de sua alegação, e considerando que a coisa julgada é matéria de ordem pública, devendo ser reconhecida, inclusive de oficio, por força do que dispõe o § 3º do art. 267 do CPC, determinou-se à Secretaria da Junta que expedisse certidão quanto a existência de outra ação, envolvendo as mesmas partes e alguns dos pedidos aqui renovados, vindo aos autos a certidão de fls. 227/228, que atesta o trânsito em julgado de decisão que apreciou o pedido de correção monetária pelo atraso no pagamento de salários, em seu mérito, extinguindo o feito sem julgamento do mérito com relação ao pedido de recolhimento de depósitos fundiários, com juros, correção monetária e multa, reconhecendo a litispendência.

Observa-se também a referida certidão que os reajustes salariais pretendidos naquela ação são diversos do aqui requeridos, não havendo óbice legal à apreciação.

Isto posto, não podendo haver novo julgamento de questão já decidida, a Junta decide extinguir o feito sem julgamento do mérito, com relação aos pedidos de juros e correção monetária sobre salários pagos com atraso e depósitos fundiários, o que faz com fundamento no art. 267, inciso V, do CPC.

1.3. LITISPENDÊNCIA

1.3.1. Reajustes 1995/96

A reclamante alega que a reclamada deixou de incorporar ao salário as correções salariais devidas, tendo em vista a data-base da categoria, requerendo a reposição de índices verificados a partir do ano de 1994.

A reclamada argumenta que o E. TRT da 23ª Região proferiu sentença normativa em dissídio coletivo, pendente de recurso, onde se estabeleceu reajuste salarial relativo a parte do período postulado na inicial.

Em razão disso, estando pendente de recurso, argui a litispendência. Razão não assiste à reclamada. O trânsito em julgado não é indispensável para se buscar o cumprimento do que disposto na sentença normativa, conforme estatui o art. 867 da CLT, sendo certo que o parágrafo 6° do art. 7° da Lei 7.701/88, revogou em parte o "caput" do art. 872 da CLT, permitindo seja postulado o cumprimento de sentença normativa, salvo se comprovado que concedido pelo presidente do TST efeito suspensivo ao recurso, o que não se verifica no caso em análise.

E, eventual reforma na sentença normativa não importará em devolução dos salários ou vantagens pagas em execução do julgado, na forma do parágrafo 3º do art. 6º da Lei 4.725/65.

A litispendência tem por finalidade impedir que se profira mais de um julgamento sobre o mesmo pedido, e é inacolhível no caso em exame, uma vez que, não se analisará aqui se o reclamante tem direito a esse ou aquele reajuste no período abrangido pela sentença normativa, mas sim, analisará se a reclamada cumpriu ou não o disposto naquele instrumento, inexistindo possibilidade de julgamento divergente sobre o mesmo pedido.



Rejeita-se a preliminar.

2. MÉRITO

2.1 REAJUSTE SALARIAL

A reclamante alega que a reclamada deixou de incorporar aos salários as correções salariais devidas, tendo em vista a data-base da categoria ser o mês de maio de cada ano. Afirma que deixou de corrigir os salários da reclamante referente ao período de 94/95 (entenda-se inflação do período cujo índice final serviria para reajustar os salários de maio/95 até maio/96), bem como a inflação verificada entre 95/96 (medida de maio/95 a maio/96) a ser aplicada aos salários a partir de maio/96 até a data da dispensa, indicando os índices de 29,55% no primeiro período e 18,3% no segundo período.

Ao final requer a condenação da reclamada no pagamento de diferenças salariais a partir de maio/95 até a data da dispensa, com reflexos.

A reclamada argumenta a falta de amparo legal à pretensão obreira, sustentando ainda que a sentença normativa proferida no dissídio coletivo tem vigência fixada até 30.04.96, inexistindo negociação coletiva relativa aos índices não inseridos na decisão.

Assiste-lhe parcial razão.

A Lei 8880/94, de 27 de maio de 1994, que implantou o Plano Real, assegura a reposição de perdas salariais correspondentes à variação do IPC-r verificada a partir do primeiro mês de emissão do Real até o mês imediatamente anterior à data base, na forma do § 2° do art. 29.

As medidas provisórias onde se editam medidas complementares ao plano econômico mencionado, remetem as partes à livre negociação coletiva para o período posterior à primeira revisão salarial na forma acima mencionada.

No caso em análise, observa-se que a sentença normativa determinou a reposição de perdas salariais verificadas entre março/94 a 30.04.95, nos termos da cláusula primeira, devendo ser observada a URV até 30.06.94 e o IPC-r a partir de 01.07.94, determinando ainda o abatimento de percentuais comprovadamente pagos a tal título.

Com vigência entre 01.05.95 a 30.04.96, indiscutível que deveria a reclamada conceder o reajuste na forma e períodos determinados.

Podendo ser exigido o cumprimento de sentença normativa, de imediato, independente do trânsito em julgado da decisão, conforme fundamentado alhures, e inexistindo nos autos prova do pagamento, defere-se o pedido, para conceder ao reclamante reposição salarial a partir de 01.05.95, na forma da cláusula 1ª da sentença normativa proferida nos autos 1295/95 de Dissídio Coletivo, conforme for apurado em liquidação de sentença, limitando-se a condenação ao índice indicado na exordial para o período de 29,55%, para que não haja condenação em valor superior ao pedido, devendo ser feito, após a apuração do índice, o abatimento mencionado na sentença normativa.

No que pertine a eventuais perdas salariais ocorridas no período de 01.05.95 a 30.06.96, deveriam ser negociadas na data-base subsequente, na forma



do art. 10 das Medidas Provisórias que contém medidas de complementação do plano econômico, inexistindo nos autos prova dessa negociação.

Destarte, defere-se à reclamante o reajuste salarial na forma estabelecida na sentença normativa mencionada, até a data da dispensa, eis que o indice de reposição incorpora o salário face ao princípio da irredutibilidade salarial.

Diante da natureza salarial da verba, reflete sobre gratificações natalinas, férias, FGTS e acréscimo de 40%, não refletindo sobre repouso semanal remunerado, eis que mensalista a reclamante, nem sobre aviso prévio, eis que não houve indenização, recebendo o reclamante normalmente, o seu salário naquele mês, incidindo o reajuste sobre o salário do mês de junho, sob pena de imposição de duplo pagamento.

2.2. AVISO PRÉVIO INDENIZADO

A reclamante alega que não recebeu o aviso prévio indenizado, requerendo a condenação da reclamada no pagamento.

A reclamada insurge-se contra a pretensão, sustentando que préavisou o reclamante da dispensa.

Juntou o documento de fl. 47 que comprova sua assertiva.

Referido documento foi impugnado pela reclamante que alegou não contemplar os pedidos formulados nesta ação.

Razão não lhe assiste, entretanto, eis que a prova documental produzida revela que a reclamada pré-avisou a reclamante da dispensa, sendo indevida a indenização.

Comprovada a concessão de aviso antecipado da dispensa, improcedente o pedido de indenização do período de aviso.

Indefere-se.

2.3. SALÁRIO DO MÊS DE JUNHO/96.

A reclamante alega que não recebeu o salário do mês de junho/96, requerendo a condenação da reclamada no pagamento da verba, de forma dobrada se não depositado na primeira audiência.

A reclamada insurge-se contra a pretensão sustentando o pagamento.

Juntou os documentos de fls. 48/49.

Os documentos foram impugnados pela reclamante que alegou não contemplar os pedidos formulados nesta ação.

Razão não lhe assiste, entretanto, eis que a prova documental produzida revela o pagamento do salário devido no mês de junho/96, objeto do pedido.

Comprovado o pagamento do salário pleiteado, indefere-se o pedido.

2.4. JUSTIÇA GRATUITA

Declarada a hipossuficiência da obreira, deferem-se os beneficios da justiça gratuita, nos moldes das Leis 5584/70 e 1060/50.

2.5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Indevida a verba honorária, eis que não presentes os requisitos previstos na Lei 5584/70, que regula a matéria no processo do trabalho, não estando a reclamante assistida por sindicato representativo de sua categoria.

ANTE AO EXPOSTO, decide a E. 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, à unanimidade, rejeitar a preliminar de inépcia da inicial, reconhecer à coisa julgada e extinguir o feito sem julgamento do mérito, com relação aos pedidos de juros e correção monetária pelo atraso no pagamento de salários e depósitos fundiários com consectários, e no mérito, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por JOSILDA **PACHECO** ELSTE. para condenar **CODEMAT** DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, a pagar-lhe, no prazo legal, conforme for apurado em liquidação de sentença, diferença salarial nos termos da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante desta decisão, absolvendo-a dos demais pedidos.

Juros e correção monetária, na forma da lei.

A reclamada deverá comprovar nos autos, no prazo legal, o recolhimento da contribuição previdenciária devida, nos termos da Lei nº 8.212/90., com a redação dada pela Lei nº 8.620/93.

Custas pela reclamada, no importe de R\$ 50,00; calculadas sobre R\$ 2.500,00, valor atribuído à condenação.

As partes estão intimadas desta decisão. Nada mais. apia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT.

IN PROCESSO Nº 1.699/96

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO

GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, já devidamente qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move JOSILDA PACHECO ELSTE, vem à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls. 238, trazer à colação os documentos requeridos pelo Perito nomeado pelo Juízo, e que constituem-se nas Fichas Financeiras relativas ao Reclamante referentes aos anos de 1.995 a 1.996.

Termos em que, Pede Juntada e Deferimento

Cuiabá, 05 de junho de 1 997

NEWTON RUIZ DA COSTA EFARIA OAB/MT N° 2.597 OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT N° 4.328

Crifes

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM CUIABÁ - MT.

S3705 W 27 POTTRIBATED 232 253 PEGINO CUITADA LEGINO CUITADA LEGINO S3705 PEGINO PER PROPERTIES PER PROPERTIES PER PROPERTIES PEGINO PEGIN

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, já devidamente qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move JOSILDA PACHECO ELSTE, vem à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls., apresentar IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS da lavra do perito nomeado pelo Juízo, o que faz fundamentado nas razões articuladas.

Ao deferir o pleito concernente ao resjuste salarial de 29,5%, a respeitável sentença liquidanda se reportou estritamente aos termos da Certidão de Julgamento exarado no Dissídio Coletivo que fundamentou o pedido, isto é, determinando fosse procedido aos descontos dos percentuais espontaneamente concedidos pela Reclamada, e devidamente provados através tanto das Resoluções interna corpore que os determinaram quanto pelas fichas financeiras em que se materializaram essas concessões.

No entanto, como se pode depreender dos cálculos procedidos pelo Senhor Perito louvado, tais deduções não se fizeram constatar, o que faz redundar em flagrante e indevido prejuízo para a Reclamada.

anexo, segue a planilha de cálculo que retrata fielmente os créditos a que o Reclamante faz jus.

Requer, pois, a essa digna Junta, sejam os presentes cálculos homologados, por cabal e irretorquivelmente demonstrarem os direitos a que o Reclamante faz jus.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 15 de outubro de 1.997

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT 2.597 OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT 4.328 copia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM CUIABÁ - MT.

IN PROCESSO Nº 5.891/97

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO

GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, já devidamente qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move JOSILDA PACHECO ELSTE, vem à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

Ao protocolizar sua impugnação aos cálculos liquidatórios, tempestivamente, na data de ontem, 15.10.97, por lamentável lapso a Reclamada deixou de juntar os cálculos que elaborou para informar os créditos do Reclamante. Assim, é a presente para requerer sejam ditos cálculos acostados aos autos.

Em virtude de que todos os itens que suscitaram discordância foram impugnados especificamente, uma vez que a impugnação foi tempestiva, e tendo em vista que os demonstrativos abaixo não acrescentam, modificam ou complementam absolutamente nada em relação à impugnação juntada, e que somente vem informar mais precisamente o Juízo, trazendo a lume maior quantidade de elementos para o convencimento do mesmo, é que se requer sua colação aos presentes autos.

Termos em que, Pede Juntada e Deferimento

Cuiabá, 16 de outubro de 1 997



DEMONSTRATIVO DE CÁLCULOS

REAJUSTES SALARIAIS E COMPENSAÇÃO I	DEFERIDOS PELA R. SENTENÇA
-------------------------------------	----------------------------

REAJUSTE

COMPENSAÇÃO

DIFERENCA

29,55%

15,00%

14,55%

1 - DIFERENÇAS SALARIAIS DOS REAJUSTES -14,55%

5	TOTAL DESTE ITE	М		R\$ 1.340.99	
·ABR/96	641,70	14,55%	93,37	1,12010990	104,58
MAR/96	641,70	14,55%	93,37	1,12749927	105,27
FEV/96	641,70	14,55%	93,3 7	1,13667599	106,13
JAN/96	637,10	14,55%	92,70	1,14761650	106,38
DEZ/95	637,10	14,55%	92,70	1,16199154	107,71
NOV/95	637,10	14,55%	92,70	1,17756223	109,16
OUT/95	637,10	14,55%	92,70	1,19440382	110,72
SET/95	637,10	14,55%	92,70	1,21426091	112,56
AGO/95	637,10	14,55%	92,70	1,23780907	114,74
`TUL/95	637,10	14,55%	92,70	1,27004781	117,73
JUN/95	637,10	14,55%	92,70	1,30802859	121,25
MAI/95	637,10	14,55%	92,70	1,34578222	124,75
MES/ANO	SAL. ORIGINAL	ND, REAJUSTE	<u>DIFERENCA</u>	<u>ÍND. ATUALIZ.</u>	<u>VL. DEVIDO</u>
Project C					

2 - REFLEXOS DOS REAJUSTES ACT - FERIAS

 TOTAL DOS REAJUSTES
 VALOR FÉRIAS
 ABONO 1/3
 TOTAL DOS REFLEXOS

 1.340,99
 111,75
 37,25
 149,00

 TOTAL DESTE ITEM
 R\$ 149,00

3 - REFLEXOS DOS REAJUSTES ACT -13° SALARIO

TOTAL DOS REAJUSTES VALOR DEVIDO
1.340,99 111,75

TOTAL DESTÉ ITEM...... R\$ 111,75



4 - REFLEXOS DAS VERBAS SALARIAIS NO FGTS

ITEM 01	**********	•••••	1.340,99		
ITEM 02			1,340 ₄ 99 149,00	•	
ITEM 03	***************************************	******	149,00		
TOTAL	*************	•••••	1.638,99		
1 638 00	v	9.000/		121	

5 - REFLEXOS NA MULTA FGTS - 40%

ALOR DEVIDO	ÍND. MULTA	TOTAL DO FGTS
52,45	40,00%	131,12
R\$ 52.45	ITEM	TOTAL DESTE

6 - JUROS DE MORA -1% AO MÊS

364 DIAS

TOTAL ATÉ ITEM 03..... 1.638,99
TOTAL ITEM 04 131,12
TOTAL ITEM 05 52,45

TOTAL..... 1.822,56

1.822,30	X	364	JUROS= 221,1
·····	3000		
PRINCIPAL =	1.822,56		
JUROS =	<u>221,14</u>		
TOTAL =	2.043,69		
TOTAL DESTE ITEM.	**********************	*************	RS 2.043,69

7 - DESCONTOS DA CONTRIBUÇÃO PREVIDENCIÁRIA

TETO DOS DESCONTOS DO INSS PARA O EMPREGADO = 105,33

TOTAL DESTE ITEM (DESCONTO)...... R\$ 105,33

8 - DESCONTOS DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

 TOTAL DOS CRÉDITOS DESCONTOS - INSS
 =
 2.043,69

 DESCONTOS - INSS
 =
 105,33

 BASE DE CÁLCULO
 =
 1.938,36

 ALÍQUOTA DO IRRF
 =
 25,00%

 VALOR TRIBUTÁVEL BRUTO
 =
 484,59

 PARCELA A DEDUZIR
 =
 315,00

 VALOR A TRIBUTAR
 =
 169,59

TOTAL DESTE ITEM (DESCONTO)...... R\$ 169,59

8 - RESUMO FINAL

 TOTAL DOS CRÉDITOS
 2.043,69

 DESCONTOS INSS
 105,33

 DESCONTOS IRRF
 169,59

 TOTAL LÍQUIDO
 1.768,77

TOTAL LÍQUIDO A PAGAR (31.08.97) R\$ 1.768,77

PROCESSO N° 5.891/97 - SIEx (SLEM)
RECLAMANTE JOSILDA PACHECO ELSTE

ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO - TABELAS DO E. TRT DA 23º REGIÃO

DO MÊS DE AGOSTO DE 1.997

VALIDADE DOS CÁLCULOS: 31,08,97

Davi Francisco Cavalcante

contabilidade administrativa - auditoria - perícias

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 3a. J.C.J. DE CUIABÁ-MATO GROSSO

Ref. Processo nr. 1.699/96 - NR.SIEx: 5.891/97

DAVI FRANCISCO CAVALCANTE, contador, inscrito no CRC-MT sob nr. 3.873/0-7, perito dessa MM Junta de Conciliação, nomeado no processo em epígrafe em que são partes;

JOSILDA PACHECO ELSTE

CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

vem a presença de V.Exa., para atender a determinação contida fls. 262 dos autos.

Cuiabá-MT, 20 de março de 1.998

DAVI FRAÑŒĴŶĆØ CAVAĽŒANTE

DAVI FRANCISCO CAVALCANTE

contabilidade administrativa - auditoria - perícias

PROCESSO NR. 1.699/96 - 3a. J.C.J. CUIABÁ-MT

RECLAMANTE: JOSILDA PACHECO ELSTE

RECLAMADA : CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-

CODEMAT

Ref. Impugnação fl. 255/256

Para possibilitar nossa manifestação de forma específica e detalhada, sobre a impugnação ...*
em epígrafe, faz-se necessário a apresentação das fichas financeiras do reclamante, referente ao período de fevereiro/94 a dezembro/94., para confirmação da compensação de 15% proposta na impugnação.

Cuiabá-MT, 20 de março de 1.998

DAVI FRANCISCO CAVALCANTE Contador CRC-MT 3.873/0-7

Cópias

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM CUIABÁ-MT.

IN PROCESSO Nº 5.891/97

JUSTICA DE TRABALH.
23. REGIÃO - CUIABA-NI
CUIABA-MT

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, já devidamente qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move JOSILDA PACHECO ELSTE, vem à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls., trazer à colação os documentos que vão junto à presente, constituídos das fichas financeiras em que lançada a historiografia salarial do mesmo Reclamante referentemente ao exercício de 1.994

Termos em que, com o incluso substabelecimento, Pede Juntada e Deferimento

Cuiabá, 04 de maio de 1 998

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT Nº 2.597

OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT Nº 4.328

EODBE CODICIONAL JUSTICA DO TRABALHO RIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO IEx - SECÃO LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS R.MIRANDA REIS,441 - EDIF.BIANCHI 3ª AND, BANDEIRANTES MANDADO N°.: 08.653 (RECLAMADO) 1/07/98 $(3^{a}JCJ-1.699/96)$ PROCESSO N°. SIEX 5.891/97 10,13 JOSILDA PACHECO ELSTE RECLAMANTE CODEMAT S/A RECLAMADO MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO FINALIDADE: Citar a pessoa física ou jurídica abaixo para pagar no prazo de 48 horas a guantia de R\$3.295,27 , devida no processo conforme demonstrativo a seguir, ou garantir a execução. Crédito Bruto do Exequente : R\$ 3.031,49 FGTS à Depositar Honorários Advocatícios 200,00 R\$ Honorários Contábeis Honorários Insalubridade : Custas TOTAL (em 31/05/98) BS: Do crédito do exequente acima discriminado, R\$164,84 refere-se à parcela devida ao INSS e refere-se à parcela devida ao IRRF. Valor total sujeito a correção na data do pagamento, conforme Lei 8177/91. o (A) executado (a) deverá comprovar nos autos, até 15 dias após a quitação do débito, o recolpinanto dos tributos acima mencionados. Não serido pago o débito ou garantida a execução, penhore-se e avalie-se o(s) bem(s) necessário(s) para a integral quitação da dívida. Fica proficial de Justiça Avaliador autorizado a solicitar reforço policial, mediante apresentação deste à autoridade competente, bem como a proceder as diligências necessárias em qualquer dia ou hora (art. 770, parag. único, da CLT, e art. 172, \$1° e 2°, do CPC). Expedi este mandado por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho da SECRETARIA DE EXECUÇÕES, devendo ser entregue para cumprimento a quem couber por distribuição. WIABÁ, 21 dể Julho de 1998 🔔 ORIGINAL ASSINADO NÁDIA RAQUEL DA SILVA Chefe de Seção 28.07. CODEMAT SA PALÁCIO PAIAGUÁS, BLOCO SEPLAN CUIABÁ - MT CERTIDÃO DA INTIMAÇÃO NOME DA PESSOA INTIMADA:_____ CARGO OU FUNÇÃO: DATA DA INTIMAÇÃO____/____ASSINATURA:___

OFICIAL DE JUSTIÇA:

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEX SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 5891/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente.

Cuiabá/MT, 09/07/98 (5ª feira)

Nádia Raquel da Silva Chefe de Seção

Vistos, etc...

Homologo os cálculos de fls. 277/279, fixando o valor do crédito bruto do reclamante em R\$ 3.031,49, valores atualizados até 31/05/98, devendo ser observado o Provimento nº 01/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Honorários contábeis são arbitrados em R\$ 200,00. Custas processuais arbitradas em sentença, as quais deverão ser atualizadas.

Intime-se o reclamante.

Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação. Após, remetam-se os autos à Seção de Citação, Penhora e Solução de Incidentes da SIEx.

Cuiabá, 09/07/98

DAVI FRANCISCO CAVALCANTE

contabilidade administrativa - auditoria - perícias

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 3º. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

Ref. PROCESSO No. 1.699/96

DAVI FRANCISCO CAVALCANTE, contador, inscrito no CRC-MT sob nr. 3.873/0-7, perito dessa MM Junta de Conciliação, nomeado no processo em epígrafe em que são partes;

JOSILDA PACHECO ELSTE

CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

vem a presença de V.Exa., manifestar sobre os termos da impugnação do reclamado., em atendimento a notificação de fls. 272.

Cuiabá-MT, 26 de junho de 1.998

Davi Francisco Cavalcante

Rua São Paulo, 236 - Santa Marta 78.045-560 - Cuiabá-MT - fone/fax - 065-621-5729 PROCESSO No. 1.699/96

RECLAMANTE: JOSILDA PACHECO ELSTE

RECLAMADA: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

Razão assiste a RECLAMADA com relação a compensação do percentual de 15% concedido ao RECLAMANTE em novembro de 1.994, de conformidade com a sentença de fls. 192.

Procedemos novos cálculos com a devida retificação:

CÁLCULO DAS VERBAS DEFERIDAS CONFORME NOTIFICAÇÃO DE FLS. 272 DOS AUTOS.

1- REPOSIÇÃO SALARIAL = (29,55% - 15% = 14,55%)

PERIODO	SALÁRIO	DIF SALARIAL 14,55%	DIF ADIC T. SERVIÇO	B.CÁLCULO REFLEXOS	GRATIFICAÇÃO NATALINA	FÉRIAS + 1/3	FGTS + 40%	TOTAL
′ Mai/95	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Jun/95	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Ju1/95	637,10	92,70	. 12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,38
Aga/95	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Set/95	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Out/95	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Nov/95	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Dez/95	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Jan/96	637,10	92,70	12,98	105,68	8,81	11,74	14,14	140,36
Fev/96	641,70	93,37	14,94	108,31	9,03	12,03	14,49	143,85
Mar/96	641,70	93,37	14,94	108,31	9,03	12,03	14,49	143,85
Abr/96	641,70	93,37	14,94	108,31	9,03	12,03	14,49	143,85
Mal/96	641,70	93,37	14,94	108,31	9,03	12,03	14,49	143,85
Jun/96	641,70	93,37	14,94	108,31	9,03	12,03	14,49	143,85
TOTAL		1		1.492,61	124,38	165,84	199,68	1.982,52

2- ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS PARCELAS DEFERIDAS - (índices da tabela do Egrégio TRT da 23a. Região - Junho/98)

PERIODO	DIF. SALARIAL	INDICE DE	DIF. SALARIAL	JUROS	B. CALC.	GRAT.	FERIAS + 1/3	FGTS + 40%	TOTAL
	+ AT\$	ATUAL MONET	ATUALIZADA	20%	REFLEXOS	NATALINA			BRUTO
Mai/95	105,68	1,44161805	152,34	30,47	182,81	15,23	20,31	24,46	242,82
:Jun/95	105,68	1,40117591	148,07	29,61	177,68	14,81	19,74	23,77	236,00
**Jul/95	105,68	1,36049044	143,77	28,75	172,53	14,38	19,17	23,08	229,15
Ago/95	105,68	1,32595592	140,12	28,02	168,15	14,01	18,68	22,49	223,33
Set/95	105,68	1,30073085	137,46	27,49	164,95	13,75	18,33	22,07	219,09
Out/95		1,27956681	135,22	27,04	162,26	13,52	18,03	21,71	215,52
Nov/95		1,26141878	133,30	26,66	159,96	13,33	17,77	21,40	212,46
Dez/\$8	105,68	1,24473927	131,54	26,31	157,85	13,15	17,54	21,12	209,65
Jan/96	105,68	1,22934055	129,91	25,98	155,89	12,99	17,32	20,86	207,06
Fev/96	108,31	1,21762095	131,88	26,38	158,25	13,19	17,58	21,17	210,19
Mar/96	108,31	1,20779074	130,81	26,16	156,97	13,08	17,44	21,00	208,50
Abr/96	108,31	1,19987516	129,95	25,99	155,94	13,00	17,33	20,86	207,13
Mai/96	108,31	1,19285165	129,19	25,84	155,03	12,92	17,23	20,74	205,92
Juit/ 9 6	- 108,31	1,18562055	128,41	25,68	154,09	12,84	17,12	20,61	204,67
TOTAL	1.492,61		1.901,98	380,40	2.282,37	190,20	253,59	305,33	3.031,49

3- CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO

PERIODO	* SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	ALIQUOTA	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO		CONTRIBUIÇÃO ATUALIZADA
Mai/95	114,48	8%		1,44161805	13,20
Jun/95	114,48	8%	9,16	1,40117591	12,83
¹Jul/95	114,48	8%	9,16	1,36049044	12,46
Ago/95	114,48	8%	9,16	1,32595592	12,14
Set/95		8%	9,16	1,30073085	11,91
Out/95	,,,,,,,	8%	9,16	1,27956681	11,72
Nov/95	114,48	8%	9,16	1,26141878	11,55
Dez/95	114,48	8%	9,16	1,24473927	11,40
Jan/98	114,48	8%	9,18	1,22934055	11,26
Fev/96	117,33	8%	9,39	1,21762095	11.43
Mar/96	117,33	8%	9,39	1,20779074	11,34
Abr/96	117,33	8%	9,39	1,19987516	11,28
Mai/96	117,33	8%	9,39	1,19285165	11,20
Jun/96	117,33	8%	9,39	1,18562055	11,13
OTAL					164,84

* SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO = DIFERÊNÇA SALARIAL + ATS + GRATIFICAÇÃO NATALINA.

FAIXAS DE SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO

PERIODO	SALÁRIO DE	ATE 3 SC
	CONTRIBUIÇÃO	8%
mai/95 a jul/95	83,26	249,80
ago/95 a abr/96	83,26	249,80
mai/96 a jun/96	95,75	287,27

DECRETO No. 2.173/97.



PROCESSO No. 1.699/96

RECLAMANTE: JOSILDA PACHECO ELSTE RECLAMADA: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

4- CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

				ALICHOTA	DEDUÇÃO	LR.R.F.
PARCELAS	VALOR	(-) I.N.S.S.	BASE DE	ALÍQUOTA	DEDOŽVO	P1 (21 (41)
[7:02210	BRUTO		CÁLCULO_			
LETTER CAL ADIAL I		164,84	2,117,53	27,50%	360,00	222,32
DIFERENÇA SALARIAL +			190,20	0	-	-
GRATIFICAÇÃO NATALII		1 🎽	253.59	آ ا		-
FÉRIAS + 1/3	25 <u>3,59</u>	U				222,32
TOTAL	2.726,16	164,84	2.561,32	<u> </u>	<u> </u>	

DEMONSTRATIVO DO VALOR LÍQUIDO DEVIDO

PARCELAS	VALOR
DIFERENÇA SALARIAL + ATS	2.282,37
GRATÍFICAÇÃO NATALINA	190,20
FÉRIAS + 1/3	253,59
FGTS \$8%	305,33
SUB-TOTAL	3.031,49
(-) PREVIDÊNCIA SOCIAL	164,84
LO MANADES DE DÉMOA	222,32
VALOR LIQUIDO DEVIDO	2.644,33 4
VALOR LIQUIDO DEVIDO	NITA E QUATRO REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

DOS MIL SEISCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS).

261DE JUNHO DE 1.998

Dayl Francisco Cavalcante contador CRC-MT 3.873/0-7

Copio

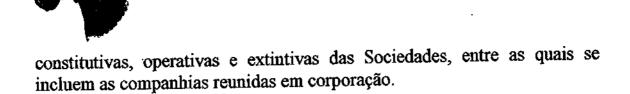
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA DIGNA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES-SEÇÃO DE CITAÇÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES

Processo nº 5.891/97

A COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE MINERAÇÃO, Incorporadora legal da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. DE MATO GROSSO-CODEMAT, Sociedade de Economia Mista com sede nesta Capital, à Avenida Jurumirim, nº 2.970, Bairro Planalto, devidamente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 03.029.401/0001-00, por seus bastantes procuradores que esta subassinam, advogados incritos na OAB/MT., sob os números 2.597, 4.328 e 4.687, encontradiços no mesmo endereço supra, vem à presença de Vossa Excelência, nos autos de RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move JOSILDA PACHECO ELSTE e que têm trâmite por essa digna Secretaria, expor e requerer o quanto segue.

A requerimento do Autor este ínclito juízo determinou à Executada que se manifestasse sobre circunstâncias a que alude aquele, referentemente à incorporação a que foi submetida a extinta Codemat pela Companhia Matogrossense de Mineração-METAMAT.

Conforme ressaltado no petitório do Autor, dita incorporação constituiu-se em fato público e notório, e naturalmente a incorporadora assumiu integralmente o passivo da Codemat, obviamente incluindo o trabalhista, obrigação de fato indeclinável, a teor de diversas outras estabelecidas na Lei 6.404/76, Diploma Legal que rege as normas



A assunção do pólo passivo dos feitos em trâmite pela Justiça Laboral, assim como do outro pólo, em qualquer foro judicial, deu-se, portanto, de forma plena e irrevogável desde a transmissão ocorrida sob os auspícios legais, tanto preconizados no citado diploma quanto nas leis Civis e Comerciais, que estabelecem pacificamente as obrigações da entidade incorporadora sobre o passivo daquela absorvida.

Assim, desde a efetivação da incorporação, por consequência lógica, deu-se a assunção das obrigações contraídas pela incorporada, que serão adimplidas na forma usual, ou seja, através da expropriação de bens da propriedade da incorporadora, isto se no curso da execução tal adimplemento não se der pelo pagamento puro e simples dos débitos que a compõem, até mesmo pela celebração de acordo com o Exequente.

São os termos em que, na convicção de haver atendido plenamente aquela ordem, principalmente com a juntada dos documentos formalizadores do ato incorporativo, cujas cópias vão junto junto à presente de às quais se requer sejam juntadas ao caderno processual.

Pede Deferimento.

Cuiabá/Mt., 27 de novembro de 1.998

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA

OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT 4.328



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS VARAS DO TRABALHO DE CUIABÁ — MT.

Processo SIEX nº : 1.664/97 Exequente: Josilda Pacheco Elste

Executado: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO — METAMAT, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu procurador *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do anexo instrumento procuratório, bem como que sejam alterados os nomes dos antigos procuradores da capa dos autos, para então, fazer constar nas publicações os nomes dos atuais procuradores.

Nestes termos, pede deferimento. Cuiabá, 15 de Março de 2002.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT 2.579



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, 23º REGIÃO 3º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.

Processo nº: 934/95

Reclamante: JOSILDA PCHECO ELSTE

Reclamado: CODEMAT - CIA, DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE

MATO GROSSO

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte é oito dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se a Egrégia 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes a Exma. Sra. Juíza do Trabalho Substituta ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA, e os Exmos. Srs. Juízes Classistas Representantes de Empregados e Empregadores, que ao final assinam, para audiência relativa ao processo e partes supra citados.

Às 17:05 horas, aberta a audiência, apregoadas as partes, ausentes. Submetido o processo a julgamento, proferiu a E. 3ª JCJ de Cuiabá-

MT, a seguinte

S E N T E N Ç A

Vistos, etc...

JOSILDA PCHECO ELSTE ajuizou reclamação trabalhista contra CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, aduzindo em síntese, que é empregada da reclamada desde 26.02.88, e que em 27.09.90, é sindicato da categoria assinou termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho, onde foram pactuados os percentuais de aumento a serem concedidos no período de outubro de 1990 a maio de 1991.

Alega que a reclamada cumpriu a avença até o mês de fevereiro/91, sendo que a partir de março/91 não mais repassou os índices acordados, pleiteando-os, assim como o recolhimento do FGTS e juros pelo atraso no pagamento dos salários.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 300,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 7/13.

A reclamada apresentou defesa escrita (fls. 18/33), onde argui, em preliminar, impugnação ao valor da causa, inépcia da inicial, litispendência, quanto ao pedido de depósitos relativos ao FGTS, e no mérito, argui a prescrição, sustenta que suspendeu o pagamento dos percentuais porque contrariam a política salarial fixada pelo Governo Federal através das Leis nº 8030/90 (art. 4º) e Lei nº 8.178/91, (art. 9º), sustentando a nulidade do termo aditivo com fundamento no art. 611 e seguintes da CLT. Sustenta o pagamento de reajuste salarial de 50%, no período pretendido, requerendo por cautela, compensação.

Juntou os documentos de fls. 16/17 e 34/124, sem manifestação da reclamante. Considerando que a contestação foi apresentada em fotocópia, a Junta concedeu à reclamada prazo para a juntada do original, vindo aos autos às fls. 126/142.

Em audiência as partes concordaram com a fixação do valor da causa em R\$ 1.000,00 (fl. 15).

Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais.

Infrutiferas as propostas de conciliação formuladas a tempo e modo.

É o relatório. Decide-se

1. PRELIMINARMENTE

1.1. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Prejudicada a análise da impugnação, eis que houve concordância das partes com a fixação do valor da causa em R\$ 1.000,00, conforme se vê da ata de audiência de fl. 15.

1.2. INÉPCIA DA INICIAL

1.2.1. Ausência de Acordo Coletivo de Trabalho

A preliminar deve ser rejeitada, vez que o acordo coletivo de trabalho que originou o termo aditivo cujo cumprimento se busca, é documento comum às partes, não ignoração a reclamada seu conteúdo, inexistindo prova, sequer alegação de prejuízo à elaboração da defesa, posto que os reajustes pretendidos estão previstos no termo aditivo que se encontra nos autos.

1.2.2. Correção Monetária

A reclamada argui a inépcia da inicial, com relação ao pedido de correção monetária, alegando que por força do princípio dispositivo, a iniciativa das provas cabe à parte que alega o fato constitutivo de seu direito, e assim, a simples alegação de que a reclamada teria pago com atraso e uma relação de datas supostamente apuradas pelo sindicato, lançadas na exordial, não se estribando em qualquer tipo de prova, não detém o condão de alçar-se ao nível de verdade irrefutável. Ao final conclui que a absoluta ausência de provas do atraso impossibilita a realização da cognição pelo juízo e a contestação, porque inespecífico o pedido.

A preliminar fica rejeitada. A prova documental deve vir acompanhada dos documentos em que se fundamenta o pedido. Entretanto, são objeto de prova somente os fatos CONTROVERTIDOS.

Dispõe o art. 302 do CPC que cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, que assim, não depende de prova, na forma do art. 334 do CPC.

No caso em análise, observa-se que o atraso no pagamento dos salários em nenhum momento foi negado, bem como, sequer alegou a reclamada que as datas apontadas na exordial não correspondem à realidade. Não bastasse isso, toda a prova documental referente ao fato alegado encontra-se sob sua guarda, por força de lei, optando por não trazê-la aos autos, embora a tanto desafiada pela reclamante, na exordial

Inexistindo qualquer impugnação ao fato e datas lançadas na exordial, e considerando ainda que a prova documental hábil a demonstrar o cumprimento da obrigação e por conséquência, a inveracidade dos fatos narrados na exordial, encontram-se até hoje em poder da reclamada, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Rejeita-se a preliminar.

1.3. LITISPENDÊNCIA

The state of the s

A reclamada argui a litispendência, sustentando que a reclamante, através do sindicato da categoria, ajuizou reclamação trabalhista, onde postula os depósitos do FGTS.

Os documentos de fls. 53/68, comprovam que o sindicato da categoria ajuizou reclamação trabalhista nº 072/92 perante a 1ª JCJ/Cuiabá, onde postula os depósitos relativos ao FGTS, comprovando também que a reclamante se inclui no rol dos substituídos, atendendo, desta forma, o disposto no item V do Enunciado 310/TST.

Em face do exposto, acolhe-se a preliminar, estando evidenciada a identidade de partes, de causa de pedir e de pedido, extinguindo-se o feito, sem julgamento do mérito, com relação ao pedido, com fundamento no art. 267, inciso V, do CPC.

PREJUDICIAL DE MÉRITO

2.1. PRESCRIÇÃO

2.

A reclamada argui, por cautela, a prescrição quinquenal. Entretanto, não há prescrição a ser declarada, eis que os pedidos que serão apreciados, referemse ao período imprescrito.

Rejeita-se.

MÉRITO

3.1. NULIDADE DO CONTRATO

Não há que se falar em nulidade do contrato, por violação a dispositivo constitucional, diante do ingresso no quadro da reclamada sem concurso público haja vista que sua admissão ocorreu em fevereiro de 1988, anteriormente à exigência constitucional de aprovação em concurso público. Observa-se que a Constituição Federal cuidou também de resguardar os direitos dos empregados admitidos antes da sua promulgação. Destarte, a admissão da reclamante em 26.02.1988, encontrava acomodação no ordenamento jurídico, não violando qualquer dos princípios que regem a atividade administrativa, estabelecidos pela nova Carta Magna.

3.2. DIFERENÇAS SALARIAIS

A reclamante alega que a reclamada suspendeu, a partir de março de 1991, o pagamento dos percentuais ajustados em termo aditivo a acordo coletivo de trabalho.

A reclamada defende-se, sustentando que o ajuste contraria a política salarial do governo federal, e ainda a concessão de reajustes no período.

Imperioso salientar que o Acordo Coletivo de Trabalho e o Termo Aditivo são regulares e plenamente eficazes, até que sejam retirados do mundo jurídico, pelas vias normais. Ressalte-se ainda que a prova da irregularidade do termo aditivo recaía sobre a reclamada, eis que fato impeditivo do direito do autor, quedando inerte, entretanto.

E, o argumento esposado pela reclamada não pode prosperar, eis que milita em favor da reclamante, princípio peculiar de aplicação da norma mais favorável.

MARIO DE LA CUEVA, citado por AMÉRICO PLÁ RODRIGUES em "Princípios de Direito do Trabalho", LTr, 2^u ed., 1993, p. 54/55 discorrendo sobre referido princípio, ensina que:

"... a lei é o ponto de partida, é o mínimo que não se poderá diminuir, mas não representa o direito, que necessariamente há de reger as relações obreiro-patronais. As demais fontes formais têm uma importância maior do que a que lhes é dada no direito civil; não se trata de preencher lacunas, mas de criar o direito que há de ser aplicado."

"Dentro desse critério se poderia dizer que as fontes formais do Direito do Trabalho, costume, convenção coletiva, etc., derrogam a lei, não conforme o conceito usual de derrogação, mas no sentido de que a tornam inoperante."

"Diante das várias normas, provenientes de diferentes fontes formais, deve-se aplicar sempre a que mais favoreça aos trabalhadores.."

Na lição de AMÉRICO PLÁ RODRIGUEZ, admite-se a prevalência das cláusulas mais favoráveis de uma convenção coletiva em face de normas de uma lei trabalhista que regula a mesma matéria, assim como a prevalência das cláusulas mais favoráveis de um contrato individual, diante das de uma convenção coletiva e das normas de uma lei.

Ressalte-se que, o artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna assegura o direito de reconhecimento de acordo coletivo, que vise a melhoria da condição social do empregado.

Não bastasse isso, é de se salientar que a Lei nº 8.030/90, não proibiu a concessão de reajustes, tanto que o art. 3º da citada lei autoriza a livre negociação de aumentos salariais além do reajuste mínimo referido no art. 2º, impondo como condição única, que não fossem repassados para os preços. E, ao contrário do que alegado pela reclamada, a manutenção do acordo coletivo não torna inviável a política salarial instituída pelo Governo Federal e o art. 9º da Lei nº 8.178/91 não proíbe a concessão de reajustes. Destarte, a não concessão de reajuste não era elemento essencial ao sucesso das políticas salariais implantadas através dos diplomas legais supra citados, de forma que o princípio de prevalência do interesse geral sobre o interesse particular, não cede lugar, no caso em análise, ao princípio de aplicação da norma mais favorável.

A reclamada argumenta ainda que concedeu, no período pleiteado, reajuste salarial de 50%, pleiteando compensação. O documento de fls. 84. (Resolução 18/91) não mereceu qualquer impugnação pela reclamante e comprova a concessão de abono de 50%, no mês de abril/91, para fins de enquadramento da

. 60

política salarial da reclamada na Lei nº 8.178/91, que prevê em seu artigo 9º a concessão de abonos salariais.

Isto posto, impõe-se o abatimento do percentual de 50%, em abril/91, sob pena de imposição de duplo pagamento.

O percentual previsto no acordo coletivo, referente ao mês de maio de 1991 é devido porque, conforme asseverado alhures, o acordo coletivo de trabalho, enquanto não retirado do mundo jurídico pelas vias normais, gera efeitos, não perdendo de vista que é bilateral, refletindo o consenso das partes, inclusive da reclamada, e mais, que o percentual a ser concedido em maio de 1991 referia-se à inflação verificada em abril de 1990, ainda não reposta, conforme se vê do termo aditivo.

Destarte, defere-se as diferenças salariais pleiteadas, referentes aos meses de março a maio de 1991, previstas no Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho, nos moldes declinados na exordial, e FGTS e acréscimo de 40%, relativos às diferenças, não incidindo sobre gratificação natalina, porque não devidas as diferenças em dezembro/91, nem sobre férias, porquanto não demonstrado o recebimento de férias nos meses referidos, nem licença-prêmio ou gratificação.

3.3. JUROS

A reclamante alega que ocorreram sucessivos atrasos no pagamento dos salários, acarretando-lhe prejuízos, apresentando estimativa da mora da reclamada, pleiteando juros, correção monetária e multa.

A reclamada sustenta que não há prova nos autos do atraso no pagamento dos salários, não podendo contestar pedido inespecífico.

Razão não lhe assiste, entretanto, vez que na exordial, a reclamante apontou cada um dos meses em que se efetuou o pagamento do salário respectivo com atraso, e ainda a data dos pagamentos, requerendo que a reclamada apresentasse os holerites. Assim, detém a reclamada em seu poder, por força de lei, todos os comprovantes de pagamento da reclamante, não impugnando e não comprovando a inveracidade do atraso alegado tão somente porque assim não quis. E, não bastasse isso, em nenhum momento negou que houvesse efetuado o pagamento com atraso nos moldes declinados na exordial, deixando de observar o princípio da eventualidade, limitando-se a arguir a inépcia da inicial, deixando de contestar, quanto ao mérito, o pedido.

A Constituição Estadual, em seu artigo 147, confere o direito à correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários, não conferindo direito aos juros e multa.

Defere-se em parte o pedido, para condenar a reclamada no pagamento da correção monetária, nos moldes previstos no dispositivo legal mencionado.

3.4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Indevida a verba honorária, eis que não presentes os Taguisitos previstos na Lei 5584/70, que regula a matéria no processo do trabalho, não estando a reclamante assistida por sindicato representativo de sua categoria.

ANTE AO EXPOSTO, decide a E. 3º Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, à unanimidade, rejeitar a preliminar de inépcia da inicial, acolher a preliminar de litispendência, extinguindo o feito, sem julgamento do mérito, com relação ao pedido de depósitos do FGTS, rejeitar a prescrição arguida, e no mérito julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por JOSILDA PCHECO ELSTE, para condenar CODEMAT CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, a pagar-lhe, no prazo legal, conforme for apurado em liquidação de sentença, diferenças salariais havidas nos meses de março/91 (94,57%), abril (19,40% sobre o salário de março/91), maio (44,80% sobre o salário de abril/91), incidindo o FGTS com acréscimo de 40%, correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários, nos termos da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante desta decisão, absolvendo-a dos demais pedidos, autorizada o abatimento do percentual de 50%, concedido em abril/91.

Juros e correção monetária, na forma da lei.

A reclamada deverá comprovar nos autos, no prazo legal, o recolhimento da contribuição previdenciária devida, nos termos da Lei nº 8.212/90., com a redação dada pela Lei nº 8.620/93, bem como, proceder desconto e recolhimento do imposto de renda, se devido.

Custas pela reclamada, no importe de R\$ 20,00; calculadas sobre R\$ 1.000,00, valor atribuído à condenação.

As partes deverão ser intimadas desta decisão. Nada mais.

DER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO

38 JCJ - CUIABÁ MT R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.NQ: 01.077-I

(RECLAMADO)

Protocolo # 4.056/6

CODEMA

PROCESSO Nº: 00934/95.

AUDIÊNCIA : 25 de julho de 1995, terça-feira, às 13:00 horas

JOSILDA PCHECO ELSTE RECLAMANTE

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO RECLAMADO

Pela presente, fica V.Sa. NOTIFICADO para os fins previstos nos itens abáixo:

Comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no endereço, e na data e hora acima mencionados.

Apresentar DEFESA (art.846, da CLT) com as provas que julgar mecessárias (arts. 821 e 845, da CLT), devendo V.Sa. estar presente, Andependentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe . facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

Em anexo a cópia da inicial.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 13/07/95.

Diretor de Secretaria

Nalnezia de Oliveira Monteiro Téc. Judiciário

CONTRATO ECT/DR/MT

T.R.T. 201 R. - Nº. 1823

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO CPA - CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO, BL.- GPC CUIABÁ - MT

EXM° SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA EG. __ JCJ DE CUIABÁ



DISTRIBILITÃO

JOSILDA PCHECO ELSTE, brasileira, viúva, Funcionária Pública, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 134.564 SSP/MT - CPF nº 229.850.261-72, CTPS nº 96.296 Série 547ª, residente e domiciliado à Rua Major Arnaldo de Matos - Nº 80 - Bairro Duque de Caxias - CEP 78020-080 - Cuiabá-MT, representado por seus procuradores infra-assinados, vem à honrosa presença de V. Exa, propor RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, em face de CODEMAT - CIA DE DESENVOLV. DO ESTADO DE MATO GROSSO, empresa pública, sediada no CPA-Centro Político e Administrativo, Bloco GPC, Cuiabá (MT), pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. - É o reclamante empregado da empresa reclamada, admitido em 26/02/88, exercendo a função de Funcionária Pública.

I - DAS DIFERENÇAS SALARIAIS POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA

- 1. Firmou o reclamado com o Sindicato obreiro, em 27.09.90, Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, exemplar anexo, estabelecendo no item 5:
 - "5 Em atendimento à reivindicação do SINDPD-MT e para evitar qualquer dúvida na aplicação dos percentuais dispostos nos ítens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

<u>Mês</u>	<u>Rep. Salarial</u>	' <u>Ganhos Reais</u>	<u>Politica Salarial</u>
Outubro	-	6,09%	-
Novembro	3% -		*
Dezembro	3%	6,09%	⁻IP€ Set/OutNov
Janeiro	3%	-	-
Fevereiro	8%	6,09%	- ,
Março	12,55%	-	IPC Dez/Jan/Fev.

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MF-5830

Abril 12,55% 6,09% Maio 44,80% -

- 2. Até o mês de fevereiro de 1991, a avença foi integralmente satisfeita, sendo, entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano. Neste caso, é o reclamante credor de diferenças salariais a serem aferidas com a aplicação dos seguintes índices:
 - a) 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC's dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91, de 18,30%, 19,91% e 21,87%, respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91;
 - b) no mês de abril/91, 19,40% (12,55% mais 6,09%), sobre os salários de março/91; e,
 - c) a partir do mês de maio/91 44,80%, sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários dos reclamantes.
- 3. Essas diferenças devem refletir nas férias, 13° salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90.

III - DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

- 1. Sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transtornos e prejuízos ao reclamante.
- 2. Os levantamentos estimativos feitos pelo Sindicato obreiro, eis a síntese desses atrasos:

5

Pagamento dos salários do mês de	Foi efetuado no dia
Março/91	10.05.91
Abril/91	15.06.91
Maio/91	12.07.91
Junho/91	15.08.91
Julho/91	10.09.91
Agosto/91	14.10.91
Setembro/91	17.11,91
Outubro/91	10.12.91
Novembro/91	13.01.92
Dezembro/91	20.01.92

- 3. Em face dos atrasos acima, é o reclamante credor de juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.
- 4. Requerem que se digne V. Exª determinar que a Reclamada apresente os holerites do Reclamante, com vistas à apuração da correção monetária e demais encargos.

IV - DO ATRASO NOS DEPÓSITOS DO FGTS

- 1. Outro ponto da demanda relaciona-se à ausência de recolhimento dos valores referentes ao FGTS à conta vinculada de cada um dos reclamantes. Pelas parcas informações conseguidas, constatou-se que a empresa reclamada, desde junho de 1986 não procede ao recolhimento dos depósitos fundiários de seus empregados.
- 2. No tocante a este ponto da demanda não se tem noticias de nenhum depósito fundiário feito pela Reclamada na conta vinculada do Reclamante desde junho/86.
- 3. Com apoio no art. 25 da Lei 8036/90, os reclamantes pedem que a empresa reclamada seja compelida a realizar todos os depósitos em atraso, com as cominações do art. 22 da referida Lei.

V - REQUERIMENTO

- 1. Demonstradă a lesão aos seus direitos, formula o reclamante os pedidos seguintes, em valores apuráveis na liquidação da sentença :
 - a) pagamento das diferenças salariais em face da aplicação dos percentuais de 94,57% no mês de março/91; em abril/91, 19,40% sobre os salários de março/91; e em maio/91, 44,80%, sobre os salários de abril/91, com a incorporação definitiva desses índices aos salários do reclamante;
 - b) pagamento dos reflexos das diferenças supra nas férias, 13° salário, licençaprêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90;
 - c) pagamento dos juros, multas e correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários e a multa prevista no Acordo Coletivo de Trabalho, conforme fundamentação supra;
 - d) recolhimento dos depósitos do FGTS, desde junho/86, na conta vinculada do reclamante, com as cominações previstas no art. 22 da Lei nº 8.036/90, quais sejam, correção monetária, juros de mora de 1% ao mês e multa de 20%.
- 2. Pede mais a condenação do Reclamado nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da condenação, de acordo com a Lei 8.906/94.
- 3. Protesta pela oportuna produção de provas, requerendo, desde logo, com base no art. 355 e sob as penas do art. 359, ambos do CPC, que a empresa seja compelida a apresentar cópias de todos os holerites de pagamento dos reclamantes, como provas do não cumprimento dos reajustes salariais estabelecidos na norma coletiva aqui invocada, bem assim, dos atrasos no pagamento mensal.
- 4. Com o apoio do art. 735 da CLT e Lei nº 8.036/90, pedem que a Caixa Econômica. Federal seja notificada a fornecer cópia dos extratos analíticos das contas do FGTS existentes em nome do Reclamante, com vistas à comprovação do não recolhimento dos respectivos depósitos fundiários pelo reclamado.
- 5. Finalmente, requer a notificação da empresa reclamada para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, com depoimento pessoal de seus prepostos, ouvida de testemunhas, juntada de documentos e que, ao final, seja o empregador condenado nos pedidos supra, com juros, correção monetária e demais cominações legais.
- 6. Dá-se à causa, para efeito meramente de alçada, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Termos em que, P. Deferimento Cuiabá-MT, 06 de abril de 1995.

RUA GALDINO PIMENTEL , Nº 14 - EDIF. PALÁCIO DO COMÉRCIO - SALA 22 - 2º ANDAR CENTRO - CUIABÁ - MT - FONE FAX (065) 322-3541 EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABA - MATO GROSSO

"IN PROCESSO No 934/95"

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, pessoa jurídica de direito privado, com sede e estabelecida nesta Capital, no Centro Político e Administrativo, Palácio Paiaguas, devidamente inscrita no CGC(MF), sob o no 03.474.053/0001-32, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Dr. EDEGARD NOGUEIRA BORGES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MT, sob o no 506, nos autos de Reclamação Trabalhista que lhe move JOSILDA PCHECO ELSTE LEITE, processo supra, em trámite por essa Ilustre Junta e Secretaria, por seus procuradores infrafirmados, constituídos na forma do incluso mandato (doc. 01), advogados, regularmente inscritos na OAB/MT, sob os nos 2597 e 4328, com endereço na sede da Reclamada, local indicado a receberem as intimações, vem à presença de Vossa Excelência, com todo respeito e bastante acatamento, apresentar sua

CONTESTACAD

aduzindo para tanto as razões fâticas e de direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

1 - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

O valor da causa deve ser conferido em atinência ao seu conteúdo econômico, e ainda, sem perder de vista a expectativa da pretensão, môvel do litigio.

Ainda que se admita certa tolerâncià à indicação do valor da causa, face a natural cautela ante às incertezas da demanda, o valor que se indica para o presente processo é inaceitável, eis que totalmente irrisório.

Como manifesta-se patente que o valor indicado na exordial não se coaduna com a expectativa da demandante, nem com nenhum critério responsável, torna-se claro que a autora previnem-se de uma eventual sucumbência, burlando a penalização tributária, representada pelas custas processuais.

Tal estratégia, perpetrada em detrimento do erário, não pode prosperar.

Ademais, no caso vertente, a Reclamante não é desempregada. Pelo contrário, faz parte do quadro de funcionários da Reclamada de há muitos anos, como se nota pelas próprias pretensões aduzidas.

Dessarte, requer a Vossa Excelência que atribua à causa valor consentâneo com sua realidade factual, adequando-o a expectativa da demanda.

2 - INÉPCIA DA INICIAL - Ausência do ACT

Um dos pleitos formulados ao **Juizo na exordial** consiste em reajustes concedidos por força de Acordo Coletivo.

Compulsando os documentos que instruiram a inicial, constata-se que não se encontra colacionado o referido ACT, que vigiu no periodo 90/91, e que fundamentaria os reajustes suplicados.

Se nele constam efetivamente tais concessões, a estribar os pedidos efetuados, indispensável se faz a sua juntada, e desse mister a autora não se desincumbiu.

Especificando-se precisamente, a côpia que juntouse aos autos refere-se ao acordo coletivo de outro período, o qual não possui identidade de vínculo com aquele invocado pela autora, e nada comprova em relação aos reajustes pleiteados.

Melhor sorte não possui o Termo Aditivo juntado, eis que notoriamente insubsistente como prova, uma vez que tratase de mero complemento do documento principal, inexistente nos autos.

Pede-se vênia para citar-se o insuper**avel** brocardo jurídico: "O que não existe nos autos, não existe **no** mundo".

O termo aditivo é mera clâusula suplementar a um contrato preexistente, e é juridicamente impossível acolhé-lo como prova sem examinar o contrato que o gerou.

é lògico, procedente, concludente, que, uma vez ausente o essencial, prejudicado está o acessório.

Apenas para que se tenha uma idéia da ilegitimidade do suprareferido T. A. e da flagrante transgressão de seus termos ao original ACT, vê-se a nomeação de reajuste para maio de 1991, enquanto o acordo original estipulou vigência legal de seus dispositivos de 01.05.90 a 30.04.91.

Como não consta no Termo Aditivo clâusula que revogue essa disposição, tal reajuste é plenamente ilegal, assim como é insubsistente o proprio T. A.

Requer-se, destarte, ante o descumprimento cabal do artigo 282 do CPC, bem como o artigo 333, do mesmo diploma legal, inviabilizando a meditação do Julzo acerca da veracidade dos fatos articulados, que Vossa Excelência se digne de julgar extinto o feito nesse particular.

3 - LITISPENDÊNCIA - FGTS 🔭

A autora informa que "Pelas parcas informações conseguidas, constatou-se que a empresa reclamada, desde junho de 1986 não procede ao recolhimento dos depósitos fundiários de seus empregados"... (sic), até a presente data, requerendo o imediato depósito.

Conforme ja exposto em outras ações opostas por outros Reclamantes em desfavor desta Companhia, de fato, a CODEMAT deixou de recolher o FGTS durante certo periodo a partir de 1986.

Todavia a inadimplência citada ocorreu apenas até final de 1992, a partir do que retomou-se a normalidade em termos dos recolhimentos fundiários.

Dessa maneira, improcede totalmente a alegação da autora no sentido de que a Reclamada deixou de efetuar os recolhimentos do FGTS até a presente data. Em toda a existência desta empresa, apenas num período de cerca de O5(cinco) anos, de 1986 a 1992, ocorreu tal inadimplência.

Restaria, por conseguinte, esse periodo como ponto de discussão.

Contudo, a CODEMAT buscou solucionar essa grave lacuna, firmando em 20 de dezembro de 1993, um TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, juntamente com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, ôrgão gestor dos depôsitos fundiários.

Através desse instrumento, a CODEMAT obrigou-se a recolher todo o montante em atraso, atualizadamente e acrescido dos ónus pertinentes, em parcelas, conforme consta no aludido contrato, cuja cópia segue em anexo.

Para respaldar adequadamente tal avença compareceu como garantidor o Estado de Mato Grosso, representado por seu Governador, na qualidade de interveniente.

E para que aludida garantia se consubstanciasse irretorquivelmente sólida e idônea, o Estado de Mato Grosso, além de assumir a posição de principal pagador e devedor solidário (cláusula décima-terceira), ofereceu em garantia as cotas que lhe cabem do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE.

Seria necessário, no minimo, que a própria União entrasse em colapso, inadimplindo nos repasses constitucionais à Mato Grosso, para que tal compromisso sofresse interrupções.

Porém, tamanho apocalipse não se afigura provável, e, no demais, a CODEMAT vem cumprindo rigorosamente os prazos, já tendo abatido até a presente data todos os depôsitos, devidos, diferenças, juros e atúalização monetária (JAM), além de multas, sobre os recolhimentos em atraso, acertando os compromissos retroativamente até a data de fevereiro de 1991.

Encontra-se devidamente recolhido, portanto, cerca de 20 meses que se encontravam em atraso, o que representa mais de 40% do total do débito.

Restaria finalmente como argumento, a situação do empregado que viesse a ser demitido, ou necessitasse sacar seus créditos imediatamente.

Para tais casos, através do mesmo contrato, a CODEMAT se obrigou (clâusula oitava) a recolher todo o montante devido, de uma vez só, a cada um que venha necessitar de sacâ-lo, ou no caso de demissão.

Inexiste, destarte possibilidade veraz de prejulzo ou dano a quaisquer dos servidores dos quadros desta empresa.

O que havia de ser feito acerca desse assunto ja o foi, e mostra-se eficiente. Os recolhimentos mensais, após 1992 estão estritamente em dia, e o parcelamento contratado pelas parcelas inadimplidas no passado encontram-se ausentes de qualquer desvio ou atraso.

Para comprovar todas as informações supra, além do citado termo, o qual contém rigorosissimas clâusulas e elevadas penalidades, junta-se, em anexo à presente, cópia do Laudo Pericial exarado pelo perito JUSCELINO AUGUSTO DE ARAÚJO, designado pela MM 1a JUNTA DESTA CAPITAL, para examinar a documentação da ora Reclamada, com o propósito de averiguar a real situação de seu compromisso perante a CEF.

A conclusão do Sr. Perito, expressa nos Itens 11 e 12 do laudo em apreço, é deveras esclarecedora, pelo que pertine reproduzi-la:

- "11 . Diante do acima exposto, não existe a necessidade de realizar levantamento mensal dos salários de cada funcionário para apurar a diferença dos recolhimentos do FGTS, juros e atualização monetária e multas, pois o mesmo já foi realizado pela Caixa Econômica Federal e além disso a Reclamada vem mantendo rigorosamente o cronograma de pagamento.
- 12 . Sendo assim, somos favorâveis para manter o Termo de Compromisso entre a Caixa Econômica Federal e a CODEMAT, ficando prejudicado o pedido inicial".

A essa altura, muito embora o que ja se aduziu seja sobejamente impeditivo das pretensões dos autores, resta abordar ainda o principal: a litispendência.

Conforme atesta a Certidão inclusa à presente, tramita pela insigne la JCJ de Cuiaba, Reclamação Trabalhista oposta pelo proprio sindicato que representa os servidores da CODEMAT, de No. 072/92, que versa exclusivamente sobre os recolhimentos em atraso do FGTS.

Dessa maneira, comprovada a identificação das ações, ou seja, a reedição em juizo de ação ainda em andamento, constata-se a pendência da lide, afigurando-se inadimissivel o prosseguimento desta que ora se opôs, nesse particular, pelo que se reguer, com fulcro no artigo 301, I, do CPC, seja o feito julgado extinto, como determina precisamente o artigo 267, V, de nossa lei Adjetiva Civel, subsidiariamente aplicada.

4 - INÉPCIA DA INICIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA

Reza o artigo 282, do CPC, verbis:

Art. 282 . A petição inicial indicară:

I - omissis

VI — as provas com que o autor pretende demostrar a verdade dos fatos alegados.

Inépcia é o termo que se reserva para definir o ato postulatório da parte formulado defeituosamente.

O CPC em vigor acolheu o principio dispositivo, conforme depreende-se da Exposição de Motivos.

O postulado de que a iniciativa das provas cabe exclusivamente à parte que alega o fato constitutivo de seu direito, constitui-se na mais acentuada característica do principio dispositivo, cuja particularidade mais evidente é o ônus da prova.

Assim, se o sistema do CFC, em vez de dispositivo fosse inquisitório, não haveria falar em ônus da prova, pois que sua indicação caberia ao Juiz. Contudo, como adotado que foi o referido princípio no direito processual brasileiro, a atividade relativa à procura e a escolha dos fatos e suas correspondentes provas, compete pois, à iniciativa exclusiva das partes.

Como cabe às partes indicar as provas que julgarem oportunas, tanto pior para elas se forem insuficientes.

A simples alegação de que a Reclamada teria pago com atraso e uma relação de datas supostamente apuradas pelo Sindicato lançada na exordial sem estribar-se em qualquer tipo de provas, não detém o condão de alçar-se a plano de verdade irrefutável.

O mero arrozoado não é suficiente para provar um fato, surge a imprescindibilidade da prova da existência do fato.

Tal assertiva encontra eco no artigo 333, do CPC, que prescreve, "verbis":

Art. 333. O ônus da prova incube.

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo
de seu direito.

Logo, face a absoluta ausência de provas que corroborassem a alegação de atraso no pagamento de salários, cujo ônus a autora incumbia, impossibilitando a realização da cognição pelo Juizo, bem como também a defesa da Reclamada, que não poderia contestar pedido inespecífico, Requer-se a Vossa Excelência, fulcrado nos artigos 267, I, e 329, do CPC, a extinção do processo nesse particular.

5 - DA NULIDADE CONTRATUAL

A Reclamante da presente lide ingressou na CODEMAT, ora Reclamada, orgão da administração pública indireta sem prestar concurso.

Assim, o vinculo laboral é produto de flagrante ilegalidade e é totalmente nulo, já que consubstancia-se em ato administrativo inconstitucional, haja vista haver a Autora ingressado no emprego público sem submeter-se ao indispensável concurso público.

A Constituição Federal, ao traçar os principios norteadores da administração pública, prescreve em seu artigo 37, verbis:

"A administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao sequinte:

I - OMISSIS

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Paragrafo Primeiro - OMISSIS

Paragrafo Segundo - a não observância do disposto nos incisos II e III implicara a nulidade do ato e a punição da autoridade responsavel, nos termos da lei".

Os icones da exegese constitucional brasileira, todos eles jā se pronunciaram a proposito daquele dispositivo do texto dito, entre eles CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, HELLY LOPES MEIRELLES, ADILSON DE ABREU DALLARI, JOSÉ AFONSO DA SILVA, entre outros, concluindo unissonamente pelo entendimento da plena ilegalidade de contratações desse jaez, e por conseguinte da sua total nulidade.

A Reclamada é sociedade de economia mista de que o Estado de Mato Grosso é acionista majoritário, integrando, pois, a administração indireta estadual. Nessa qualidade, insofismável que os atos de gestão praticados pelos que a dirigem, submetem-se em absoluto aos ditâmes da legislação que rege a administração pública, mormente no que se refere à forma de investidura no emprego do seu funcionalismo.

Anteriormente à Carta Magna de 1988, e mesmo apôs o seu advento, sucessivas diretorias da Reclamada perpetravam contratações de pessoal ao arrepio das estipulações da lei maiór, o que vem redundando no assoberbamento asfixiante de suas obrigações financeiras, na inviabílização de sua prôpria e específica função de instrumentalizadora do desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

Nulas são, pois, essas celebrações, pleno jure, e assim devem ser declaradas.

Necessario se faz atentar para os efeitos da decretação dessa colimada nulidade. O ato nulo, por natimorto, não gera quaisquer efeitos.

Esse o entendimento corrente da Doutrina e da Jurisprudência. Um dos mais consultados exegetas da legislação laboral, o emérito Jurista DÉLIO MARANHÃO, em sua obra "INSTITUIÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO", ed. LTR, pâg. 243, ensina que:

"Atingindo a nulidade o próprio contrato, seguindo os princípios do direito comum, produziria a dissolução "ex tunc" da própria relação.

Evidentemente, não pode o empregador devolver ao empregado a prestação do trabalho em virtude do contrato nulo. Assim, não é possível aplicar-se, no caso, o princípio do efeito retroativo da nulidade. Daí porque os salários que já foram pagos, não devem ser restituidos, correspondendo, como correspondem, a contraprestação definitivamente realizada.

Se o trabalho foi prestado, ainda que com base em um contrato nulo, o salário há de ser devido; o empregador obteve o proveito da prestação do empregado, que sendo por natureza infungivel não pode ser restituida.

Impõe-se por conseguinte, o pagamento da contraprestação equivalente, isto é, do salârio, para que não haja enriquecimento ilícito".

Essa novel constituição brasileira não inovou no estabelecimento de regras gerais para o funcionalismo público; nada mais fez que recepcionar os critérios consagrados pela Carta de 1969.

A emenda constitucional no 1, de 17 de outubro de 1969, que igualmente recepcionou o Texto Máximo de 1967, no que se refere à forma de investidura no serviço público estabelecia em seu artigo 97:

"Os cargos públicos serão acessiveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

Paragrafo Primeiro - A primeira investidura em cargo publico dependera de aprovação prévia em concurso publico de provas ou de provas e titulos salvo os casos indicados em lei."

De tudo o que se expende nessa preliminar ficou assente, à margem de qualquer dùvida, que servidor ou funcionârio público é aquele que se vincula contratualmente à administração pública, seja ela direta ou indireta.

O diploma maior de 1987 jā dava explicitamente o aspecto conceitual do servidor público ao tratar da proibição da cumulação de cargos em seu artigo 99, verbis:

"Art. 99 - é vedada a cumulação remunerada de cargos ou funções públicas.

Parágrafo Segundo - A proibição de acumular se estende a cargos, funções, ou empregos em autarquias,empresas públicas e sociedades de economia mista."

Assim, a Reclamante admitida sem prévio concurso público ainda que anteriormente a atual constituição, nem por isso está infensa aos efeitos profiláticos dela. cujas disposições se constituem em mero prolongamento do que continha a Carta revogada no respeitante à forma de acesso ao serviço público.

Inconteste que o contrato laboral celebrado com a Reclamante ainda sob a vigência da Constituição de 1969, é igualmente nulo de pleno direito e assim também deve ser declarado.

NO MERITO

Na hipôtese de que alguma matéria ultrapasse as preliminares eriçadas, a Reclamada prossegue sua contestação adentrando ao mérito.

DA PRESCRIÇÃO

Devido a que a autora não especificou as datas a que se referiam determinados pedidos constantes da inicial, a reclamada, preventivamente, vem em relação a todos eles requerer sejam observadas as datas de prescrição dos direitos suplicados, os quais, em função de preceitos, inclusive constitucionais, não poderão retroagir além dos limites impostos para tal.

Dessarte, aínda que o pedido de correção monetária superasse a preliminar de inépcia, sobre ele incidiria a prescrição para períodos anteriores a 10.02.90.

Da mesma forma, o pleito concernente ao FGTS, na improvável hipôtese de superar a preliminar que o prejudica, deveria adstrir-se ao período posterior a 10.02.90

DA NULIDADE DO ACT E TERMO ADITIVO -Por afronta a dispositivo legal

O multi referido ACT padece de nulidade absoluta, celebrado que foi em plena transgressão às Leis que disciplinavam a Política Salarial da época.

A lei 8030, de 12.04.90, ditava as normas salariais ao tempo da formalização do ACT, bem como no advento do "Termo Aditivo", em 27.09.90, eis que somente foi revogada pela lei 8.178, de 01.03.91.

Ambos dispositivos legais, determinantes de critérios para alterações salariais e plenamente vigentes à época, impunham limitações precisas, as quais foram frontalmente transgredidas pelo malsinado ACT.

Pertine trazer a lume o v. acôrdão que debruçou-se com notável oportunidade sobre o tema:

Modificação do. Correção salarial convencionado As leis regulamentadoras da Politica Salarial do País contém normas de ordem de carâter impositivo e cogente. odblica. Sobrepõem-se hierarquicamente normativos, com força para instrumentos alterar disposições convencionadas contrariem normas disciplinadoras da política governo econômica-financeira ರಂ concernente à política salarial vigente (art. 63, CLT), não gerando quaisquer efeitos. Se a lei nova (Lei 8030/90) eleiminou a correção automática dos salários suprimindo a indexação pelo IPC, não tem mais qualquer eficâcia norma da convenção coletiva firmada anteriormente a ela (lei) dispondo em sentido contrário, porque essa norma está derrogada".

TRT - PR-RO-4812/91 - (Ac. 3a. T-6867/92)-Rel. Juiz Design. Alberto Manenti. DJPR, 11.09.92 - pag. 129.

E, no mesmo diapasão:

Antecipação salarial - Supervenência de lei que modifica política salarial - Invalidade.

"Reputa-se invalido o pacto que o empregador em determinado momento obrigou-se em acordo coletivo a conceder a antecipação salarial se, e quando a diferença entre IPC e URP superasse a 30%, se antes mesmo de ocorrer o fato, sobreveio legislação de emergência vedando quaisquer reajustes de preços e salarios. Inocorrência de ofensa a direito adquirido ou negocio juridico perfeito celebrado buscando ocorrência de futuro. Sentença que se mantém". TRT 3a. Reg. RO- 7064/91- (Ac. 3a. T) - Rel. Juiz Sergio Aroeira Braga. DJMG, 07.07.92 pAg. 78.

For mais evidente que esteja a manifesta afronta legal e integral nulidade insitas no ACT e TA, é de se frisar que nem expectativa de direito eles geraram, haja vista que no azo da celebração ja vigiam normas de ordem pública

impositivas, cujo teor foi plenamente transgredido por ajuste a que competía a observáncia legal.

Ademais, se é pacifico que a superveniência de lei contrária às concessões perpetradas já lhes anularia os efeitos, ainda com muito mais razão tal ocorre no caso em tela, em que as indevidas concessões incompatibilizaram-se com a legislação vigente.

Revela aduzir que o principio da norma mais vantajosa ao trabalhador não tem cabimento no caso em tela, por se tratar de assunto de ordem pública.

A propria CLT, adiantando-se a provaveis controversias acerca da aplicação desse princípio e prevenindo a possibilidade de seu emprego inadequado delimitou seu alcance, insculpindo no artigo 80.:

"Artigo. Bo. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e norma gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e Costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classes ou particular prevaleça sobre o interesse, público". (destacamos)

Como se vê, trata-se de circunstância prevista no código obreiro, e para qual o próprio diploma consolidado repudia o uso da primazia da norma mais benéfica ao empregado quando conflitante com o interesse público.

Admitir-se o contrário seria erigir uma muralha protecionista em torno do obreiro, de tal forma impenetrável às disciplinações legais que orientam as relações jurídicas para o geral dos seres, que estariam se estabelecendo um "status" de intangibilidade incompatível com os princípios basilares de todo o arcabouço jurídico.

é de hialina clareza que o malsinado ACT jamais adentrou ao universo da legalidade. Sendo plenamente nulo e sem efeitos, o pedido de suas concessões é inacolhivel juridicamente, pelo que se requer sua inteira improcedência.

Ao mês de FEV/91, ainda que V. Exa. julgasse legitimo o ACT, os reajustes não poderiam ser avençados por força do art. 80. da Lei No. 8.178/91, que determinou a fórmula de rajustes cabivel e exclusiva para aquele mês.

Finalmente, tendo em vista que a vigência do multireferido ACT expiraria em 30.04.91, improcede totalmente o pedido do reajuste referente a MAIO/91.

Felo exposto, face a plena nulidade do ACT e Termo Aditivo, os mesmos não geraram quaisquer efeitos, pelo que devem ser julgados totalmente improcedentes os pedidos arrimados em seus termos.

DA NULIDADE DO TERMO ADITIVO Inobserváncia as formalidades legais

Os acordos coletivos são regulamentados pela CLT, através dos artigos 611 e seguintes, que erigem e delimitam os pressupostos indispensáveis à sua eficâcia jurídica.

As alterações às normas coletiva de trabalho, por sua vez, tem sua admissibilidade restrita à observância das disposições do artigo 615 do citado diploma original.

A teor do que dispõe o artigo 615 e parågrafos, Acordos Coletivos são passíveis de alterações apenas por outras normas, igualmente coletivas e que se tenha jungido às mesmas formalidades legais a que se ateve o acordo original.

A legislação que regula os Acordos Coletivos não contempla a possibilidade de Termos Aditivos, meramente confeccionados na informalidade banal existentes nos contratos particulares alienigenas às normas coletivas de trabalho.

O pacto firmado no TA foi fruto de mera reunião de gabinete, a qual não tem a lhe respaldar, a lhe bafejar, com um sópro de legalidade de forma minimamente necessaria para que se sustente juridicamente, sequer a participação COLETIVA dos empregados supostamente acordantes.

Omitiu solenidade que a lei considera indispensável para a validade e eficácia do ato jurídico, não se aperfeiçoando.

O art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplinando a formalização de avenças desses jaez, prescreve:

> "Art. 615 O processeo de prorrogação. revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acordo ficará subordinado -, em qualquer caso, à aprovação <u>Assembléia</u> <u>Geral</u> <u>dos</u> Sindicatos convenentes ou partes <u>acordantes</u>, com observāncia do disposto no 612. art. (grifamos)

Parag. 10. O instrumento de prorrogação, revisão, denúncias ou revogação de Convenção ou Acordo será depositado para fins de registro e arquivamento, na reparticão em que o mesmo originariamente foi depositado, observando o disposto no art. 614.

Parag. 20 As modificações introduzidas em Convenção ou Acordo , por força da revisão ou de revogação parcial de suas clâusulas passarão a vigorar 3 (três) dias apôs a realização do depósito previsto no Parag. 10.

Por sua vez, o art. 612, do mesmo diploma, legal, ao qual remete o dispositvo aludido estabelece, verbis".

"Art. 612 Os sindicatos só poderão celebrar convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho deliberação de Assembléia especialmente convocada para esse disposto nos respectivos consoante o Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terço), dos associados da entidade, se se tratar Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 (um terço) dos mesmos.

Parag. 10 0 "quorum" de comparecimento e votação, será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que tenham mais de 5.000 (cinco mil) associados".

Ora, as notas introdutorias da aditivação que conferiu pretensas majorações aos salários dos Reclamantes, dão conta da forma absolutamente alheia aos ditames que a lei impõe, como é de se transcrever do TA fls...:

"Em reunião realizada no dia 04 de setembro p. passado, o Governador do Estado, naquele ato representado pelos Exmos. secretários de Estado da Administração e da Fazenda, e representantes dos servidores públicos estaduais, discutiram as perdas salariais da categoria e uma nova política salarial a ser aplicada aos vencimentos dos respectivos servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou decidido e consequentemente oposto na competente "Ata de Reunião", que os percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grossó - CODEMAT nos itens e condições a seguir".

A teor do que se consignou no "Termo Aditivo", fica estampado o seu despojamento, a sua pobreza de elementos, que obrigatoriamente dele haveriam de constar e que se constituem em condição "sine quibus" à sua validade, uma vez que

nenhum momento se refere à participação do corpo diretivo do próprio Sindicato que tenham recebido da Assembléia Geral, forum soberano para decisões nesse sentido, competente outorga de poderes.

O que dele consta é a solitària e desautorizada anuência do Presidente daquele sodalicio lançada em documento lavrado em local que não declina, em sede de que não traz noticia.

Os termos em que vazado denunciam que a decisão entre as partes visavam o cometimento de obrigações de forma ampla, no atacado, à feição do que normalmente se estipulam à administração do Governo, de forma geral, não se atentando para as peculiaridades de que se reveste Recorrente, pessoa jurídica de características de direito privado, constituída sob os auspicios da Lei no 6.404/76, que rege as sociedades anônimas, entres as quais a de economia mista.

Estes entes, contitucionalmente, não se subordinam a ingerências que não prescindem do "referendum" de Assembléia Geral propria, fato que no presente caso não ocorreu, conforme reza o seu proprio Estatuto, inspirado no Diploma Legal que se referiu, suso.

Não tendo assim, se revestido das formalidades que a lei reputa, indispensavel à sua plena validade, padece o guerreado Termo Aditivo da ausência insanavel da exiquibilidade, não sendo portanto documento hábil à instrumentalização dos pedidos elencados na inicial.

Portanto, ainda que essa Insigne Junta, em sede de mérito venha considerar válido o ACT e seu "Termo Aditivo" por julgar que não ofenderam disposição legal, por outra forma estará igualmente fulminado de nulidade o Termo Aditivo, suporte dos pedidos, em observando a sua nulidade por ter sido elaborado com inobservância das formalidades legais previstas nos artigos retro citados.

DOS REAJUSTES DO ACT

A Reclamante informa em sua peça inicial que a Reclamada cumpriu os indices avençados, "ATÉ O MES DE FEVEREIRO DE 1991, sendo, entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano".

Na hipôtese de que esse Honrado Julzo defira os reajustes pleiteados, dois fatos relevantes devem "ser considerados:

O primeiro diz respeito aos indices nomeados pela autora, os quais, se apesar de tudo quanto se expôs forem deferidos, deverão ser compostos por soma simples, e não por multiplicação capitalizante, como devera ser apurado posteriormente, em liquidação de sentença, havendo o deferimento para tais pleitos.

O outro aspecto que faz-se mister considerar, é o de que o TA não poderia conceder reajuste para maio de 1991, tendo em vista que todo acordo coletivo estipula um prazo de vigência para seus próprios dispositivos, invariavelmente de um ano, até a próxima data base.

Como a data base para a Assembléia que efetua os acordos coletivos dos empregados da Reclamada ocorre em Maio a cada ano, como estampado no ACT 93/94 juntado pela autora, a vigência de todos eles, como se depreende do texto do próprio ACT colacionado aos autos, percorre o período que vai do primeiro dia do més de maio até o dia 30 de abril do ano subsequente.

Como a vigência do ACT 90/91 iniciou-se em 01.05.90, sua eficácia exauriu-se em 30.04.91, e um "Termo Aditivo" originado dele não poderia estabelecer reajustes para além de seu prazo legal.

Assim, totalmente improcedente a inclusão de reajustes para maio de 1991, pelo que requer-se seu indeferimento.

DA RESOLUÇÃO 018/91 - REAJUSTE DE 50%

Após o advento da Lei 8.178/91, em março daquele ano, esta Companhia cancelou as Resoluções 01, 02 e 03, que concediam os aumentos a partir daquele mês, conforme estabelecido no TA.

Aos 18.06.91, cedendo às pressões salariais consequentes da anterior expectativa de reajustes, a ora Reclamada viu-se forçada a conceder um aumento salarial.

Assim, foi firmada a Resolução 018/91, concedendo um reajuste salarial de 50%, retroativo a abril/91, mês em que incidiria o primeiro reajuste revogado.

Atentando-se bem, à tal concessão não se obrigava a Reclamada, e em verdade, ela veio a transgredir as normas salariais vigentes, jà que a Lei no 8778/91 coibia reajustes naquele patamar.

Entretanto, tal questão não merece maior interesse, até mesmo porque a aludida concessão hoje integra os salários dos servidores da ativa de forma definitiva e é direito assegurado.

O enfoque que se busca é que houve uma concessão de 50%, e caso os indices de reajustes sejam acolhidos, deles hão de se descontar o que foi efetivamente concedido.

.

Ou seja, se apesar de todas as razões retro expendidas, as súplicas que entendemos indevidas prosperem, requer-se seja devidamente abatido daqueles indices o montante de 50%, efetivamente concedido à época, e que visava atender as expectativas salarias jà deflagradas após o firmamento do Termo Aditivo.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito deverá ser a presente contestação ser recebida e afinal julgada provada para o efeito de acolher-se as preliminares arguidas, ou ainda adentrando o mérito, pela procedência das razões expostas para declarar nulo de pleno direito o ACT e seu TERMO ADITIVO, julgando totalmente improcedentes os pedidos da inicial, condenando-se a autora nas custas e demais cominações legais, como de direito.

Protesta por todos meios de provas em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal da Reclamante e oitiva de testemunhas.

Termos em que Pede deferimento.

Cuiaba/MT; 19 de julho de 1995.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT - 2597

OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT - 4328

3º JUNI LE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

Rua Miranda Reis, 441- Nesta- CEP 78010-080 F: 62

F: 624-7398 - R 123

PROCESSO 0934/95
MANDADO 1067/96

29,56

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO para ser cumprido na forma abaixo:

O MM. Juiz Presidente da 3º Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, sita à Rua Miranda Reis, 441, Ed. Bianchi, Bairro Bandeirantes, que abaixo assina,

MANDA ao Oficial de Justiça -Avaliador, a quem for este distribuído, passado a favor de JOSILDA PCHECO ELSTE exequente nos autos do Proc. 0934/95 que tramita pela 3º JCJ de CUIABÁ, cite a CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, para em 48 horas pagar a quantia de R\$ 3.098,97 (três mil e noventa e oito reais e noventa e sete centavos) correspondente ao crédito do exèquente è honorários periciais e suas respectivas atualizações:

<u> </u>	1
ÉDITO DO EXEQUENTE	R\$ 2.898,97
TAS PROCESSUAIS	Recoihidas .
NORÁRIOS PERICIAIS	R\$ 200,00
TAL GERAL	R\$ 3.098,97

alores em 25.10.96, após esta data sujeitos a atualização).

Nos termos da decisão de fl 215 cujo teor é o seguinte: "Vistos, etc... Homologo os cálculos apresentados pelo Sr. Perito e fixo o crédito do exequente em R\$ 2.898,97, valor líquido das contrtibuíções sociais, expressão monetária em 23/10/96. Custas processuais já recolhidas. Honorários periciais são arbitrados em R\$ 200,00. Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação. Faça a secretaia constar no mandado que o devedor deverá comprovar, no prazo legal, o recolhimento das parcelas devidas a título de contribuições previdenciárias no valor de R\$ 85,79, e IRRF no valor de R\$ 25,87, consoante Provimentos 01/93 e 02/93 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, sob as penas da lei. Cuiabá/MT, 25/10/96 (6ª feira) — Drª. Roseli Daraia Moses Xocaira — Juiza do Trabalho Substituta."

Não pago o débito ou feita a garantia, no prazo supra, PENHORE E AVALIE tantos bens quanto bastem para integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T art. 770 e § único; C.P.C. art. 172 §§ 1° e 2°).

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI.

Eu, Eduardo de Castilho Pereira, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi, aos trinta e um dias do mês de outubro de 1996.

Rosana M. de Barros Caldas Costo / Julzo do Trabalho Substituta

ENDEREÇO DO EXECUTADO: BLOCO "GPC" - CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO - CUIABÁ/MT

ORIGINAL ASSINADO

P2=8-11

EXECEENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT

28 W ROJEO CARABALHO 28 W ROJEO CARABA-MI 28 W ROJEO CARABA-MI 28 W ROJEO CARABA-MI

PROCESSO Nº 934/95

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, já devidamente qualificada nos Autos de Ação Trabalhista que la move JOSILDA PCRECO ELSTE, proces so supra, por seu procutador infra assinado, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, em atendimento a determinação contida na ata de fls., requerer a juntada do original da Petição de Contestação em anexo.

Termos em que

Pede Deferimento.

Cuiabá-MT., 28 de Julho de 1.995

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA

OAB/MT NO 2.597

Juguivan na pasta

No.

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 09 dias do mês de agosto do ano de 1995, reuniu-se a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presente o Exmº Juiz Presidente DRª. ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA, e os srs. Juízes Classistas, que ao final assinam, para a audiência relativa ao Proc. 3ª JCJ nº 934 /95 entre partes: JOSILDA PACHECO ELSTE E CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Reclamante e reclamado respectivamente.

Às 15:04 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM Juiz Presidente, apregoadas as partes. Presentes o advogado do reclamante DR. MARCOS DANTAS TEIXEIRA, OAB/MT Ausente o reclamante. O reclamado pela preposta ODETE PINHEIRO DA SILVA, assistido pela DRª MARIA DA CONCEIÇÃO PINHO MARQUES, OAB/MT.

As partes não têm mais provas a produzir.

Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais remissivas.

Conciliação rejeitada.

Adiada para julgamento dia 21.08.95, às 17:02 horas.

Cientes as partes.

Encerrada às 15:09 horas.

Nada mais.

¢

He.

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO 3º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 1995, reuniu-se a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presente o Exmº Juiz Presidente DRª. ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA, e os srs. Juízes Classistas, que ao final assinam, para a audiência relativa ao Proc. 3ª JCJ nº 934 /95 entre partes: JOSILDA PACHECO ELSTE E CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Reclamante e reclamado respectivamente.

Às 13:06 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM Juiz Presidente, apregoadas as partes. Presentes a reclamante assistida pelo DR. MARCOS DANTAS TEIXEIRA, OAB/MT. O reclamado pela preposta ODETE PINHEIRO DA SILVA, assistido pela DRª MARIA DA CONCEIÇÃO PINHO MARQUES, OAB/MT.

As partes concordam com a fixação do valor da causa em R\$ 1,000,00.

Conciliação rejeitada.

Defesa escrita, apresentada em fotocópia, concedendo-se a reclamada o prazo de cinco dias para a apresentação do origina, sob pena de desentranhamento com documentos, dos quais se dá vista ao reclamante por cinco dias a partir do dia 01.08.95

Preclusa a prova documental.

As partes declaram não terem outras provas a produzir.

Para encerramento da instrução adia-se para o dia 09.08.95, às 14:50 horas, dispensada a presença das partes, mas não dos seus procuradores.

Cientes as partes.

Encerrada às 13:09 horas.

NADA MAIS.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTICA DO TRABALHO

TRIBUÑAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO

3a JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF, BIANCHI, BANDEIRANTES



06/09/95

(RECLAMADO)

Protes

CO

PROCESSO Nº: 00934/95.

JOSÍLDA PCHECO ELSTE RECLAMANTE

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO RECLAMADO

Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) da decisão proferida nos autos processo em epígrafe, constante da cópia anexa.

Decisão de fls.146/152, conforme cópia em anexo.

NOT.NQ: 01.623

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em <u>06/09/95</u>.

Diretor de Secretaria

Cláudia Tavates Vilela Estaglária

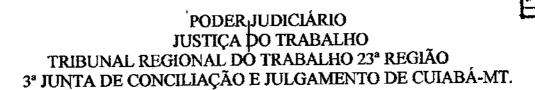
RECEBI

CONTRATO ECT/DR/MT

T.R.T. 23*, R. - N*, 1828

x

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO CPA - CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO, BL. GPC CUIABÁ - MT



Processo nº: 934/95

Reclamante: JOSILDA PCHECO ELSTE

Reclamado: CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE

MATO GROSSO

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se a Egrégia 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes a Exma. Sra. Juíza do Trabalho Substituta ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA, e os Exmos. Srs. Juízes Classistas Representantes de Empregados e Empregadores, que ao final assinam, para audiência relativa ao processo e partes supra citados.

Às 17:05 horas, aberta a audiência, apregoadas as partes, ausentes.

Submetido o processo a julgamento, proferiu a E. 3ª JCJ de CuiabáMT, a seguinte

SENTENCA

Vistos, etc...

JOSILDA PCHECO ELSTE ajuizou reclamação trabalhista contra CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, aduzindo em síntese, que é empregada da reclamada desde 26.02.88, e que em 27.09.90, o sindicato da categoria assinou termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho, onde foram pactuados os percentuais de aumento a serem concedidos no período de outubro de 1990 a maio de 1991.

Alega que a reclamada cumpriu a avença até o mês de fevereiro/91, sendo que a partir de março/91 não mais repassou os índices acordados, pleiteando-os, assim como o recolhimento do FGTS e juros pelo atraso no pagamento dos salários.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 300,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 7/13.

A reclamada apresentou defesa escrita (fls. 18/33), onde argui, em preliminar, impugnação ao valor da causa, inépcia da inicial, litispendência, quanto ao pedido de depósitos relativos ao FGTS, e no mérito, argui a prescrição, sustenta que suspendeu o pagamento dos percentuais porque contrariam a política salarial fixada pelo Governo Federal através das Leis nº:8030/90 (art. 4º) e Lei nº 8.178/91, (art. 9º), sustentando a nulidade do termo aditivo com fundamento no art. 611 e seguintes da CLT. Sustenta o pagamento de reajuste salarial de 50%, no período pretendido, requerendo por cautela, compensação.

Juntou os documentos de fls. 16/17 e 34/124, sem manifestação da reclamante. Considerando que a contestação foi apresentada em fotocópia, a Junta concedeu à reclamada prazo para a juntada do original, vindo aos autos às fls. 126/142.

Em audiência as partes concordaram com a fixação do valor da causa em R\$ 1.000,00 (fl. 15).

Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais.

Infrutíferas as propostas de conciliação formuladas a tempo e modo.

É o relatório. Decide-se

1. PRELIMINARMENTE

1.1. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Prejudicada a análise da impugnação, eis que houve concordância das partes com a fixação do valor da causa em R\$ 1.000,00, conforme se vê da ata de audiência de fl. 15.

1.2. INÉPCIA DA INICIAL

1.2.1. Ausência de Acordo Coletivo de Trabalho

A preliminar deve ser rejeitada, vez que o acordo coletivo de trabalho que originou o termo aditivo cujo cumprimento se busca, é documento comum às partes, não ignorando a reclamada seu conteúdo, inexistindo prova, sequer alegação de prejuízo à elaboração da defesa, posto que os reajustes pretendidos estão previstos no termo aditivo que se encontra nos autos.

1.2.2. Correção Monetária



A reclamada argui a inépcia da inicial, com relação ao pedido de correção monetária, alegando que por força do princípio dispositivo, a iniciativa das provas cabe à parte que alega o fato constitutivo de seu direito, e assim, a simples alegação de que a reclamada teria pago com atraso e uma relação de datas supostamente apuradas pelo sindicato, lançadas na exordial, não se estribando em qualquer tipo de prova, não detém o condão de alçar-se ao nível de verdade irrefutável. Ao final conclui que a absoluta ausência de provas do atraso impossibilita a realização da cognição pelo juízo e a contestação, porque inespecífico o pedido.

ţ

A preliminar fica rejeitada. A prova documental deve vir acompanhada dos documentos em que se fundamenta o pedido. Entretanto, são objeto de prova somente os fatos CONTROVERTIDOS.

Dispõe o art. 302 do CPC que cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, que assim, não depende de prova, na forma do art. 334 do CPC.

No caso em análise, observa-se que o atraso no pagamento dos salários em nenhum momento foi negado, bem como, sequer alegou a reclamada que as datas apontadas na exordial não correspondem à realidade. Não bastasse isso, toda a prova documental referente ao fato alegado encontra-se sob sua guarda, por força de lei, optando por não trazê-la aos autos, embora a tanto desafiada pela reclamante, na exordial

Inexistindo qualquer impugnação ao fato e datas lançadas na exordial, e considerando ainda que a prova documental hábil a demonstrar o cumprimento da obrigação e por consequência, a inveracidade dos fatos narrados na exordial, encontram-se até hoje em poder da reclamada, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Rejeita-se a preliminar.

1.3. LITISPENDÊNCIA

A reclamada argui a litispendência, sustentando que a reclamante, através do sindicato da categoria, ajuizou reclamação trabalhista, onde postula os depósitos do FGTS.

Os documentos de fls. 53/68, comprovam que o sindicato da categoria ajuizou reclamação trabalhista nº 072/92 perante a 1" JCJ/Cuiabá, onde postula os depósitos relativos ao FGTS, comprovando também que a reclamante se inclui no rol dos substituídos, atendendo, desta forma, o disposto no item V do Enunciado 310/TST.

Em face do exposto, acolhe-se a preliminar, estando evidenciada a identidade de partes, de causa de pedir e de pedido, extinguindo-se o feito, sem julgamento do mérito, com relação ao pedido, com fundamento no art. 267, inciso V, do CPC.

PREJUDICIAL DE MÉRITO

2.1. PRESCRIÇÃO

2.

A reclamada argui, por cautela, a prescrição quinquenal. Entretanto, não há prescrição a ser declarada, eis que os pedidos que serão apreciados, referemse ao período imprescrito.

Rejeita-se.

MÉRITO

3.1. NULIDADE DO CONTRATO

Não há que se falar em nulidade do contrato, por violação a dispositivo constitucional, diante do ingresso no quadro da reclamada sem concurso público haja vista que sua admissão ocorreu em fevereiro de 1988, anteriormente à exigência constitucional de aprovação em concurso público. Observa-se que a Constituição Federal cuidou também de resguardar os direitos dos empregados admitidos antes da sua promulgação. Destarte, a admissão da reclamante em 26.02.1988, encontrava acomodação no ordenamento jurídico, não violando qualquer dos princípios que regem a atividade administrativa, estabelecidos pela nova Carta Magna.

3.2. DIFERENÇAS SALARIAIS

A reclamante alega que a reclamada suspendeu, a partir de março de 1991, o pagamento dos percentuais ajustados em termo aditivo a acordo coletivo de trabalho.

A reclamada defende-se, sustentando que o ajuste contraria a política salarial do governo federal, e ainda a concessão de reajustes no período.

Imperioso salientar que o Acordo Coletivo de Trabalho e o Termo Aditivo são regulares e plenamente eficazes, até que sejam retirados do mundo jurídico, pelas vias normais. Ressalte-se ainda que a prova da irregularidade do termo aditivo recaía sobre a reclamada, eis que fato impeditivo do direito do autor, quedando inerte, entretanto.

E, o argumento esposado pela reclamada não pode prosperar, eis que milita em favor da reclamante, princípio peculiar de aplicação da norma mais favorável.

MARIO DE LA CUEVA, citado por AMÉRICO PLÁ RODRIGUES em "Princípios de Direito do Trabalho", LTr, 2ª ed., 1993, p. 54/55 discorrendo sobre referido princípio, ensina que:

"... a lei é o ponto de partida, é o mínimo que não se poderá diminuir, mas não representa o direito, que necessariamente há de reger as relações obreiro-patronais. As demais fontes formais têm uma importância maior do que a que lhes é dada no direito civil; não se trata de preencher lacunas, mas de criar o direito que há de ser aplicado."

"Dentro desse critério se poderia dizer que as fontes formais do Direito do Trabalho, costume, convenção coletiva, etc., derrogam a lei, não conforme o conceito usual de derrogação, mas no sentido de que a tornam inoperante."

" Diante das várias normas, provenientes de diferentes fontes formais, deve-se aplicar sempre a que mais favoreça aos trabalhadores.."

Na lição de AMÉRICO PLÁ RODRIGUEZ, admite-se a prevalência das cláusulas mais favoráveis de uma convenção coletiva em face de normas de uma lei trabalhista que regula a mesma matéria, assim como a prevalência das cláusulas mais favoráveis de um contrato individual, diante das de uma convenção coletiva e das normas de uma lei.

Ressalte-se que, o artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna assegura o direito de reconhecimento de acordo coletivo, que vise a melhoria da condição social do empregado.

Não bastasse isso, é de se salientar que a Lei nº 8.030/90, não proibiu a concessão de reajustes, tanto que o art. 3º da citada lei autoriza a livre negociação de aumentos salariais além do reajuste mínimo referido no art. 2º, impondo como condição única, que não fossem repassados para os preços. E, ao contrário do que alegado pela reclamada, a manutenção do acordo coletivo não torna inviável a política salarial instituída pelo Governo Federal e o art. 9º da Lei nº 8.178/91 não proibe a concessão de reajustes. Destarte, a não concessão de reajuste não era elemento essencial ao sucesso das políticas salariais implantadas através dos diplomas legais supra citados, de forma que o princípio de prevalência do interesse geral sobre o interesse particular, não cede lugar, no caso em análise, ao princípio de aplicação da norma mais favorável.

A reclamada argumenta ainda que concedeu, no período pleiteado, reajuste salarial de 50%, pleiteando compensação. O documento de fis. 84 (Resolução 18/91) não mereceu qualquer impugnação pela reclamante e comprova a concessão de abono de 50%, no mês de abril/91, para fins de enquadramento da

política salarial da reclamada na Lei nº 8.178/91, que prevê em seu artigo 9º a concessão de abonos salariais.

Isto posto, impõe-se o abatimento do percentual de 50%, em abril/91,

sob pena de imposição de duplo pagamento.

O percentual previsto no acordo coletivo, referente ao mês de maio de 1991 é devido porque, conforme asseverado alhures, o acordo coletivo de trabalho, enquanto não retirado do mundo jurídico pelas vias normais, gera efeitos, não perdendo de vista que é bilateral, refletindo o consenso das partes, inclusive da reclamada, e mais, que o percentual a ser concedido em maio de 1991 referia-se à inflação verificada em abril de 1990, ainda não reposta, conforme se vê do termo aditivo.

Destarte, defere-se as diferenças salariais pleiteadas, referentes aos meses de março a maio de 1991, previstas no Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho, nos moldes declinados na exordial, e FGTS e acréscimo de 40%, relativos às diferenças, não incidindo sobre gratificação natalina, porque não devidas as diferenças em dezembro/91, nem sobre férias, porquanto não demonstrado o recebimento de férias nos meses referidos, nem licença-prêmio ou gratificação.

3.3. JUROS

A reclamante alega que ocorreram sucessivos atrasos no pagamento dos salários, acarretando-lhe prejuízos, apresentando estimativa da mora da reclamada, pleiteando juros, correção monetária e multa.

A reclamada sustenta que não há prova nos autos do atraso no pagamento dos salários, não podendo contestar pedido inespecífico.

Razão não lhe assiste, entretanto, vez que na exordial, a reclamante apontou cada um dos meses em que se efetuou o pagamento do salário respectivo com atraso, e ainda a data dos pagamentos, requerendo que a reclamada apresentasse os holerites. Assim, detém a reclamada em seu poder, por força de lei, todos os comprovantes de pagamento da reclamante, não impugnando e não comprovando a inveracidade do atraso alegado tão somente porque assim não quis. E, não bastasse isso, em nenhum momento negou que houvesse efetuado o pagamento com atraso nos moldes declinados na exordial, deixando de observar o princípio da eventualidade, limitando-se a arguir a inépcia da inicial, deixando de contestar, quanto ao mérito, o pedido.

A Constituição Estadual, em seu artigo 147, confere o direito à correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários, não conferindo direito aos juros e multa.

Defere-se em parte o pedido, para condenar a reclamada no pagamento da correção monetária, nos moldes previstos no dispositivo legal mencionado.

3.4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Indevida a verba honorária, eis que não presentes os previstos na Lei 5584/70, que regula a matéria no processo do trabalho, não estando a reclamante assistida por sindicato representativo de sua categoria.

ANTE AO EXPOSTO, decide a E. 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, à unanimidade, rejeitar a preliminar de inépcia da inicial, acolher a preliminar de litispendência, extinguindo o feito, sem julgamento do mérito, com relação ao pedido de depósitos do FGTS, rejeitar a prescrição arguida, e no mérito julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por JOSILDA PCHECO ELSTE, para condenar CODEMAT CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, a pagar-lhe, no prazo legal, conforme for apurado em liquidação de sentença, diferenças salariais havidas nos meses de março/91 (94,57%), abril (19,40% sobre o salário de março/91), maio (44,80% sobre o salário de abril/91), incidindo o FGTS com acréscimo de 40%, correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários, nos termos da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante desta decisão, absolvendo-a dos demais pedidos, autorizada o abatimento do percentual de 50%, concedido em abril/91.

Juros e correção monetária, na forma da lei.

A reclamada deverá comprovar nos autos, no prazo legal, o recolhimento da contribuição previdenciária devida, nos termos da Lei nº 8.212/90., com a redação dada pela Lei nº 8.620/93, bem como, proceder desconto e recolhimento do imposto de renda, se devido.

Custas pela reclamada, no importe de R\$ 20,00; calculadas sobre R\$ 1.000,00, valor atribuído à condenação.

As partes deverão ser intimadas desta decisão. Nada mais. EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

PROCESSO Nº 934/95

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, já devidamente qualificada nos Au tos à epígrafe, de Reclamação Trabalhista que lhe move JO SILDA PACHECO ELSTE, em trâmite por essa Ilustre Junta e Secretaria, por seus procuradores infrafirmados, não se con formando, vênia concessa, com a respeitável decisão termina tiva neles prolatada, vem a presença de Vossa Excelência de la recorrer, como de fato recorrido tem, com fundamento no artigo 895 da CLT ao Egrégio Tribunal Regional da 238 Região, para o qual requer seja remetido após devidamente processado, e do qual espera a reforma da decisão guerreada.

Pede Deferimento.

Cuiabá, 20 de setembro de 1 995.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT Nº 2 597

*

PROCESSO Nº 934/95

RAZÕES DA RECORRENTE

PELA RECLAMADA

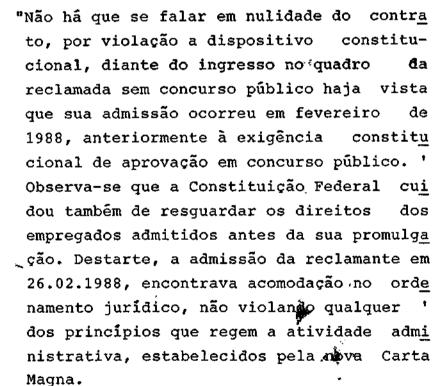
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

EGRÉGIO TRIBUNAL

COLENDA TURMA

A respeitável sentença guerreada, vêniau 'concessa, merece reformada, porque não trilhou o caminho da melhor justiça.

Assim foi quando decidiu pela validade do contrato de trabalho celebrado entre as partes.ao arrepio do mandamento constitucional vigente à epóca, sob a funda mentação verbis:



"Concessa máxima vênia", as disposições ' promanadas da Emenda Constitucional que intronizou a carta





política de 1 969 já faziam prever através do seu artigo '97, a obrigatoriedade da realização de concurso para o aces so, verbis:

"Artigo 97 - Os cargos públicos serão aces síveis a todos os brasileiros que preen cham os requisitos estabelecidos em lei.

"§ 10 - A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em con curso público de provas ou de provas e $t\bar{1}$ tulos salvo os casos indicados em lei".

A melhor doutrina, aquela que se filia o mestre Hely Lopes Meirelles é do entendimento pela singele za e peremptoriamente das disposições da Constituição revogada no que se referia a obrigatoriedade de concurso a que alude o citado artigo 97.

Em alentada lição, assim se expressa aque le renovado exegeta:

"OBSERVÂNCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

Como ja vimos, em razão de sua autonomia constitucional, as unidades estatais são competentes para organizar e manter seu funcionamento, criando cargos e funções instituindo carreiras e classes, fazendo ' provimento e lotações, estabelecendo venci mentos e vantagens, delimitando os deveres e direitos dos servidores e fixando regras disciplinares. Os preceitos reguladores das relações jurídicas entre a Administra ção e o servidor constituem as normas esta tutárias, contidas no respectivo estatuto' e na legislação correlata, explicitadasnos decretos e regulamentos expendiços para sua fiel execução pelo Poder Executivo.

As disposições estatutárias, todavia, não podem contratiar o estabelecido na Consti



tuição da República como normas de observância obrigatória pelas des estatais, autarquicas e fundacionais públicas na organização do seu pessoal e dos respectivos regimes jurídicos. Sem pre entendemos, com a melhor doutrina que essas normas, mesmo no período rior à Constituição de 1 988, eram sitivas para toda a Administração, em fa ce do seu duplo objetivo. REalmente, instituí-las, as Constituições não visam unicamente ao resquardo dos interesses dos servidores, como erroneamente se pen sa. Não é assim, Juntamente com as garan tias outorgadas aos servidores, o texto constitucional assegura ao Estado meios para realizar uma boa administra ção, dentre os quais o poder deve de lar pela eficiência, moralidade e aprimo ramento do pessoal administrativo. É que ocorre, p. ex., com o instituto đa estabilidade, que, a par de um direito, para o servi ço público, enquanto bem servir, senta para a Administração a garantia de que nenhum servidor nomeado por concur <u>so</u> poderá subtrair-se ao estágio probat<u>ó</u> rio de dois anos e a de que nenhum outro servidor poderá adquirir igual direito. Assim, não pode a Administração Federal, estadual ou municipal, ampliar o do art. 41. da CF, pois estaria restrin gindo direito do servidor público; também não pode diminuí-lo ou estendê-lo a outros servidores que não os nomeados!

por concurso, porque estaria renunciando



a prerrogativas constitucionais considera das essenciais na relação Estado - Agente Administrativo. Não sendo lícito ao Esta do renunciar a essas prerrogativas, seria nula e de nenhum efeito, portanto, a dis posição estatutária em desacordo com o 'preceito constitucional.

Nem se argumente que o conceito funcioná: rio público esposado pela Constituição de 1 969 abragia os empregados somente da administração direta.

José Cretelha Júnior em comentário con temporâneo àquele Diploma Maior, publicado in inciclópedia Saraiva de Direito, Edição 1 977, tomo 68, pág. 474 assim se referiu ao servidor público:

"Servidor público, em direito administrativo constitui, a denominação genérica 'atribuida a toda e qualquer pessoa que presta serviços, em caráter mais ou menos duradouro, à administração pública 'federal, estadual ou municipal, direta ou indireta.

Convém insistir sobre o conceito, no sentido de que o servidor público é o genero que abrange diversas espécies. Den tre estas, a principal é a do "funcioná rio público", por nós definido no verbe te adequado desta Enciclopédia (v. 39) como "a espécie do gênero "servidor público, investido, de modo legal, em cargo permanente dos quadros da administração".

Referindo-se à necessidade da realização de concurso público para ingresso aos serviços vinculados ao erário, assim se expressa aquele doutrinador; ainda à época da vigência da Carta Maior revogada:



"... em verdade, os males resultantes de admissão de servidores públicos em cará ter temporário são múltiplos, como empre guismo eleiçoeiro, a má recrutação, a burla ao princípio moralizador consubs tanciado no artigo 97 da Constituição da República e, principalmente, a transfor mação em "permanente" (sem a criação do cargo correspondente) daquilo que seria transitório."

Não há, pois, mode de se contornar a flagrante absoluta nulidade das contratação dos nominados da presente ação. Não encontram elas qualquer adminículo de sustentação por que perpetradas em conflito afrontoso com as imperquiríveis disposições constitucionais, no que elas têm, talvez, de mais significativo em termos de disciplinamento das instituições que buscamos ao estado, gerente da grande empresa societária, os aspectos indeclináveis de proibidade, moralidade e justiça de que a nação exige es tar investidos os seus agentes.

Fazer ouvidos moucos a arguições singela mente calcadas em tão vementes razões, seria remotamente iníquo para o poder anterior constituinte que vai buscar na aspiração do povo tutelado a inspiração para a sua ação le giferante tutelar, ao mesmo tempo que galvanizaria no espírito desse mesmo povo o sentimento angustiante, torturante e melancólico de que o nosso país as leis são feitas para não serem cumpridas, estigma que estravassando as nossas fronteiras, autorizou ilustre governante d'além mar acacha pantemente proclamar ao mundo, alto e bom som, que o Brasil não é um país sério.

Esse estado de coisas cuja oportunidade ora é dada a dosi poderes do Estado, o Executivo e.Judicia rio modificar era imposto à sociedade nitidamente através de ingerência do poder real sobre o poder formal, pelo poder que sempre sustentou os que governavam e faziam deles titeres de suas vontades. É dessa ascendência do poder '



real sobre o poder formal que nasce o clientelismo, o apa drinamento, odiento, dos quais a contratação sem concurso' pela administração pública de imensos assoberbantes contingentes em tristes episódios que a própria população em desalentado humor já cognominou de "trens da alegria!, é a materialização mais visível.

Poder Judiciário, terceira faceta da de mocracia em que se funda a ideologia mentora da nossa Carta política cumpre alterar esse quadro bizarro para melhor, cumpre contradizer o personagem de Lampeduza, afirmando que precisa mudar e fazendo com que mude para não permanecer como está.

O presente pedido, é, pois, nossa oportu nidade de excelente ao firmamento dessa posição juridica 'mais consentânea com o nosso direito, devendo ser, portan to a respeitável sentença indigitada reformada para o efei to de ser o contrato de trabalho firmado entre recorrente e recorrido declarado nulo de pleno direito, fazendo, as sim, cessar a relação laboral a partir dele instaurado e consequentemente absolvida a recorrente das cominações a que foi condenado.

Igualmente não andou bem o MM. Juiz a quo ao condenar a recorrente ao pagamento de juros e correção monetária pelo alegado atraso no pagamento dos salários.

A assertiva do reclamante no que se refere a aquelas verbas não passou do campo da mera e irrita alegação.

"Actor Probat Actionen, réus exceptione".

É desses brocardo, que sintetiza sabia mete a inteligência do nosso ordenamento jurídico adjeti vo, que mera paixão a causa não pode postergar, que se aure a conclusão mansa e pacificamente adotada pelos nossos pretórios acerca de cumprir a prova do alegado àquele que faz.



Atribuir-se-ia o ônus operandi à houvesse o Recorrido construído situação robustecida por mentos materiais de prova das articulações expendidas. Ora foi simploriamente afirmado na exordial que neste ou naquele mês, neste ou naquele dia, efetivamente fora procedido ao pagamen to salarial relativos a meses e dias de há muito vencidos.

Afirmações assim desautorizadas pela ausên cia de documentos que as respaldam não têm o condão de deslo car a obrigação probatória para outra parte, assim como esta belece a nossa Lei Processual Civil que em seu artigo 333, $I_{\underline{n}}$ ciso I, prescreve:

"O Õnus da prova incumbe:

- I ao Autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito.
- II Ao réu, quanto a existência de fato impe ditivo, modificativo ou extintivo do reito do autor".

É insofismável que o cometimento da gação do réu de desconstituir o direito do autor há de singirse à contraprova.

Oura, contraprova, como o próprio nome suge re, obviamente que pressupõe a pré-existência de quaiquer ele mentos trazidos à colação em escolta à peça liberal ou produzidos a posterior, à guisa de prova. Curial, pois, que se a parte não fez acompanhar as duas deduções desses elemtnos inexiste a obrigação da produção de contraprova pela outra que dando essas deduções na hirta e inerme condição de alega ções sem fundamento e não aptas, portanto ensejar convicção, a respaldar o estabelecimento de juizo de valor higido à denação. Deve, portanto, a respeitável sentença atacada ser reformada também nesse particular, para a absolvição da Re corrente.

A respeitável sentença recorrida, não ata cando a tese da REclamada no que se referia à nulidade da pac tuação coletiva em face das peremptórias disposições da Lei



nº 830/90 condena a REcorrente ao pagamento dos reajustes estabelecidos, sob o fundamento cumeeiro vazado assim:

"Com relação à Lei nº 8030/90, a mesma teve vigência a partir de 12.04.90, ten do o termo aditivo sido pactuado em 27. 09.90, ora, quando da pactuação do cita do termo, as partes acordantes tinham co nhecimento prévio da legislação vigente e, ainda, assim, firmaram os índices per centuais de reajustes salariais. (sic.. grifamos).

Ora, é por demais cediço, é o mais come zinho princípio de direito, que a ninguém é dado praticar' ato defeso em lei a pretexto da sua ignorância. A própria lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, singelamente em seu artigo 3º, disciplina a plenitude da eficácia das imposições legais, verbis:

"Ninguem se escusa de cumprir a lei ale gando que não a conhece".

A aptidão, portanto, de quaisquer atos jurídicos a produzir efeitos, depende substancialmente da sua harmonia com o disciplinamento legal, depende do esta bleecimento dos seus contornos aos limites do que a lei permite.

Ora, insofismavelmente o diploma legal 'tratante especificamente da política salarial, a suso fala da Lei nº 8030/90, que vigorou a partir de 12.04.90, era 'peremptório ao prescrever os parâmetros em que pudessem os seus destinatários transigir nas pactuações que visassem 'à remuneração por labor.

Tendo, pois, o indigitado Acordo Colet<u>i</u>
vo de Trabalho e seu respetivo Termo Aditivo destoado pr<u>i</u>
ma facie da legislação reguladora da matéria, afrontando-a
flagrantemente, extreme de dúvida resulta a sua nulidade
plen jure e para isso deve ser a respeitável sentença re



corrida reformada, para ser-lhe declarada a nulidade mercê do vício insanável que o inquina.

Isto, posto, e invocando os inestimáveis 'suplementos jurídicos dessa Egrégia Turma é que se requer se ja o presente recurso conehcido e provido com a consequente 'reforma da decisão de primeiro grau, absolvendo-se a recorrente das cominações dela constante, pelos fundamentos expostos, por ser de direito e justiça.

Pede Deferimento.

Cuiabá, 20 de setembro de 1 995.

OAB/MT nº/2 597

Razio social/Nome COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO	ecolhimento do FGTS - GRE do estado de mato Geo	650-CODE 41 0	3,474.053/0001-32	1 1	/ 1695-6 -1 -09 <i>-</i> 95 1		00 - Para uso da CEF
Endereço (logradouro, rua, n., andar, apartamento) PALACTO PALAGUAS - BLOCO SEPI	ANL/PC	06 - Bairro/Diatrito	•		CEF		SELTEMBRO/95
Cidade			08-UF 09-CEP MT 78.000				19 - Código de recothirmento 418
CULABA		113 - Cutagoria do er		; o	130100-4		120 - Número folha
essoa/Telefone p/ contato 11 - Novo CNAE	12 - Código SAT	13 - C##Gous go er	ilhishanor				01
omador de serviço (no caso de trabalhador avulso)		115 - CGC/CEL (do to	mador de serviço)	16 - Remunera	ação paga no mês	17 - Informações complementares RECURSO OPDINÁRIO — P	ROC.NO 934/95
<u></u>	22 - Data nascimento	23 - Número PIS/PASEP	1ADM1SSÃO 26 - Carri 24 - Data 25-Cod (nûi	ira de trabalho	RECOLHIMENTO FGTS		MOVIMENTAÇÃO
o embredago	l i		24 - Data 25-C04 (nûi		27-Depósito (sem 13- salário)	28-Depósito (só sobre parc.13- salário) 29-JAM	30-Data 3
OSIIDA PACHECO EIST -	10.04.60	1086185915-1	26.02.88 96.2	96–547 ?	1.000,00	·	
]	
		•					
	:						1 1
					•	j	<u>.</u>
						ļ	l l
				••			<u> </u>
					}		
						ļ <u> </u>	510167520951795429755
							. 着
	,				1 - 0 - 0 - de	ļ .	<u> </u>
		_		Booton Ru	ila da Costa e Paris	ļ	` 1
		-]	As	secor Jaridico AB/MT 2.507		
				U	Dolair attac		
						-	
•							
the seeds .		*1			, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	<u> </u>	
32-Depósito (sem 13- salário) 33-Depósito	(só sobre perc.13- salário) 34 - JAM	35 -∫Multa	36 - Total (Campos	32+33+34+35)		thrushing and der banco	105
DTAL A ECOLHER		<u> </u>	1.0	0 %00			1
COLHER	4						ł
	ţ			4			

01 CAPIMBO DO CGC MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Documento de Arrecadação de Receitas Federais **DARF** 05 13 TELEFONE CODEMAT L DO IMPOSTO E OUTRAS INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÕES ATENÇÃO 483/95 1505 CBA-MT ELSTE VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGO DL-1025/69 SENDO PESSOA JURÍDICA. ALÉM DA APLICAÇÃO DO CAPIMBO CGC VALOR TOTAL NO CAMPO 01. PREENCHER O CAMPO 03. 50411DA P. 15 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA IS CODEMAT 20,00R3068 CEF 10169520SET95130735 12652 1606 • GRAFOPEL », GRÁFICA E EDITORA LTDA • CGC(MF) 00.747.303/0001-72

Resonant Suis de Code : Parte O19/HT 2507

PODE UDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
RIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
JCJ - CUIABÁ MT
R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES



NOT.No: 04.369

(RECLAMADO)

11/09/9

PROCESSO N°:

00934/95.

RECLAMANTE

JOSILDA PCHECO ELSTE

RECLAMADO

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) de que nos autos do processo em epígrafe,

MM.Juiz Presidente proferiu despacho, cujo teor é o seguinte:

CIÊNCIA DE FLS. 206: J. INTIME-SE A RECLAMADA A TRAZER AOS AUTOS OS DOCUMENTOS

SOLICITADOS PELO SR. PERITO, PRAZO 10 DIAS, SOB PENA DE REALIZAR-SE PERÍCIA "IN LOCO"

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 12/09/96. (5°f)

Diretor de Secretaria

Blotsa Helena de Olivetsa Vicente
Técnico Judialerio

RECEBI

16:09,96

Madele

Responsável - Protocolo Codema

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO CPA - CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO, BL. GPC CUIABÁ - MT

PODER JUDICTARTO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23° REGIÃO 3 Juj – Cúlabá MT YR. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT X 0 . 103 € 27

PROCESSO No: 00934/95.

MINISTED A DOMEST

COMBINI CIA DE DESENVOL. DO BÓI. DE HATO CAUSSO

بالمراجع المراجع المرا CILINOIR DE 113. 202. DE SE CIÊRCIA AS FARIES DO REFORMO 1003 AUISS.

> I un a e la presenta la seria de ror encaminnauro ay uestinatarro, via posta em 20/8/96 (3°)

Bloisa Relena de Oliveira Vicenie Técnico Judiciário

Respeq...

. Jeglo, codemat

Responsavel - Protocolo EcoEMAT

CHARLO E PLIATOO E POMINISIAMITAO, DP. GEO

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA M 3° J.C.J. DE CUIABÁ-MT

CÓPIA

ef.: Processo nº 0934/95

MUGUSTO CÉSAR ANTUNES FONSECA, perito designado por este MM.Juízo, conforme despacho de fls. 202, vem respeitosamente apresentar o seu parecer técnico referente ao processo em epigrafe, em que são partes JOSILDA PACHECO ELSTE (Reclamante) e CODEMAT - CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO (Reclamado).

De acordo com os custos operacionais envolvidos na confecção dos cálculos, tempo gasto na e pesquisa do processo, digitação, redação e an álise pericia "in loco", requer a V. Excelência que sejam deslocamentos arbitrados os honorários do perito judicial em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

> Termos em que, Pede Deferimento.

Cuiabá-MT., 23 de outubro de 1996

CORECON XIO 903/MT





PLANILHA DE CÁLCULO

Processo nº 0934/95 - 3º J.C.J. de Culabá/MT

Partes: JOSILDA PACHECO ELSTE (Reciamante) e

CODEMAT-CIA DE DESENV.DO EST.DE MATO GROSS (Reciamado)

Admissão: 26/FEV/1988

Data de Ajuizamento: 10/JUL/1995

Cargo ocupado: Agente Administrativo - nível 14

Data do Cálculo: 23/OUT/1998

1º PARTE - DIFERENÇAS SALÁRIAS + FGTS S/ DIFERENÇAS

MÊS/ANO	VALOR BASICO	FATOR	VALOR DEVIDO	DIF.	FGTS	SOMA DAS VERBAS
FEV/91	93360,77	-	-	-	-	-
MAR/91	115025,6	1,9457	181652,05	66626,45	5330,116	71956,566
ABR/91	115025,6	1,142	207446,64	92421,041	7393,8833	99814,725
MAI/91	192284	_	207446,64	15182,641	1213,0113	16375,653
<u> </u>	-			174210.13	13936,811	188146.94

INDICE DE ABRIL = 19,40%
INDICE DE MAIO = 44,80%
ANTECIPAÇÃO DE = 50,00%
DIFERENÇA 14,20 %

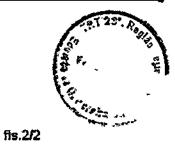
2º PARTE - DIFERENCAS SALÁRIAS + FGTS S/ DIFERENCAS

-	SOMA		VALOR		VALOR
J .	DAS	COEFI -	CORRIGI-	,	TOTAL
MES/ANO	VERBAS	CIENTE	DO (R\$)	JUROS	(R\$)
FEV/91	-	-	-	-	-
MAR/91	71958,566	0,00653	469,87422	72,04738	541,9216
ABR/91	99814,725	0,0059947	598,35434	91,747665	690,102
MAL/81	16375,653	0,0055002	90,089037	13,810588	103,87962
	188146,94		1158.2976	177,60563	1335,9

1º PARTE - CORREÇÃO MONETÁRIA - ATRASO DE PAGAMENTO

1	[FATO DE]
1	DATA DO	DATA	DIAS DE	COR-	VALOR	[,
MĒS/ANO	PGTO	MAXIMA	ATRASO	REÇÃO	BÁSICO	VALOR
		10/ABR/81	30	0,0893	181652,05	18221,528
ABR/91	15/JUN/91	10/MAI/91	36	0,10788	207446,64	22378,344
	12/JUL/91	10/JUN/91	32	0,1002887	207446,84	20799,983
	15/AGO/91	10/JUL/91	36	0,1206	192284	23189,45
JUL/91	10/SET/91	10/AGO/91	31	0,1234833	192284	23743,889
AGO/91	14/OUT/81	10/SET/91	34	0,1901733	227984	43356,477
SET/91	17/NOV/91	10/OUT/91	38	0,25042	251538	62990,146
OUT/91	10/DEZ/91	10/NOV/91	30	0,3052	251538	78769,398
NOV/91	13/JAN/92	10/DEZ/91	34	0,3220933	282278	90919,862
DEZ/91	20/JAN/82	10/JAN/92	10	0,0849333	325773,16	27669
						44044

90919,862 27669 408039,08



2º PARTE - CORREÇÃO MONETÁRIA - ATRASO DE PAGAMENTO

			VALOR		VALOR
		COEFI -	CORRIGI -		TOTAL
MES/ANO	VALOR	CIENTE	D0 (R\$)	JUROS_	(R\$)
MAR/81	16221,528	0,00653	105,92608	16,242001	122,16809
ABR/91	22379,344	0,0059995	134,26409	20,58716	154,85125
MAI/91	20799,983	0,0055002	114,40385	17,541883	131,94555
JUN/91	23189,45	0,0050276	116,58705	17,876681	134,46373
JUL/91	23743,869	0,0045885	108,47292	16,632514	125,10543
AGO/91	43356,477	0,0040808	176,92911	27,129131	204,05824
SET/91	62990,146	0,0034944	220,11466	33,750914	253,86557
OUT/91	76769,398	0,0029176	223,98393	34,344203	258,32813
NOV/91	90919,862	0,0022354	203,24044	31,163534	234,40398
DEZ/81	27669	0,0017407	48,162876	7,3849743	55,54785
	408039,08		1452,0848	222,653	1674,74

BASE PARA CÁLCULO PREVIDÊNCIA/IMPOSTO DE RENDA

MES/ANO	VALOR	COEF.	BASE
MAR/91	66626,45	0,00653	435,06872
	92421,041	0,0059947	554,0318
MAI/91	15182,841	0,0055002	83,397257
		-	1072,4978

SOMA GERAL R\$	3010,841
PREVIDÊNCIA R\$	85,799822
IMPOSTO DE RENDAR\$	25,874666

VALOR DEVIDO AO RECLAMANTE.......RS 2898,97